

BEATRIZ HELENA TEIXEIRA CONCEIÇÃO

**O PROGRAMA DE SUPERAÇÃO DAS
DESIGUALDADES RACIAIS DE MATO
GROSSO DO SUL E EDUCAÇÃO**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPO GRANDE - MS
2003**

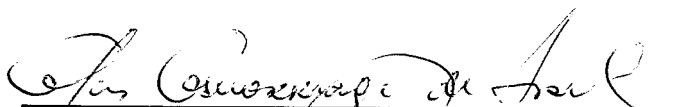
BEATRIZ HELENA TEIXEIRA CONCEIÇÃO

**O PROGRAMA DE SUPERAÇÃO DAS
DESIGUALDADES RACIAIS DE MATO
GROSSO DO SUL E EDUCAÇÃO**

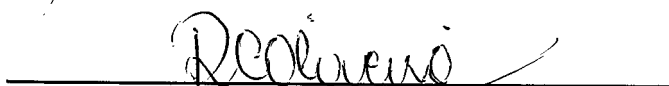
Dissertação apresentada como exigência final para obtenção do grau de Mestre em Educação à Comissão Julgadora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul sob a orientação da Professora Dr^a Élcia Esnarriaga Arruda e co-orientação da Professora Dr^a Ana Lúcia Eduardo Farah Valente.

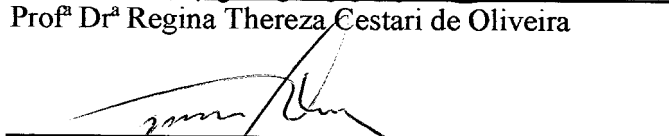
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPO GRANDE - MS
2003**

Comissão Julgadora:


Profª Drª Elcia Esnariaga Arruda


Profª Drª Ana Lúcia Eduardo Farah Valente


Profª Drª Regina Thereza Cestari de Oliveira


Prof. Dr. Gilberto Luiz Alves

“(...) a história é sempre ‘história mundial’ e as histórias particulares vivem só no quadro da história mundial” (GRAMSCI, 1975, p. 2343)

Dedico este trabalho aos meus pais,
Guiomar e Cláudio.

Especialmente, à Raissa.

AGRADECIMENTO

À Profª Drª Élcia Esnarriaga Arruda, minha orientadora, que muito me ajudou com sua forma objetiva e firme de trabalhar, mostrou que disciplina e pontualidade são elementos fundamentais na vida.

À Profª Drª Ana Lúcia Eduardo Farah Valente, co-orientadora deste trabalho agradeço pela oportunidade que me concedeu de conhecer o pensamento de Antônio Gramsci, e Karl Marx, hoje, meus autores prediletos. Agradeço pela oportunidade de poder contar com sua experiência e clareza na discussão da temática racial.

À Profª Drª Regina Tereza Cestari de Oliveira, por sua colaboração na qualificação e pelas aulas maravilhosas das quais eu fazia questão de participar e que muito me ajudaram nessa trajetória árdua, mas compensadora.

Ao Prof. Dr. Gilberto Luiz Alves, primeiro pelo convite para participar do curso de estudos marxistas e também, agradeço pela oportunidade de tê-lo na banca de qualificação onde suas críticas me ajudaram a entender como é preciso trabalhar muito para poder caminhar em direção à superação do senso comum. Estou buscando ...

Aos professores do Mestrado pelos momentos de estudos valiosos, especialmente as professoras Drª Ester Senna, Drª Eurize Pessanha e ao Professor Dr. Sandino Hoff.

Aos meus colegas do mestrado pelos momentos de estudo que compartilhamos, lembranças preciosas.

À Lucimar Rosa Dias que me ajudou cedendo material para a preparação do anteprojeto e, por ter me incentivado a trabalhar com a Política de Ação Afirmativa.

Ao Cláudio meu irmão, pelos momentos que dispensou ouvindo as minhas angústias ao longo deste processo. À Adelaide minha irmã pelo abstract e pelos momentos de conversa ao telefone que foram importantes nesses momentos de solidão intelectual.

À CAPES pela bolsa de estudos concedida.

Agradeço à Cristina Costa da rede de televisão GNT, por ter gentilmente enviado gravação do documentário, de sua autoria, sobre a política de ação afirmativa nos EUA.

Agradeço imensamente à Equipe de Combate ao Racismo, do período de 2000 a 2002 da Secretaria de Estado de Educação - MS que cooperou com meu trabalho.

Sou grata aos entrevistados: Pedro César Kemp Gonçalves, amigo e companheiro do CDDH; Ben-Hur Ferreira, Lucimar Rosa Dias, Graça Maria e Dina Maria.

Agradeço à Jaqueline e Tatiana da secretária do mestrado.

Agradeço mais uma vez aos meus pais por terem me apoiado em todos os sentidos nessa caminhada.

Agradeço a todos que de certa maneira contribuíram para a realização deste trabalho.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo discutir o Programa de Superação das Desigualdades Raciais de Mato Grosso do Sul. Nosso intento foi o de estabelecer uma análise da questão singular, a questão racial, num contexto mais amplo, a sociedade capitalista, na tentativa de apreender sua lógica e as contradições presentes. Primeiro, descrevemos o programa que é o objeto pesquisado, por meio de documentos que fizeram parte da construção do programa. Em seguida, apresentamos a construção do Movimento Negro e destacamos dois momentos estratégicos: a década de 1930, com a criação da Frente Negra Brasileira, primeira organização negra, e o segundo momento, a década de 1970, com a fundação do Movimento Negro Unificado. As duas entidades surgiram em períodos de crises do capital e em momentos que coincidiram com o movimento de reivindicação da valorização das diferenças culturais. Mostramos como o Movimento Negro desenvolve a proposta de combate ao racismo, via política de ação afirmativa., encaminhando-a ao poder público, década de 1990, em meio ao movimento de reivindicação da diferença cultural mais uma vez, enquanto o Estado estava sendo organizado politicamente e economicamente para atender, prioritariamente, as demandas do mercado. Finalizando, procuramos analisar e debater, a partir dos referenciais teóricos, a proposta de superação das desigualdades raciais no âmbito da educação, destacando a importância do trabalho de combate ao racismo e as contradições presentes no movimento da sociedade contemporânea.

Palavras Chaves:

Desigualdades Raciais

Educação

Sociedade Capitalista

ABSTRACT

The present research aims at discussing a program of affirmative action entitled “Programa de superação das desigualdades raciais de Mato Grosso do Sul. It intends to establish an analyze of the single question, the racial question, in a broader context – the capitalist society, in na attempt to understand its logic and contradictions. In chapter 1, The program which is the object of the research, and other documents that are part of its development are described. In chapter 2, the construction of the black movement is presented and two strategic moments: the 30s, which was the period of the creation of the first black organization in Brazil, called “Frente Negra Brasileira”. And the 70s with the foundation of “Movimento Negro Unificado”. Both movements arises in a period of capital crisis, when cultural differences are demanded. In chapter 3, the research shows how the black movement develops the proposal to fight racism, via affirmative action policy, addressing to the government in the 90s, in between the cultural differences movement again. While the state was being politically and economically organized to attend, primarily, to the demand of the market. In chapter 4, the proposal of the black movement to over come racial differences is analyzed and discussed, from the theoretical references, in educational field. The importance of the fight against racism and its contradictions present in the contemporary society are featured.

Key- Words:

Racial differences

Education

Capitalist society

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO - I O Programa de superação das desigualdades raciais de Mato Grosso do Sul	7
1. Antecedentes	8
2. O Programa de superação das desigualdades raciais de Mato Grosso do Sul	18
2.1 As propostas :	21
Movimentos sociais, assistência, cidadania e trabalho	21
Justiça e segurança Pública	23
Comunidades negras e saúde	26
Trabalho e emprego	28
Educação	30
Do projeto do curso popular de pré-vestibular	33
A proposta pedagógica das escolas da comunidade negra	35
CAPÍTULO – II O Movimento Negro na década de 1930 e 1970	37
A Frente Negra Brasileira	39
A Imprensa Negra	40
Os obstáculos à integração do negro à sociedade de classes	43
Da proposta de ação em educação da Frente Negra Brasileira	51
O Movimento Negro Unificado – MNU	58
A proposta de ação em educação do Movimento Negro Unificado	61
CAPÍTULO – III O Movimento Negro na década de 1990	75
A implementação de políticas de ação afirmativa pelo poder público	79
Do cenário mundial	88
Os obstáculos para a realização do programa em Mato Grosso do Sul	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
ANEXOS	109
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	171

INTRODUÇÃO

O objeto de nossa pesquisa é o Programa de Superação das Desigualdades Raciais de Mato Grosso do Sul. Este documento foi elaborado em 2001, em trabalho coletivo entre governo do estado, Movimento Negro e outros segmentos sociais. O objetivo do Programa é a implementação de políticas públicas em educação para a realização de um trabalho de combate ao racismo.

À medida que fomos desvendando o programa, houve a necessidade de descrever os documentos e os momentos históricos que o antecederam. Fomos entendendo que esses momentos materializados em documentos retratam a história de luta política de uma das principais entidades do Movimento Negro de Mato Grosso do Sul, o grupo TEZ. Daí surgiu a necessidade de contextualizar a história do Movimento Negro.

A história do Movimento Negro foi desenvolvida no capítulo 2. Para isso, recorremos à Regina Pahim Pinto (1993), que pesquisou a luta política do Movimento Negro e o trabalho desse grupo social em relação à educação.

O método com o qual desenvolvemos a pesquisa exigiu o entendimento do trabalho do grupo no movimento da sociedade capitalista, por isso procuramos compreender como foram sendo construídas, no interior da sociedade, as propostas políticas de combate ao racismo em educação do Movimento Negro.

No decorrer das leituras realizadas sobre a questão racial, verificamos que a luta do negro de combate ao racismo é uma preocupação de classe, mas principalmente uma luta pela valorização do negro, pela construção de uma identidade negra que possa mudar o que foi construído sobre sua imagem na sociedade.

Para o entendimento da história do negro na sociedade e dos obstáculos encontrados para a realização de sua inserção e ascensão social, trabalhamos com Florestan Fernandes (1978). Procuramos trazer, também a contribuição de Otávio Ianni (1972), que discute a questão de raça e classe na perspectiva marxista.

A valorização da diferença cultural na sociedade de classes teve a contribuição de Valente (1999), que procura mostrar como as reivindicações de valorização da diferença tem uma relação com os momentos de crise do capital. Com a leitura de Valente (1999), passamos a compreender que as reivindicações do Movimento Negro pela valorização do negro na sociedade, guardam relação com a visibilidade da diferença. Para a autora:

Sob o capitalismo monopolista, as diferenças se tornam visíveis pela primeira vez na Alemanha da década de 1930. Um movimento de reação às dificuldades econômicas desse país alimentadas por idéias nacionalistas, consegue arregimentar

a insatisfação popular e canalizá-la para o antagonismo a um sujeito “racial” diferenciado: o ‘não-ariano’, englobando os judeus e todos os segmentos que, por suas características distintivas de cor e cultural, não se enquadrassem aos preceitos de ‘pureza’ da raça.

(...) a diversidade cultural passa a ser objeto de reflexão também no Brasil, associado à nossa constituição como povo. (...) políticos e intelectuais inspirados pelas teorias evolucionistas em voga na Europa já manifestavam sua preocupação com o ‘progresso do país’. Segundo eles, os elementos inferiores e degenerativos da raça africana e asiática poderiam conduzir o Brasil à barbárie.

(...) obstáculos aos planos de construção de um Brasil ‘branco, ocidental e cristão’

(...) Assim, ganham força as preocupações voltadas para o desaparecimento das diferenças culturais dos contingentes envolvidos. (VALENTE, 1999, p. 75-76-77)

Nessa década é criada a Frente Negra Brasileira, primeiro movimento político organizado pelos grupos negros. Um outro momento em que a diferença torna-se acentuadamente visível está relacionado à crise do capital e ocorre na década de 1970, desencadeada pela crise do petróleo. Nos Estados Unidos, mesmo com a instituição dos direitos civis, a situação do negro não mudou muito. Os negros lutaram pela implementação de políticas de ação afirmativa em educação e no mercado de trabalho, fundamentando sua luta no multiculturalismo. Nesse mesmo período, na África do Sul, os negros desenvolviam uma campanha de resistência ao regime do *Apartheid*.

No Brasil, esses movimentos internacionais de resistência política, apoiados pelo Movimento Internacional de Direitos Humanos, estimularam grupos negros brasileiros a se reunirem e retomarem a campanha de combate à discriminação racial na sociedade. A partir de alguns casos graves de discriminação racial, como em 1978, a proibição de jovens frequentarem um clube de regatas em São Paulo e de um caso de homicídio cometido por policiais numa delegacia, contra um trabalhador negro, fez com que entidades negras, artistas e intelectuais se organizassem num ato público de repúdio à discriminação para com negros, fundando o Movimento Negro Unificado.

O capítulo 2 descreve dois momentos da história do Movimento Negro: na década de 1930, com a instituição da Frente Negra Brasileira, por meio da qual foram elaboradas as primeiras propostas políticas de apoio à de integração do negro na sociedade, das quais podemos destacar as propostas de educação; e o segundo momento, na década de 1970, quando o Movimento Negro Unificado apresenta sua proposta de luta pela valorização da cultura afro, para que se pudesse construir a identidade negra. Segundo o Movimento Negro, esta era a proposta estratégica de combate ao racismo na sociedade. Elegeu-se o campo cultural como estratégico para o desenvolvimento da proposta política do movimento.

Nesse período, o Movimento Negro Unificado criticou bastante o sistema de ensino, que, para eles era um espaço de perpetuação do racismo. Para as lideranças negras, o espaço

escolar prejudicava a formação da criança negra. Muitos professores as discriminavam e outros não sabiam lidar com as situações de discriminação na escola. Por isso, o Movimento Negro fazia críticas à formação dos professores, em especial da disciplina História do Brasil, que apresentava o negro sempre como escravo e ex-escravo, sem expressão política de resistência. Para eles, o currículo escolar precisava ser alterado.

Na década de 1980, muitos intelectuais desenvolveram trabalhos de pesquisa aprofundando a questão racial no campo da educação. O multiculturalismo serviu como parâmetro para o desenvolvimento de propostas de ação em educação, de combate ao racismo.

No capítulo 3, procuramos mostrar como se deu o processo político de implementação da política de ação afirmativa para negros, no Brasil, e como o Movimento Negro por meio da política do multiculturalismo procurou desenvolver a proposta de combate ao racismo por meio da educação. Procuramos, com base no trabalho de alguns autores, analisar o cenário mundial evidenciando a visibilidade da diferença cultural reivindicada na década de 1990, num momento em que o Banco Mundial, instituição internacional, apresentava ao mundo seu projeto de desenvolvimento econômico para os países de capitalismo dependente, os denominados países em desenvolvimento.

Para o refinanciamento de suas dívidas e recebimento de novos empréstimos internacionais, os países pobres tiveram que entrar em acordo com os bancos internacionais, tendo que implementar reformas estruturais para que o estado pudesse se adaptar às mudanças econômicas que se impunham no mundo (políticas neoliberais), via processo de globalização, movimento dinâmico e homogeneizador que procura deslocar para o campo da educação a solução para os problemas das desigualdades sociais e raciais dos povos.

Valente (1999) mostra como as crises do capitalismo:

numa surpreendente regularidade de uma vintena de anos (30, 50, 70 e 90), tornaram visíveis processos de reivindicação das diferenças culturais. Estas aparecem como um 'problema' quando movimentos de integração homogeneizadora procuram suprimi-las ou mantê-las sob controle, de forma a não colocar em risco o seu projeto. Tal preocupação em torno das diferenças, transformando-as em um 'problema, quando são marcas distintivas e necessárias da condição humana – não podendo ser, pois, fenômenos secundários – , parece cumprir a função de deslocar para outra instância de embate as contradições econômicas próprias ao capitalismo. Nesse caso, supõe-se que a discussão sobre a verdadeira raiz do problema é abandonada, contentando-se em mascarar-la e em buscar mediadas paliativas e reformadoras no campo cultural. (VALENTE, 1999, p. 84)

Esse movimento de reivindicação da diferença, de valorização da identidade negra e de combate ao racismo é transformado em projeto de luta pela superação das desigualdades raciais no país, especialmente, porque a maioria da população negra nos dados estatísticos

aparece na linha de pobreza. O Movimento Negro apresenta ao poder público federal, em 1996, uma proposta política de combate ao racismo entendendo que, combatendo a pobreza, estaria o poder público federal combatendo as desigualdades raciais. Essa proposta de ação afirmativa para negros inclui: educação, saúde, trabalho entre outras ações nos moldes do programa da Frente Negra Brasileira.

O Estado de Mato Grosso do Sul, em 2001, lança seu programa de superação das desigualdades raciais com os mesmos objetivos, tendo sido o primeiro estado a implementar um programa de ação afirmativa de combate ao racismo.

Dos procedimentos para a coleta de dados da pesquisa de campo

As dificuldades iniciais referem-se à coleta de dados. Como a pesquisa se desenvolveu ao longo do processo de implementação da proposta, foi preciso um trabalho paciente para reunir os dados de que se precisava ou que eram relevantes para a descrição do objeto da pesquisa. Portanto, muitas informações foram obtidas na correria do trabalho da Equipe de Combate ao Racismo da Secretaria de Estado de Educação. Outros foram cedidos pela biblioteca da TV Educativa em Campo Grande-MS e pela Coordenadoria de Políticas de Combate ao Racismo, da Secretaria de Estado de Governo. Esse processo de coleta de dados possibilitou a aproximação com algumas lideranças do Movimento Negro que estavam trabalhando no governo do estado, tendo sido, inclusive, convidada para ministrar uma palestra onde tive a oportunidade de falar para alunos do curso de Direito da Universidade Católica Dom Bosco, sobre o programa, na perspectiva que me propunha a trabalhar.

A confiança no trabalho que estávamos nos propondo a desenvolver aproximou-nos cada vez mais, dando-nos oportunidade de apresentar críticas à maneira como o Movimento Negro vem conduzindo a proposta política de combate ao racismo.

Essa relação possibilitou coletar informações que mostravam as dificuldades enfrentadas no processo de implementação da proposta de combate ao racismo. Daí, surgiu à idéia de entrevistar as pessoas que estiveram diretamente envolvidas com a questão da implementação da proposta de ação afirmativa na educação.

Foram cinco pessoas entrevistadas; duas entrevistas foram feitas pessoalmente e três entrevistas foram feitas pelo telefone. Os entrevistados autorizaram a gravação e transcrição dos depoimentos e citação de seus nomes no trabalho por meio da Carta de Cessão de Uso, documento devidamente assinado e reconhecido em cartório.

Com o resultado dos depoimentos conseguimos compreender que, ao longo do processo de implementação da proposta de combate ao racismo, os obstáculos surgidos relacionam-se às diferentes concepções de mundo. O Movimento Negro, dentro de uma concepção liberal, procura desenvolver sua proposta de combate ao racismo com base no princípio liberal de igualdade, sem a preocupação de uma análise crítica ao sistema de relações da sociedade capitalista. Esse tipo de preocupação esteve presente na fala do ex-Secretário de Educação, Pedro Kemp, um dos entrevistados.

Organizamos a apresentação da pesquisa em quatro capítulos. No capítulo 1., procuramos descrever o Programa de Superação das Desigualdades Raciais do Mato Grosso do Sul. À medida que fomos apresentando os elementos que antecedem a elaboração do Programa, sentimos necessidade de compreender como historicamente foram sendo elaboradas as reivindicações do Movimento Negro.

Com o auxílio dos estudos de Valente (1999), buscamos compreender a relação histórica entre o movimento de valorização cultural e os movimentos de homogeneização cultural em meio às crises do capital. Para tanto, procuramos, no capítulo 2, entender como historicamente se deram esses movimentos.

Esse capítulo trata do histórico do Movimento Negro em dois momentos estratégicos: na década de 1930, quando, em 1931, foi criada a Frente Negra Brasileira, e na década de 1970, quando o Movimento Negro retoma sua luta, representado pelo Movimento Negro Unificado, criado em 1978.

No capítulo 3 procuramos mostrar como se desenvolveu a proposta de combate ao racismo que se fundamenta no multiculturalismo. Procuramos evidenciar, também, que essa proposta embasou o projeto do Movimento Negro de luta pela implementação de uma política de ação afirmativa para negros no Brasil pelo poder público. E mostramos, finalmente, como essa política vai ser realizada pelo poder público num momento em que as políticas públicas no campo social funcionam como medidas compensatórias para o alívio da pobreza.

No capítulo conclusivo, procuramos contextualizar o Movimento Negro. Com a colaboração dos autores que apresentamos, conseguimos entender que as propostas de luta do Movimento Negro de combate ao racismo no âmbito da educação, realmente, não são atuais, mas históricas.

Para entender o racismo foi preciso conhecer o concreto, como é a dinâmica da sociedade capitalista. Procuramos entender como foi o processo de integração do negro na sociedade e, nesse movimento, buscamos compreender como são construídas as práticas racistas na sociedade capitalista e os movimentos de reivindicação da diferença cultural.

Podemos afirmar que foram grandes as dificuldades encontradas para o desenvolvimento desse estudo, uma luta constante no sentido de compreender o mundo numa concepção que pudesse ser menos impregnada do materialismo vulgar.

CAPÍTULO – I

Programa de Superação das Desigualdades Raciais no Estado Mato Grosso do Sul

O presente capítulo tem por objetivo descrever o Programa de Superação das Desigualdades Raciais, objeto de nossa pesquisa. Esse programa definiu ações afirmativas que visam o combate às desigualdades raciais, elaborado pelo Governo Popular de Mato Grosso do Sul em 2001. Serão descritas as ações implementadas pelo Governo do PT no Estado, no período de 1999 a 2002, sob a direção de José Orcírio dos Santos, o Zeca do PT.

As propostas básicas do Programa tiveram origem no documento¹ utilizado na campanha para prefeito e vereadores de Campo Grande, no ano de 1996. O referido Programa apresentava como objetivo:

(...) a construção de uma sociedade onde se possa contemplar os diferentes segmentos da sociedade considerando que o²:

(...) século XXI, exige uma nova leitura da ocupação urbana, além do combate à exclusão, garantia de infra-estrutura e serviços, é preciso compreender as relações culturais entre os diferentes atores sociais e as relações destes com o meio em que vivem, criando condições para um desenvolvimento sustentável. Por meio da democratização da gestão municipal, da geração de emprego, questão de gênero e raça, distribuição de renda e qualidade de vida devem ser eixos norteadores das alternativas públicas neste final de século.

É assim que o PT, com os partidos aliados e em parceria com a população, tem inaugurado uma nova forma de gestão pública. A combinação da radicalização da democracia com a inversão das prioridades tem acumulado pelo país afora experiências inovadoras e criadoras de novos paradigmas acerca das teses de políticas urbanas.

(...) este Programa de Governo que ora apresentamos, tem a ousadia de propor esse novo tempo: estabelece as linhas mestras de um projeto diferente de cidade, culturalmente rica e diversificada. Onde todos possam compartilhar das riquezas geradas, através de uma infra-estrutura urbana que permita uma vida digna e de qualidade para todos, sem exclusão social ou política.

Compreendendo a nossa história e o tempo presente, já é possível dizer que o futuro chegou. E vem de nossas raízes com a resistência afro-ameríndia, com a intelectualidade e a presença marcante nas lutas sociais, com a diversidade das idéias e a certeza de que é preciso romper a lógica perversa que leva homens e mulheres à exclusão dos seus direitos elementares (...)²

O Programa em questão foi sistematizado em duas partes: a primeira é uma introdução que destaca a localização geográfica da cidade e a história do povo campo-grandense; a segunda está dividida em quatro unidades. A primeira unidade destaca a estruturação urbana;

¹ Programa de Governo para Campo Grande – Movimento Muda Campo Grande integrado pelo PT – PPS – PSB e PC do B, 1996.

² PROGRAMA DE GOVERNO PARA CAMPO GRANDE – Movimento Muda Campo Grande PT-PPS-PPS-PSB-PC do B p. 05, Campo Grande-MS, 1996.

a segunda fala da democratização do poder público; a terceira trata das políticas sociais e a quarta trata do desenvolvimento econômico. As questões relacionadas aos negros foram discutidas na terceira unidade intitulada Políticas Sociais Eficazes.

1. Antecedentes

Em 1996, em Campo Grande, a equipe do Movimento Negro de Mato Grosso do Sul, que integra o grupo TEZ³ e milita no Partido dos Trabalhadores – PT, em consonância com as lideranças do partido, prestaram uma colaboração ao Programa em pauta, apresentando propostas de ação afirmativa⁴ para negros no combate ao racismo, baseada nos seguintes argumentos:

Incluir no programa de governo um item destinado à população negra de Campo Grande se justifica na medida em que a igualdade não se demonstra efetiva para essa parcela da população, preterida historicamente de participar dos meios políticos, sociais e econômicos. A discriminação racial prossegue, se constituindo num flagelo para esta população nos dias atuais.

A promoção de mecanismos sociais visando reparar a dívida que o Estado tem para com os afro-brasileiros significa menos que um paternalismo e mais uma questão de justiça e bom senso por parte dos poderes constituintes do país.

O preceito da competição por melhores oportunidades dentro de uma sociedade capitalista encontra os negros sem condição de tomarem parte na disputa. (...) a presente proposta do Movimento Muda Campo Grande visa estabelecer diretrizes voltadas para combater a exclusão a que estão submetidos os negros em Campo Grande como em todo o país. Estas diretrizes vão ao encontro da luta que vem sendo travada pelas entidades do Movimento Negro politicamente organizado, sobretudo o Grupo Tez (Trabalhos e Estudos Zumbi).⁵

As propostas de ação afirmativa serviram como fundamento para o Programa de Superação das Desigualdades Raciais. Segundo afirmação do grupo Tez⁶, elas derivam de reivindicações e foram sendo construídas ao longo dos anos de trabalho no combate ao racismo no estado.

No que toca à educação, o TEZ possui uma equipe de educadores que vem promovendo, desde a sua fundação, cursos de formação anti-racista para professores das redes

³ Grupo TEZ –Trabalhos e Estudos Zumbi, Grupo Negro de Mato Grosso do Sul, fundado em Campo Grande - MS, 1985.

⁴ Como diretrizes são listados e comentados onze tópicos: 1. Racismo não combina com Democracia; 2. Discriminação e crime, previsto na Constituição Federal; 3. Salário igual para Trabalho igual; 4. Enegrecer a Comunicação; 5. História do Negro e a Educação; 6. Futuro melhor para as crianças e adolescentes negros; 7. A mulher negra: mais saúde e oportunidades; 8- Movimento Negro: garantia de autonomia; 9. Arte negra; 10. Respeito à religião afro; 11. Saúde com distinção de raça. Por meio dessas diretrizes (Anexo I), o Movimento Negro procura apontar que setores da administração pública podem ser estratégicos no combate às desigualdades raciais.

⁵ Id.P. 73-74

⁶ Histórico do Grupo TEZ. Documento cedido pela secretaria desta instituição, em 2002.

pública e particular de ensino. Realizam palestras em universidades e escolas, além de atuarem juridicamente em processos de discriminação racial. Em 1997, instituíram o cursinho pré-vestibular para pessoas negras e não negros economicamente carentes.

Um dos militantes do TEZ, Ben-Hur Ferreira, que pertenceu à equipe de educadores do TEZ nos últimos dez anos, vem trabalhando no combate ao racismo, primeiramente, como vereador da cidade de Campo Grande eleito em 1989; em seguida, eleito Deputado Estadual em 1994; e em 1998, foi eleito Deputado Federal, representando o Estado de Mato Grosso do Sul pelo Partido dos Trabalhadores - PT. Em 1999, como Deputado Federal e militante do Movimento Negro, segundo o documento *Combatendo as Desigualdades*⁷, Ben-Hur Ferreira apresentou-se nove vezes em plenário para discutir questões de desigualdades raciais presentes e pouco discutidas na sociedade brasileira, cobrando do poder público federal medidas concretas que viabilizassem a implementação de ações afirmativas para negros. Elaborou quatro artigos com a temática anti-racismo. Apresentou Projetos de Lei, Requerimentos e Indicações. As propostas contidas nestes documentos são similares às propostas de ação afirmativa para negros, do Programa de Governo do PT e seus Aliados.

Com a eleição de José Orcírio Miranda dos Santos, o Zeca do PT, ao Governo do Estado de Mato Grosso do Sul para o quadriênio 1999 – 2002, o Movimento Negro começou a reivindicar a implementação das ações que contemplam os negros.

De acordo com um documento da Superintendência de Ações Regionais do Governo⁸, o Governo Popular de Mato Grosso do Sul, inicialmente, não criou espaço específico na administração pública para o desenvolvimento de projetos de políticas públicas para negros. Isso não o impediu de desenvolver ações em consonância com as reivindicações do Movimento Negro. A seguir, serão descritas algumas ações implementadas antes da elaboração do Programa de Superação das Desigualdades Raciais.

A primeira ação desenvolvida pela Secretaria de Estado de Educação foi a construção da Escola Estadual Antônio Delfino Pereira, localizada na comunidade negra urbana Tia Eva. Essa escola, inaugurada em 26 de maio de 2000, possui creche e atende a comunidade com educação básica. A construção de uma escola estadual na comunidade Tia Eva, segundo o Movimento Negro, resgata a história da negra Eva como símbolo de resistência negra. Os intelectuais do Movimento Negro envolvidos na elaboração desse programa entendem que,

⁷ FERREIRA, Ben-Hur. *Combatendo as Desigualdades*. CÂMARA DOS DEPUTADOS 51ª LEGISLAÇÃO-1ª SESSÃO LEGISLATIVA Série – Separatas de discursos, pareceres e projetos nº 101- Brasília, p. 57, 59 e 62 1999.

⁸ Documento elaborado pela Superintendência de Ações Regionais do Governo para Assuntos da População Negra: *Ações do Governo Popular de MS em Prol da Superação das Desigualdades Raciais*, 2001.

para a escola desenvolver um trabalho de valorização da história do povo negro, é preciso que a proposta político-pedagógica tenha como principal recorte à diversidade étnica dos seus alunos. Daí entenderem que o cargo de diretora da Escola Estadual Antônio Delfino deveria ser ocupado por uma professora⁹ militante do grupo TEZ, com experiência na discussão sobre racismo e educação.

A segunda ação foi a implementação do Ensino Médio na Escola Estadual Zumbi dos Palmares, situada na comunidade rural de Furnas do Dionísio, no município de Jaraguari..

A terceira ação foi a inclusão da temática da discriminação racial na pauta do movimento intitulado Constituinte Escolar, que tinha por objetivo construir de forma democrática e participativa o Plano Estadual de Educação. Embora o Movimento Negro tenha conseguido garantir que a questão racial fosse discutida na Constituinte pelo menos, ao final dos trabalhos, este processo foi marcado pelo embate político que levou o Movimento Negro à realização de várias reuniões com o Secretário de Estado de Educação para que suas reivindicações fossem de fato acatadas dentro da Secretaria de Educação do Estado e ao longo da Constituinte Escolar.

Dina Maria da Silva, militante do grupo TEZ, professora de História, foi indicada por uma militante¹⁰ do Grupo TEZ, que trabalhava na Secretaria de Estado Educação - SED, para integrar a equipe de trabalho da Diretoria de Políticas Específicas da Secretaria Estadual de Educação com a proposta de combate ao racismo. Segundo a entrevistada¹¹, a sua integração ao grupo de trabalho na SED se deu após intensas pressões do Movimento Negro que queria pôr em prática as propostas de combate ao racismo, elaboradas para o programa do Governo Popular. Em março de 2000, a historiadora foi lotada¹² como técnica na Diretoria de Políticas Públicas Específicas em Educação, para desenvolver as políticas étnicas de combate ao racismo e, segundo documento oficial¹³, integrou o grupo de gestão do movimento da Constituinte Escolar daquela diretoria.

Segundo a historiadora, assim que iniciaram os trabalhos na Secretaria de Educação, muitos obstáculos foram enfrentados para que pudesse, de fato, desenvolver as propostas de ação afirmativa no campo da educação. A historiadora afirma que surgiram problemas de ordem administrativa com a equipe de técnicos, porque muitos deles entendiam que quem discrimina é o próprio negro. Ainda, segundo a historiadora, foi preciso romper muitas

⁹ Professora Cleidevana Socorro Oliveira Chagas, Diretora da Escola Estadual Antônio Delfino Pereira desde 2000.

¹⁰ Lucimar Rosa Dias que na época era Diretora do Ensino Médio da SED em 2000.

¹¹ Entrevista realizada em 07 de julho de 2002 com Dina Maria da Silva (Anexo II).

¹² Ofício n. 009-2000 - DPEE-SUED-SED

¹³ Ofício Circular n. 125-2000 DPEE-SUED-SED

barreiras para que as pessoas compreendessem a importância de se discutir a temática racial na educação. A historiadora afirma: “que, muitos dos servidores da educação com formação acadêmica não aceitavam a idéia de que o negro é discriminado na sociedade brasileira. Afirmou também que a partir de algumas audiências com o Secretário de Estado de Educação, Pedro Kemp, o Movimento Negro conseguiu que a questão racial fosse discutida na educação”¹⁴.

Segundo a técnica, apesar de ter sido lotada para desenvolver políticas de combate ao racismo, não foi criado um espaço específico para a discussão da temática racial. Dina continuou trabalhando na Educação Básica do Campo, onde pôde ser lotada. No grupo de Educação Básica do Campo procurou restringir seu trabalho às questões dos negros, pois, assim, poderia pensar na proposta pedagógica para as Escolas Estaduais das Comunidades Rurais dos Negros, Furnas de Dionísio e da Comunidade urbana de Tia Eva. Embora estivesse planejando ações para estas comunidades e para o trabalho nas escolas estaduais, em geral, a historiadora alega que não havia verba específica voltada para o desenvolvimento de ações de combate ao racismo no ano de 2000. Segundo ela, em 1999, não foi feita a previsão orçamentária para 2000, incluindo gastos para o desenvolvimento dos trabalhos voltados para os negros porque não havia na Coordenadoria de Políticas Públicas Específicas uma técnica responsável pela questão racial.

Desde 1999, a Secretaria de Estado de Educação esteve desenvolvendo o Projeto Político Educacional que incluía o Plano de Educação para a Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul. Esse plano expressou a proposta de Educação do Governo Popular de MS, com base no princípio de construção coletiva da organização social. Nesse contexto, o Movimento Negro exigiu, em reunião com o Secretário de Educação, que a temática racial também fosse discutida na Constituinte Escolar.

Ainda, segundo a historiadora, após muitas pressões do Movimento Negro, a questão dos negros foi incluída em um dos cadernos temáticos¹⁵, com propostas específicas das etnias, e discutida no 3º Momento da Constituinte¹⁶. Para a historiadora, mesmo que se tenha conseguido espaço em caderno que tratasse das questões do negro, o mais importante teria sido participar do processo desde o início dos trabalhos da constituinte, onde os diferentes

¹⁴ Há uma referência a estas reuniões em uma carta redigida pelo Movimento Negro e encaminhada ao Secretário de Estado de Educação Pedro César Kemp Gonçalves, datada de 15 de novembro de 2000.

¹⁵ Caderno Temático 3º Momento – Série Constituinte Escolar, Educação e Etnias Indígenas e Negros n. 2, Campo Grande - MS, novembro de 2000.

¹⁶ Segundo a CI n. 537-GAB-SED- 2000, datada de 23 de out. 2000, Francisco Givanildo dos Santos, Coordenador da Constituinte Escolar, solicita que sejam encaminhados os textos definitivos dos Cadernos Temáticos da Constituinte Escolar, 3º Momento. Nesta fase da Constituinte Escolar a questão racial pôde ser discutida.

segmentos sociais puderam discutir as diferentes temáticas nas diversas escolas pelo interior do estado, como ocorreu com os grupos de trabalho das temáticas do índio e dos portadores de deficiências específicas.

Como este tema começou a ser desenvolvido na Secretaria de Educação, tardiamente, praticamente quase no final dos trabalhos da Constituinte Escolar, não foi possível fazer um trabalho de coleta das propostas dos professores, no âmbito do estado, que reclamam da falta de condições e de preparo para enfrentarem as situações de racismo no âmbito escolar. No processo da Constituinte Escolar, segundo a historiadora, o debate da questão racial acabou ficando restrito a Campo Grande, com a participação de um pequeno grupo de professores do interior, e realizado no segundo semestre de 2000.

Além do caderno desenvolvido para o terceiro momento da Constituinte, o caderno n.2, utilizado para nortear a reflexão e discussão da temática da educação e etnias indígenas e negros nas escolas, a técnica informou que foram elaborados mais dois cadernos contendo temas relacionados aos negros.¹⁷ Os cadernos da Série Calendário da Cidadania n. 2 e n. 7 cujo objetivo foi subsidiar as aulas, continha orientações para os professores lidarem com a discriminação racial nas escolas. Segundo a historiadora, entre outros temas, o caderno contém uma proposta de atividades para o dia nacional de combate à discriminação racial. No caderno n. 7 o objetivo é auxiliar os professores a programar aulas em que seja retratada a história de resistência dos povos indígenas e negros no Brasil nesses 500 anos de existência, contendo sugestões de atividades pedagógicas.

A historiadora afirma que essa foi a primeira vez na história de Mato Grosso do Sul, que os professores da rede estadual de ensino participaram, juntamente com diversas entidades do Movimento Negro, da discussão da temática das etnias e dos problemas que atingem os negros no que diz respeito à discriminação racial e à construção de instrumentos para combatê-la, no campo educacional. Contudo, a idéia da historiadora e do próprio Movimento Negro, era incluir no currículo escolar a disciplina específica que tratasse da História do Negro no Brasil. Para ela, normalmente, os trabalhos de combate ao racismo são restritos às datas como 13 de maio (desmistificando o treze de maio) e 20 de novembro (Dia da Consciência Negra). Entretanto, a proposta de implantar uma disciplina específica para tratar da especificidade do negro foi considerada contraditória¹⁸ pelos organizadores do documento do Plano Estadual de Educação. Esses intelectuais entendem que a proposta de

¹⁷ NEGRO (A) Vivendo Novas Lições de Etnia - Caderno n. 2, da Série Calendário da Cidadania – subsídios para aulas especiais, 2000.

Brasil, 500 Anos de Resistência Indígena, Negra e Popular, n. 7, Campo Grande - MS, 2000.

¹⁸ Texto Base do Plano de Educação para a Rede Estadual de Ensino, p.35, Campo Grande - MS, 2001.

inclusão no currículo escolar de disciplina específica sobre a história do negro estava em desacordo com os princípios e diretrizes da Escola Guaicuru. Para eles, a temática do negro pode ser abordada na disciplina História do Brasil. Segundo a historiadora, isso causou estranheza ao grupo responsável pela temática racial, já que o estado investiu na educação indígena, dando-lhe destaque.

Segundo Graça Maria do Amaral Silva¹⁹, os problemas que a historiadora enfrentou na Secretaria de Educação também foram enfrentados por outros grupos: falta de espaço para trabalhar, equipamentos como computador, material de escritório etc... Para essa técnica, os problemas na SED não se restringiram à temática racial, mas também a outras demandas sociais como o desenvolvimento das propostas da Educação Básica de Campo e Educação de Jovens e Adultos. Muito antes da gestão do Governo Popular, existia na Secretaria de Educação o Núcleo de Educação Escolar Indígena e o Núcleo de Educação Especial. Esses grupos já tinham bem definidas as propostas de ação e, como havia previsão orçamentária para o desenvolvimento de tais ações, foi possível contemplar esses segmentos sociais sem muitos problemas e sem demora.

Segundo Graça: “a Educação Básica de Campo também foi contemplada inicialmente porque tinha propostas de ação bem definidas, ao contrário da temática racial”. Essa entrevistada afirma que a própria historiadora, Dina Maira da Silva, entendia que as propostas para os negros careciam de uma definição quanto ao tipo de trabalho a ser implementado no combate ao racismo.

Assim, pelo depoimento da técnica Graça, o trabalho para os negros, inicialmente, se restringia ao atendimento da Comunidade Negra de Furnas de Dionísio, localizada no município de Jaraguari - MS e da Comunidade Negra de Furnas de Boa Sorte, localizada no município de Corguinho - MS. Essas comunidades foram visitadas, sendo verificadas as condições físicas das escolas. Os professores que ali lecionavam foram contatados.

Assim, ainda segundo a coordenadora, esta demanda social na SED foi sendo construída pouco a pouco. Inicialmente, o próprio grupo trazia discussões das escolas da Comunidade Negra de Furnas de Dionísio, da Comunidade Negra de Boa Sorte e da Comunidade Negra urbana de Tia Eva localizada em Campo Grande-MS. Após as visitas, levantamento dos problemas e muita discussão na SED, os técnicos concluíram que seria

¹⁹ Entrevista (Anexo II) com os dados da depoente e uma Carta de Cessão onde a mesma autoriza a audição e uso das citações por terceiros. A entrevistada foi Coordenadora de Políticas Específicas da Secretaria Estadual de Educação na gestão do Secretário de Educação Pedro César Kemp Gonçalves de 1999 a junho de 2001.

necessário fazer um trabalho de combate ao racismo em toda a rede estadual de ensino e não somente nas escolas das Comunidades Negras.

Além destes problemas, segundo Graça, havia uma complicação de ordem administrativa que era a questão da lotação do pessoal na Secretaria de Educação.

Os movimentos sociais indicaram professores que não faziam parte do quadro permanente da rede estadual de ensino para colaborar na equipe de políticas específicas. Portanto, eram professores convocados. Para que esse pudessem trabalhar na SED, foi preciso criar alternativas, pois, pela legislação, não havia possibilidade de contratação. Foi preciso organizar trabalhos vinculados às escolas para que os professores fossem convocados na escola para atuar dentro da equipe da Coordenadoria de Políticas Específicas.

Sem previsão orçamentária para desenvolver todas as demandas sociais na SED, a questão racial foi uma delas a ser trabalhada de forma mais demorada e com poucos recursos.

Para Graça Maria, as dificuldades enfrentadas pela técnica Dina envolvendo as questões do negro, com os profissionais da equipe de trabalho da SED, não foram exclusivas. Segundo Graça, as equipes dos indígenas e dos portadores de deficiências específicas também enfrentaram dificuldades semelhantes. “Os intelectuais envolvidos no projeto de implantação da Escola Guaicuru entendem que, para trabalhar a inclusão social, não se deve trabalhar com atenção diferenciada e, por isso, criaram certa resistência no momento de trabalharem questões em separado, pois, consideravam que, assim procedendo, estariam constituindo guetos”. A Coordenadora acrescenta que muitos técnicos na Secretaria de Educação realmente acreditam que os negros é que estão querendo se destacar, se diferenciar.

Para essa técnica (Graça), os problemas enfrentados de diferentes ordens as demais equipes também tiveram que enfrenta-lo no início da gestão da Escola Guaicuru. “As questões foram chegando e sendo resolvidas de maneira morosa e no passo que a burocracia permitiu”.

O que se pode verificar de concreto, nesse processo de implementação de ações de combate ao racismo na SED, é a presença de dois grupos de intelectuais com posições antagônicas no que se refere à análise da questão racial. Um grupo vê a questão racial como específica, buscando compreendê-la num contexto mais universal e voltando sua análise à questão de classe. Os intelectuais liberais, presos à letra da lei, entendem que tratar o negro de forma diferente fere o princípio constitucional de igualdade presente na sociedade “democrática”: trabalha a questão do negro, isolando-a e restringindo-a ao campo ideológico.

Os intelectuais liberais, assim procedendo, restringindo as análises relativas ao negro no Brasil, normalmente tendem a ver a questão racial de forma parcial, não oferecendo assim, por meio de suas análises, condições eficazes que permitam o combate ao racismo no

movimento de avanço e transformação da sociedade. A concepção liberal favorece que os movimentos sociais, trabalhem muito mais individualmente, cada grupo, no seu espaço de luta, buscando reafirmar suas idéias e necessidades específicas. Mecanismo esse, que impede o processo de avanço e transformação da sociedade.

A questão racial, quando analisada pelo método histórico, nos remete ao exercício dialético de compreensão de como a questão racial no sistema capitalista serve, historicamente, como instrumento de controle social nos momentos de crise do capital. Passamos então por meio desse método a compreender de que forma questões como diversidade cultural tornam-se em determinado momento da crise, um problema. Isso possibilita a análise mais ampla do problema racial, permitindo que levemos em conta a especificidade da questão, a prática da discriminação racial no campo do trabalho em momentos de crise do capital.

Essa é a maneira como buscamos compreender o racismo numa sociedade de classes. Por isso, muitas vezes, no debate, os técnicos da SED, o Secretário de Educação e o Movimento Negro, encontraram alguns obstáculos que eram mais de ordem metodológica que burocráticas, no momento de implementação das ações em educação no combate ao racismo.

Para Lucimar Rosa Dias (Anexo II), houve de fato resistências, quando eles se propuseram a trabalhar com a questão racial. Houve, também, por parte de alguns técnicos com funções relevantes, uma certa falta de interesse para levar as propostas adiante, para apresentar ao Secretário de Educação os objetivos do Movimento Negro, ou seja, para implementar propostas de combate ao racismo. Lucimar chega a afirmar que: “Se você não tem alguém que tenha a militância no Movimento Negro e que faça parte do governo, as propostas relativas à educação que são almejadas pelo Movimento Negro, correm o risco de não serem consideradas. Eu me lembro que para a gente construir a primeira cartilha da Secretaria de Educação e apontar acho que dezenove programas, a gente teve uma discussão boa sobre colocar uma questão específica que falasse do negro. Geralmente as pessoas querem falar em etnia, diversidade não querem dar nome aos bois. Então, o primeiro obstáculo é esse, ter pessoas dentro da constituição das equipes de governo que falem a linguagem do Movimento Negro, porque a interferência nesse momento é muito difícil (...) não foi fácil o processo de criação da equipe, enfrentei obstáculos que eu até hoje não consegui entender porque. (...) o Partido dos Trabalhadores em seu programa sempre incluiu que era necessário combater o racismo, a discriminação racial. (...) quando ele assume, a gente enfrenta problemas muito parecidos porque geralmente as pessoas impedem esse tipo de trabalho se pautando na burocracia e a gente teve isso muito forte. A Graça proporcionou

muitos impedimentos, (...) a equipe para ser criada, teve que ter a interferência do Secretário”. Para Lucimar, essa questão já deveria no início do governo ter chegado à Secretaria de Educação como referência, já que o Partido dos Trabalhadores em seu programa de governo, no item educação propõe a discussão da questão étnica.

Pedro Kemp, que fora Secretário de Educação de 1999 a 2001, afirma em entrevista (Anexo II) que foi procurado por militantes do Movimento Negro que reivindicavam uma atenção especial para a questão racial alegando que a Secretaria não poderia, numa proposta do PT, de um governo popular, ficar alheia à questão do Movimento Negro. “Foi aí que a gente então resolveu dentro de uma discussão maior, fazer uma alteração da estrutura da Secretaria de Educação adequando melhor a nossa proposta, nas várias diretorias e coordenadorias que nós tínhamos e aí, surgiu então a idéia de criar uma coordenadoria nova, (...) a Coordenadoria de Políticas Específicas em Educação. Esta tinha por finalidade atender essas especificidades, (...) A equipe de Combate ao Racismo nas escolas, surgiu de uma iniciativa do Movimento Negro, quer dizer, eu fui muito cobrado pelo Movimento Negro pra que a gente pudesse desenvolver um trabalho específico nesta área. (...) nós tivemos dificuldades no início para implementar o trabalho.”

O Secretário buscou dialogar com o Movimento Negro, se propondo a desenvolver coletivamente a proposta de combate ao racismo na educação porque ele não tinha experiência nessa questão. Disse que abriu o espaço para a equipe trabalhar desenvolver coletivamente a política de combate ao racismo. Mas segundo ele: “(...) o pessoal parece que não entendeu muito bem qual que era a proposta da construção coletiva. A todo momento, eles voltavam no meu gabinete cobrando a proposta da Secretaria de Educação. ‘Qual é a política de combate ao racismo que a Secretaria de Educação tem pra nós implementarmos?’ (...) o que eu às vezes achava engraçado que a própria equipe responsável pelo trabalho, pela elaboração da política, vinha perguntar pra mim qual que era a proposta sendo que a equipe é que estava responsável por elaborar a proposta (...) nós não tínhamos um acúmulo de experiência, era uma proposta totalmente nova na Secretaria. (...) e o pessoal esperava muito que a gente dissesse qual era a proposta de trabalho. Essa foi a maior dificuldade no início da implantação do trabalho.”

Para o secretário, essas dificuldades é que provocaram a demora na implementação de ações de combate ao racismo na educação. A equipe de Combate ao Racismo ainda não tinha uma proposta clara nem políticas mais elaboradas. “O que em verdade aconteceu é que a Equipe demorou a entender que ela mesma deveria construir essa proposta, elaborar uma proposta para a Secretaria porque a Secretaria não tinha isso pronto, era uma coisa totalmente

nova”. Um outro detalhe que Pedro Kemp procurou destacar foi um momento importante da relação dele como secretário com a Equipe de Combate ao Racismo e o Movimento Negro em uma das reuniões. O Secretário procurou deixar claro o seguinte: “eu fui sempre muito franco com o pessoal só que, olha o absurdo, essa reunião, (...) eles levaram militantes do Movimento Negro na minha sala, e a Equipe de Combate ao Racismo que é Secretaria de Educação foi para a reunião como se fosse parte do Movimento Negro. Então eles entraram na minha sala cobrando do Secretário e quando eles terminaram de falar, eu falei assim: “Vocês aqui da Equipe da Secretaria de Educação estão cobrando de mim aquilo que vocês deveriam estar apresentando hoje para o Movimento Negro. Nessa reunião eu acho que consegui deixar claro pra eles que naquele momento aquelas professoras não podiam estar ali falando como Movimento Negro, elas eram Secretaria de Educação (...) ‘vocês são funcionárias da Secretaria responsáveis por uma política da Secretaria de Educação’. Eu acho que depois desse momento, a gente começou a fazer distinção entre o militante e o técnico da SED”.

Lucimar Rosa Dias considera que todo esse processo de luta, de enfrentamento, de posições antagônicas dentro da Secretaria foi sendo transformado num processo muito positivo com os trabalhos que foram sendo desenvolvidos no terceiro momento da Constituinte Escolar, quando o diálogo pôde ser estabelecido: “A gente teve oportunidade de perceber e dialogar (...) foi um processo muito rico, você vê a manifestação das pessoas sobre a questão racial, você percebe o que está colocado, a gente teve grupos que o professor ficou irritado porque a gente estava discutindo isso (...). Mas por outro lado você percebia outras pessoas interessadas querendo discutir. O Congresso foi importante porque impulsionou um processo dentro da própria Secretaria”.

Posições antagônicas definidas, a questão racial na SED acabou sendo incluída nos cadernos que orientavam os debates na Constituinte Escolar. Primeiramente por meio de um trabalho político por parte dos militantes do Movimento Negro para que fosse viabilizada a discussão da temática das diversidades étnicas e das questões relativas ao racismo e à discriminação racial e, posteriormente, com a ajuda do Secretário de Educação Pedro Kemp, que em entrevista, mostrou-se interessado em estudar a questão do negro, tanto que se propôs a trabalhar coletivamente com o Movimento Negro, e assim o fez até o final de sua gestão como Secretário de Educação e, posteriormente, deu continuidade aos trabalhos junto ao Movimento Negro, como parlamentar, na Assembléia Legislativa em Campo Grande -MS.

Oficialmente, o tema que se refere aos negros foi incluído no Plano de Educação para a Rede Estadual de Ensino²⁰. No que se refere ao combate ao racismo, esse plano tem o seguinte objetivo: “promover a discussão da temática racial na escola pública, levando-se em conta os problemas que os negros enfrentam na sociedade brasileira. Sugere o Plano que, para haver a superação destes problemas é preciso, além de um amplo debate sobre as questões raciais no interior da escola pública, a implementação de políticas específicas de superação das desigualdades raciais”.

2. O programa de superação das desigualdades raciais de Mato Grosso do Sul

O Programa de Governo previa a implementação de ações afirmativas para negros em diversos setores do poder público estadual além da educação, tais como: saúde, cultura, justiça e segurança pública e trabalho.

Em 2001, o Secretário de Estado de Governo, Ben-Hur Ferreira, nomeou uma técnica²¹ para ser interlocutora do governo a fim de tratar da questão racial. A intenção era que ela reunisse os diversos setores da administração para o desenvolvimento de propostas de políticas públicas para negros. Sua função básica era coordenar, propor e implementar as políticas de ação afirmativa para a elaboração do Programa de Superação das Desigualdades Raciais do Estado de Mato Grosso do Sul. Assim sendo, a interlocutora reuniu-se com um grupo de técnicos dos diferentes órgãos da administração pública estadual, para definir a programação de uma Oficina voltada à discussão e elaboração de propostas que seriam o esboço do programa do estado para a superação das desigualdades raciais.

A oficina foi realizada em Campo Grande – MS no primeiro semestre de 2001, sendo coordenada pela interlocutora do governo para Assuntos da População Negra e ministrada por um consultor²². Tinha por objetivo inicial a instituição de um grupo de trabalho, que contou com a participação de representantes do poder público estadual, tendo a participação de segmentos da sociedade civil. Estes, ao longo do desenvolvimento da Oficina, apresentaram

²⁰ Plano de Educação para Rede Estadual de Ensino, p.37, Campo Grande - MS, junho de 2001.

²¹ A técnica nomeada para ser interlocutora do governo nos Assuntos da População Negra foi a educadora Lucimar Rosa Dias, militante do grupo TEZ. A interlocução foi um setor instituído, em novembro de 2000, para fazer parte da estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Governo. O objetivo deste setor foi coordenar e elaborar os trabalhos e oficinas, relativos ao Programa de Superação das Desigualdades Raciais, além de viabilizar recursos financeiros para a implementação das ações do Programa de Superação das Desigualdades Raciais de MS. Este setor no ano de 2002 foi transformado em Coordenadoria de Políticas Públicas para a População Negra.

²² O Consultor que orientou os trabalhos da Oficina foi Edson Cardoso, é educador e foi assessor do deputado federal Ben-Hur Ferreira, em Brasília de 1999 a 2001.

propostas para compor um projeto que viabilizaria a elaboração do programa de ação afirmativa para negros do Estado de Mato Grosso do Sul.

Segundo o relatório da Oficina²³, cada grupo de trabalho tinha a responsabilidade de analisar as medidas que cada Secretaria estaria implementando (Anexo III). Nesta oficina foram elaboradas medidas a serem implementadas de imediato e, as que demandariam tempo e negociação com o Governo. Ainda segundo o relatório, essa Oficina foi realizada com a colaboração de 17 órgãos do Governo do Estado²⁴, de um representante da Prefeitura de Campo Grande, um representante da Prefeitura de Corguinho e pelo Presidente do Conselho Estadual de Desenvolvimento e Defesa dos Direitos do Negro – CEDINE.

Após a realização do evento, os participantes tiveram um prazo de 90 dias para a organizar as propostas que comporiam o documento intitulado “Programa de Superação das Desigualdades Raciais do Estado de Mato Grosso do Sul”. O objetivo do programa era implementar propostas de políticas públicas para negros (ação afirmativa), direcionadas para setores da Administração Pública considerados estratégicos no combate às desigualdades raciais, juntamente com a colaboração de entidades da Sociedade Civil, em especial as entidades do Movimento Negro.

Esse documento foi redigido e contém uma parte introdutória, na qual os organizadores fazem referência ao momento sócio-econômico, ao cenário político internacional, à III Conferência Internacional de Combate ao Racismo e Xenofobia, realizada em Durban, África do Sul, no segundo semestre de 2001. Ainda na introdução, enfatiza-se que as propostas elencadas no Programa são resultantes de um amplo debate entre o Movimento Negro, representado pelo CEDINE²⁵ e os técnicos da Administração Pública Estadual, com o objetivo de encaminhar as propostas de políticas públicas de superação das desigualdades raciais no estado.

²³ Relatório da Oficina denominada “Políticas Públicas e a Superação das Desigualdades Raciais” foi elaborado pela Coordenadora do evento Lucimar Rosa Dias, Interlocutora do Governo para Assuntos da População Negra em junho de 2001.

²⁴ Secretaria de Estado de Governo, Educação, Saúde, Segurança Pública e Justiça, Produção, Gestão e Gastos, Fundação de Cultura, Assistência Social, Cidadania e Trabalho, IdaTerra, Receita e Controle, Coordenadoria da Mulher, Modernização Institucional, Infra-Estrutura, Conselho de Gestão das Políticas Sociais, Prefeitura de Corguinho, Secretaria Municipal de Educação e Conselho Estadual de Desenvolvimento e Defesa dos Direitos do Negro.

²⁵ CEDINE - Conselho Estadual Dos Direitos dos Negros, tendo Aleixo Paraguassu Neto como Presidente.

Na justificativa para a implementação do programa de ação afirmativa para negros, os técnicos responsáveis apresentam dados estatísticos colhidos de pesquisas mais atuais, desenvolvidas pelo IPEA, DIEESE, UFMS²⁶, cujo quesito raça é levado em conta.

Na pesquisa realizada pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul: “Oferta e Demanda de Recursos Humanos em Mato Grosso do Sul” coordenada por Ido Michels, economista e professor doutor do Departamento de Economia e Administração da UFMS, os dados (2001, p.15) “(...) apontam que os negros estão fortemente representados nas profissões de menor prestígio, tais como domésticas e lixeiros”. Outro dado obtido desta mesma pesquisa, é que os negros têm chances quase nulas de ingressar em cursos de nível superior como Medicina, Engenharia e Direito. Essa pesquisa mostra que os negros estão em ampla desvantagem no mercado de trabalho.

A equipe que elaborou o Programa de Superação das Desigualdades Raciais do MS utilizou os dados dessa pesquisa para demonstrar as dificuldades do negro no mercado de trabalho: 11,11% dos negros entrevistados alegam que a discriminação racial é um dos fatores que dificultam a colocação no mercado de trabalho. Já 38,8% dos negros acham que é a falta de vagas que os impedem de entrar no mercado de trabalho e 33,33% acham que é a falta de qualificação. Entre os mulatos e morenos, apenas 1,32% mostram a discriminação racial como fator que dificulta a obtenção de vaga no mercado de trabalho. Os maiores índices (2001, p.16) apontam para a falta de vaga, 42,76%, e para a falta de qualificação profissional, 33,55%. Além disso, 0,93% das mulheres negras e pardas evidenciam a discriminação racial como fator que dificulta a entrada no mercado de trabalho; 42,59% entendem que a dificuldade é a falta de vagas e 25% das entrevistadas morenas e mulatas afirmaram que a falta de qualificação é a grande barreira para a entrada no mercado de trabalho.

O Programa é composto por propostas em diferentes temáticas. Para os fins desse trabalho, essas propostas serão discutidas em ordem diversa do original.

²⁶ IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, RJ, 2001. DIEESE – Departamento Instituto Sindical de Estatística e Estudos Sócio - Econômicos, SP, 1999 – UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2001.

2.1. As propostas

Movimentos sociais e assistência, cidadania e trabalho.

Nesta parte do programa, os técnicos²⁷ relatam muito rapidamente a organização política do Movimento no meio negro na década de 1930, representada pela Frente Negra Brasileira, em São Paulo. A reabertura da democracia no final da década de 1970 e década de 1980 foi à oportunidade que os grupos negros tiveram para denunciar as condições de desigualdade social vivida pela população negra. Esse clima de insatisfação social levou à organização política nacional de diversos grupos negros, tanto que em 1985, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, foi fundado um dos grupos mais expressivos de combate ao racismo, o TEZ – Trabalhos e Estudos Zumbi.

Segundo esses técnicos, Mato Grosso do Sul conta com 20 entidades negras, para eles, “mesmo com tantos grupos espalhados pelo estado, ainda não foi possível produzir um resultado político de mobilização social”.

O Movimento Negro historicamente vem enfrentando muitas dificuldades para se constituir como movimento político. As divergências internas que enfrentam, ao invés de impulsioná-lo no sentido do avanço intelectual e da ação, o tem levado muito mais à fragmentação e a inércia.

A maioria das lideranças e intelectuais negros tem defendido um projeto político liberal para o combate ao racismo. Tanto que, no programa, uma das propostas é: “convencer os negros de que as dificuldades de sobrevivência na sociedade não decorrem da questão de classe”, Esses intelectuais justificam o fato de descartarem a questão de classe em seu Programa de Superação das Desigualdades Raciais, da seguinte maneira:

Primeiro, porque a sociedade brasileira não reconhece o racismo, seja de atitudes, seja de sistema, como responsável pelas desigualdades raciais no país. Segundo, e por consequência, porque as próprias desigualdades raciais são vistas como desigualdades sociais de classe, que afetam o conjunto da sociedade brasileira, e são provocadas pelo imperialismo, pelo subdesenvolvimento econômico, pela pobreza, etc. Assim, para fazer face à discriminação e a estigmatização social, ou ainda para tentar reverter às desigualdades raciais, o movimento negro enfrenta um senso comum fortemente estabelecido.²⁸

²⁷ Técnicos do Grupo Temático dos Movimentos Sociais: Naércio Ferreira Fernandes de Souza, Rosana Heinkin, Lucimar Rosa Dias, Nilda da Silva Pereira, Wagner Campos.

²⁸ GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Racismo e anti-racismo no Brasil, Edusp, São Paulo, p. 216.

Em função dos argumentos acima citados, os técnicos consideram fundamental que o Movimento Negro saiba aproveitar os espaços institucionais conquistados, os espaços políticos, como é o caso do Conselho Estadual de Desenvolvimento dos Direitos do Negro - CEDINE, espaço que pertence à estrutura da Secretaria de Estado de Assistência Social, Cidadania e Trabalho do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. Ainda, segundo esses técnicos, esse espaço, deve ser:

muito bem aproveitado pelas entidades do Movimento Negro no sentido de construir políticas que fortaleçam as entidades e busque os instrumentos para estabelecer o diálogo necessário com a população negra que está em sua maioria nos bairros com pior infra-estrutura e atribui a isso apenas o componente sorte.

Por isso esses técnicos acreditam que o papel do Movimento Social Negro é acumular forças convencendo essas pessoas e transformar a discussão da questão negra em enfrentamento político do racismo.

Afirmam as lideranças que: “(...) é preciso fortalecer o Movimento Negro via CEDINE para atuar na superação das desigualdades raciais”. Entendem que é necessário estruturar as entidades tanto no que se refere à organização física, como jurídica. Afirmam que os militantes negros devam ser preparados para o enfrentamento das questões raciais presentes em nossa sociedade. De acordo com o Programa, o Conselho do Negro tem o papel de colaborar na formação dos negros e no fortalecimento de suas lutas no estado. Para tanto, as ações a serem implementadas, devem garantir a infra-estrutura do CEDINE (Conselho Estadual de Desenvolvimento dos Direitos do Negro) para que as entidades possam utilizá-lo, fazer o trabalho de identificação das entidades negras e estimular essa população a formar novos quadros no Movimento Social Negro”.

Para o campo da Assistência Social e do Trabalho, os técnicos²⁹ optaram por sensibilizar os dirigentes de que o estado precisa realizar uma ação significativa para informar a todos a situação do negro brasileiro, no sentido de que não basta um programa de ações, é preciso que seja dado *um tratamento especial* de apoio e valorização do negro. Os profissionais envolvidos com a temática da assistência social e do trabalho no programa afirmam (2001, p.58) que a proposta do grupo surgiu com “(...) intuito de desenvolver seu potencial produtivo, com igualdade de direitos”.

²⁹ Grupo Temático de Assistência Social e Trabalho: Raimunda L. de Brito, Cristina S. Trasil, Ariza C. de Carvalho, Maria Madalena X. de Almeida.

Os técnicos entendem que é fundamental a construção de um programa que trate da qualidade de vida no trabalho, no qual a diversidade seja considerada³⁰.

Ainda segundo esses técnicos, a proposta da Secretaria de Assistência Social e Trabalho, de acordo com o programa, é incluir o “quesito cor” no cadastro do servidor. Eles propõem que sejam ministrados cursos de treinamento para os servidores para que possam entender a importância de incluir o quesito cor nos boletins de coleta de dados, para fins de análise da questão racial. Essa Secretaria se propôs a colaborar no processo de superação das desigualdades raciais por meio de vários programas (Anexo X).

O primeiro passo foi a realização de um curso de capacitação em 2002 para os servidores dessa secretaria intitulado: “Políticas Públicas para a Superação das Desigualdades Raciais”, ministrado pela Equipe de Combate ao Racismo da SED. O curso, segundo OF. SETASS/CDC/002/03, teve a participação de 40 conselheiros da Secretaria.

Além disso, foram destinados recursos do Programa Segurança Alimentar (já mencionado anteriormente) para as comunidades negras rurais e urbanas. Aproximadamente um total de R\$4.896,00 (Quatro mil oitocentos e noventa e seis reais) para um total de cento e cinquenta famílias das comunidades de São João Batista, Furnas de Dionísio, Furnas de Boa Sorte e Quilombo de Jabaquara.

Justiça e Segurança Pública

Na parte do documento que trata de justiça e segurança, os técnicos³¹ procuraram mostrar que a política de Segurança Pública é apresentada como política social garantida pelo Estado para que os homens possam conviver em sociedade. Eles apontam que:

O Brasil tem revelado um grave quadro de desigualdades sociais e raciais pela diferença de renda, gênero, cor e que esta situação tem exposto mais os negros à marginalização oriunda do sistema econômico vigente. Que o quadro da criminalidade e da violência tem crescido assustadoramente em todo o país e estes fatores têm diminuído a capacidade do Estado em assegurar os direitos civis, políticos e sociais fundamentais para a maioria da população brasileira.

Demonstram ainda que o sistema de Segurança Pública no país, inicialmente, era destinado a toda comunidade, mas historicamente serviu para reprimir o crime contra o patrimônio, protegendo as vítimas, ou seja, a classe mais elevada da sociedade, e punindo os

³⁰ Para esses profissionais, a “qualidade de vida” no ambiente de trabalho é importante, pois gera atitudes pessoais que influenciam na produtividade individual.

³¹ Grupo Temático de Segurança Pública: Gilberto dos Santos, Ivone Azevedo, Iracema Mota Queiroz, Ênio de Souza Soares, Luis Carlos Rodrigues da Silva, Aleixo Paraguassú Netto.

infratores que estão situados na classe menos favorecida. Para esses técnicos, adotar essa postura é o mesmo que fazê-la recair sobre os negros que, segundo eles, se encontram mais concentrados na classe pobre.

Consideramos importante destacar como os técnicos que trataram dessa temática procuram analisar a questão do negro. O conceito de história é desvinculado da produção do homem. Tanto que os mesmos entendem a história como algo a ser somado ao real. Eles afirmam que (...) o fator histórico-cultural, somado à realidade, criou no seio policial um procedimento diferenciado que põe a comunidade afro-descendente, por ser a classe menos favorecida formada por um elevado contingente de negros, como elementos suspeitos em atividades policiais, demandando, assim, uma revisão nos conceitos das abordagens, bem como na elaboração curricular dos organismos de segurança”.

Nessa perspectiva, acabam fundamentando suas propostas com base nos princípios liberais, na constituição, e muitas vezes, chegam a confirmar as teorias neoliberais que alegam a incapacidade do Estado para lidar com as questões sociais.

Entendem esses técnicos que a falta de igualdade de direito entre negros e brancos vem causado as injustiças sociais, a pobreza e a criminalidade entre os negros.

A estratégia de combate ao racismo proposta pelos técnicos da Justiça e Segurança Pública, por ter sido construída com base numa realidade parcial, baseia-se no trabalho de mudança dos conceitos das abordagens e na elaboração dos currículos dos órgãos de Segurança, para que o princípio da igualdade possa estar presente nas ações inerentes às funções dos policiais.

Para tanto, propõem o trabalho conjunto das Secretarias de Estado de Justiça e Segurança Pública, buscando oferecer uma formação que venha preparar o policial para o combate ao racismo. Reivindicam que sejam ministrados cursos de capacitação que dêem ênfase aos crimes de racismo, inclusive orientando os servidores da pasta a desenvolverem estatísticas dos crimes de racismo ocorridos no estado.

Quanto às ações a serem implementadas para o combate ao racismo, pretendem os técnicos que sejam incluídos no currículo dos cursos de formação em todos os níveis hierárquicos da Polícia Militar, Civil, Corpo de Bombeiro e Agentes Penitenciários, da temática dos Direitos Humanos, as questões relativas ao combate ao racismo.

Uma outra proposta é que a Coordenadoria de Recursos Humanos da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública deva ter um banco de dados destinado ao levantamento do percentual de funcionários desta pasta segundo raça e gênero para que se possa contabilizar a participação dos negros nos quadros funcionais destas secretarias. E que se

façam às estatísticas dos crimes de natureza racial bem como aqueles considerados prática de violência contra a mulher, constando dos registros a tipificação e local de ocorrência.

Para os organizadores do documento da temática em questão, a inclusão na base de dados dos crimes de natureza racial contribui para a sua prevenção e repressão. Serve ainda, como norte às ações educativas que se pretende promover por setores da sociedade ou governamentais com vistas ao combate ao racismo.

Destacam os redatores da proposta a necessidade de instituir um programa destinado a sensibilizar os funcionários da Secretaria de Segurança Pública, em especial os incumbidos da Polícia Judiciária, representada pelos Delegados e Agentes de Polícia, para que possam ser instruídos sobre a importância de tratar adequadamente os procedimentos apuratórios de crimes de racismo, sejam os previstos na Lei nº 7.716 de 1989, seja a conduta típica prevista no Parágrafo 3º do Artigo 140 do Código Penal Brasileiro, que define a “injúria mediante racismo”. Reforçam a necessidade de um trabalho de formação para os funcionários da Secretaria de Justiça e Segurança Pública mostrando que:

As condutas puníveis no Brasil, caracterizadas como de natureza racial, começam a ser tratadas na área criminal, como contravenção penal na Lei nº 1390 de 1951 (Lei Afonso Arinos). Em quase 40 anos de existência, essa Lei “não pegou”, devido a uma grande resistência das autoridades constituídas na sua aplicação, reflexo do imaginário popular a respeito do assunto. A partir da Constituição de 1988, cujo artigo 5º, inciso LXII, passou a tratar a questão mais apropriadamente, a mudança foi muito tênue. Editou-se uma nova Lei, a de nº 7.716 de 1989, punindo mais drasticamente uma série de condutas discriminatórias. Como ainda assim persistia a não punibilidade da conduta mais corriqueira no cotidiano das relações sociais, que é a ofensa à honra através da menção dos estereótipos relativos à raça, cor, etnia e religião ou origem, a Lei 9.459 de 1997. Esta última providência constitui um passo importante na repressão ao racismo o qual, sob o ponto de vista criminal, se manifesta quase sempre na forma de injúria. A despeito disso, na prática persiste uma grande resistência na aplicabilidade desse dispositivo, por parte da Polícia Judiciária (Polícia Civil), Ministério Público e Poder Judiciário. Tal resistência começa na própria Delegacia, onde o ofendido comparece para formular a comunicação de ocorrência. Não raro, ele é desestimulado a não prosseguir no assunto, sob o argumento de que a referência à sua cor ou raça foi feita no calor do bate-boca, “sem intenção discriminatória”.³²

Para os técnicos dessa temática, as propostas de ação afirmativa elaboradas para a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública têm por finalidade diminuir a resistência das autoridades policiais no que se refere às questões raciais.

³² Programa de Superação das Desigualdades Raciais, p. 22, 2001

Comunidades Negras e Saúde

Na temática referente à Saúde, os técnicos envolvidos entendem que a população afro-descendente das Comunidades Negras de Mato Grosso do Sul deve receber assistência técnica que permita acompanhar as transformações que estão ocorrendo no campo, no setor agrícola, no que se refere à auto-sustentação³³ “através da produção agrícola e geração de emprego e renda fundamentada nos princípios da Agricultura Familiar Ecológica”.

Segundo dados do Programa de Superação das Desigualdades Raciais do Estado de Mato Grosso do Sul, na Comunidade de Furnas de Dionísio, que está situada em Jaraguari a 47Km de Campo Grande, há setenta e seis famílias. Aproximadamente trezentas pessoas descendentes de Dionísio Vieira, um mineiro que ali formou família. Estas famílias cuidam da pequena agricultura de subsistência. Nessa comunidade, segundo o Programa, são desenvolvidas duas atividades: a produção de rapadura e a produção de farinha. Para tanto, as famílias utilizam um galpão comunitário e um fogão de barro. Estão buscando aprender novas técnicas agrícolas com a ajuda de uma associação de produtores. Furnas de Boa Sorte é uma comunidade negra composta por pequenas chácaras, situada a 145 Km de Campo Grande, no município de Corguinho. É formada por trinta e sete famílias e duzentas pessoas, sendo a maioria crianças e adolescentes. A atividade produtiva é voltada para a própria subsistência. Furnas dos Baianos fica em Aquidauana, a 240 Km de Campo Grande com dezessete famílias que, também, vivem da agricultura de subsistência. Segundo os técnicos do Programa, essas três comunidades rurais remanescentes de Quilombo de Mato Grosso do Sul resistiram ao êxodo rural. Muitas famílias, entretanto, carecem de condições básicas como moradia, assistência social, trabalho, saúde, educação e lazer.

Os integrantes do Movimento Negro, colaboradores do Programa, nessa temática, pretendem que as medidas implementadas possam elevar o padrão sócio-econômico e cultural das famílias das comunidades rurais negras, de maneira que o governo do estado, por meio de políticas públicas de apoio e fomento à produção de alimentos básicos, melhore as condições de vida dos negros nas comunidades rurais. Para os técnicos, os objetivos específicos estão relacionados ao desenvolvimento de propostas que minimizem a pobreza e a exclusão social e cultural dos negros.

³³ O Estado criou o Instituto de Desenvolvimento Agrário de Pesquisa e Assistência Técnica e Extensão Rural o IDATERRA, e dentro da estrutura desse órgão há uma gerência para Assuntos Indígenas e Quilombolas. O objetivo dessa gerência é assegurar minimamente a superação da condição de miséria e pobreza das populações citadas.

Afirma ainda, o documento, que é fundamental aumentar a produção das lavouras de subsistência e promover o desenvolvimento sustentável. Assim, os técnicos entendem que será possível começar a reduzir a mortalidade infantil e evitar o êxodo rural.

Para isso, várias ações foram propostas para as comunidades negras, considerando a regularização das terras, inclusive, atividades com apoio governamental para serem desenvolvidas de forma a gerar emprego e renda para aquela população (Anexo IX). Nesse sentido, foram realizadas em 2002, algumas ações (Anexo X), em parceria com o Idaterra, com recursos do Programa Prove Che-Re-Tã³⁴. Segundo o grupo de técnicos do Programa, voltados às comunidades negras³⁵, foram oferecidas também formação geral, seminários e cursos de formação de novas lideranças, um fórum para a juventude do campo, um seminário de agricultura familiar e um simpósio de reforma agrária. Esses eventos ocorreram nas comunidades rurais negras do estado.

No que se refere à saúde, a proposta principal do documento foi assegurar ao Programa de Superação das Desigualdades Raciais a implantação e implementação das ações referentes às doenças que atingem os negros no Estado de Mato Grosso do Sul, promovendo medidas educativas, por meio de curso de capacitação aos profissionais da saúde sobre as doenças que atingem mais a população negra.

A idéia dos técnicos³⁶ era de que as escolas de saúde e as Universidades Federal e Estadual inserissem na grade curricular o estudo das doenças étnicas como é o caso da Anemia Falciforme. As ações implementadas na Saúde em 2002 foram coletadas do relatório de prestação de contas do Programa de Superação das Desigualdades Raciais³⁷ e compõem o Anexo X.

³⁴ Segundo o Manual do Fundo de Investimentos Sociais - FIS, do Governo Popular - MS, o Programa Che-Re-Tã busca a melhoria da qualidade de vida das comunidades indígenas articulando as políticas setoriais e prestação assistência técnica para as atividades produtivas. Portanto, parte dos recursos deste programa está sendo destinado aos negros das comunidades rurais.

³⁵ Grupo Temático das Comunidades Negras: Jorge Aparecido da Costa, Maria Helena Bicudo, Reinaldo da Paixão, Sirlene Antônia Silva de Paula, Solange Batista dos Santos, Amaury Augusto da Silva, Carlos Roberto Gonçalves, Claudionor do Carmo Miranda, Edenir Medina Ribeiro, Jair Terra, Marlene Ricardi de Souza, Raimundo José Cardoso Filho, Yuri Matsumaka, Tânia Maria da Anunciação Silva.

³⁶ Grupo Temático de Saúde: Susana Martins Anésia Higa, Carlos Augusto de Oliveira Botelho, Lúcio Mário da Silva Bulhões, Maria Aparecida Rogado Brum.

³⁷ Relatório de prestação de Contas do Programa de Superação das Desigualdades Raciais elaborado pela Coordenadoria de Políticas de combate ao Racismo da Secretaria de Estado de governo, em junho de 2002.

Trabalho e Emprego

O Programa também aborda a questão do trabalho e emprego. Na introdução dessa temática menciona dados de um relatório encomendado pela Organização das Nações Unidas - ONU, à organização não-governamental Anistia Internacional. Esses dados apontam que, em países como o Brasil, Guatemala e Honduras, a discriminação racial é fator de desigualdades sociais entre brancos e negros e que Mato Grosso do Sul, portanto, não foge à regra. Para confirmar tal afirmativa, seus autores fazem referência à pesquisa efetuada pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, “Oferta e Demanda de Recursos Humanos de Mato Grosso do Sul”, que estabelece o seguinte:

Esta é a primeira pesquisa realizada em Mato Grosso do Sul sobre mercado de trabalho que abordou a questão racial. Assim, a partir do banco de dados do levantamento, é possível saber como se dá a inserção de negros e mulatos no mercado de trabalho.

O cruzamento da variável racial com itens como faixa de renda e escolaridade comprova que a população afro-descendente (negros, mulatos e morenos) sul-mato-grossense está em desvantagem em relação à população branca, refletindo o que acontece no restante do Brasil. (UFMS - 2001, p.13)

Afirma o grupo³⁸ que, embora o Governo Federal, o Estadual e o Municipal estejam se empenhando para melhorar a educação, o resultado têm-se mostrado pouco eficaz na eliminação das desigualdades raciais: “(...) os afro - descendentes aqui têm os mais baixos índices de escolaridade e renda entre a população”. O grupo mostra como em Mato Grosso do Sul isso tem se manifestado em números, ainda por meio dos dados da pesquisa da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS:

Dos sul-mato-grossenses que concluíram o ensino superior completo, 73,68% são brancos, 1,32% são negros e 21,05% são mulatos. Apenas 5,56% dos homens são negros e 7,69% das mulheres são negras e têm curso superior completo. Entre os homens e mulheres brancos, o índice sobe para 17,61% e 14,88% respectivamente. Na ponta de baixo, do total que não completou sequer o 1º Grau, 57,66% são mulatos ou morenos e 7,21% são negros. Apenas 35,14% são brancos. E entre os que têm apenas o 1º Grau, 48,35% são mulatos e 5,49 são negros. Os brancos representam 42,86% do total. (UFMS, 2001, p.15)

O grupo, ainda apoiado nessa pesquisa, procura mostrar no documento como tem se materializado a discriminação racial, alegam que há muitas situações diferença de tratamento entre brancos e negros no mercado de trabalho. Afirmam que os negros com a mesma qualificação dos brancos, acabam recebendo salários mais baixos e são excluídos das

³⁸ Grupo Temático de Trabalho e Emprego: Francisca Pereira da Silva, Miguel Ferreira e José Rberto Camargo de Souza.

melhores oportunidades de trabalho, mesmo na esfera pública. Por isso, procuram sustentar seus argumentos nos fundamentos da Convenção Internacional 111³⁹, da qual o Brasil é signatário, visando com isso, mostrar à sociedade e aos governantes que não faltam instrumentos jurídicos para garantir a propositura de políticas públicas que se desdobrem em ações de combate à discriminação no campo do trabalho.

Ainda, segundo os mesmos técnicos os dados que acusam a discriminação,⁴⁰ dos negros no trabalho, integram o cenário sócio-econômico do Estado marcado pela falência do modelo econômico, com altos índices de desemprego e desigualdades sociais oriundas da concentração de riquezas e, conseqüentemente, da exclusão social. Entendem que essa é a realidade nas sociedades de classe onde os direitos civis, políticos e sociais se distanciam do princípio da igualdade. Destacam que o Governo Popular, quando lançou o Plano de Combate à Pobreza e Exclusão Social, documento anterior e mais abrangente que o Programa analisado neste trabalho, buscou : “(...) orientar o desenvolvimento para a geração de empregos e distribuição de renda, equacionando oportunidades e promovendo a inclusão social (...)”⁴¹. Finalizam a justificativa inicial da temática apoiados no direito de igualdade, recorrendo a artigos da Constituição Federal de 1988⁴² e de uma Convenção Internacional Sobre Todas as Formas de Discriminação Racial⁴³ de que o Brasil é signatário.

Nessa temática, o objetivo geral do programa é implantar e implementar políticas para a superação da exclusão social, resultante das desigualdades raciais a que estão sujeitos os negros. Para tanto, a primeira ação do governo seria garantir o direito à igualdade de remuneração tanto para homens quanto para mulheres, conforme está definido na Convenção 100⁴⁴ da Organização Internacional do Trabalho - OIT.

Como segunda ação, o grupo considera importante a implementação de políticas de educação profissional e de geração de emprego e renda que levem em conta a perspectiva de cor e raça. Entende ser necessário, no programa de banco de dados da Agência Pública de Emprego - SINE, implementar informações relativas aos negros encaminhados ao mercado

³⁹ Convenção Internacional 111 – Convenção Concernente à Discriminação em Matéria de Emprego e Profissão, promulgada pelo Decreto n. 62.150 de 23 de jan. de 1968.

⁴⁰ Esses dados são colhidos das pesquisas: “Mapa da população negra no mercado de trabalho”, DIEESE, 1999 e “Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90”, Ipea, 2001.

⁴¹ Programa de Superação das Desigualdades Raciais, p. 6, 2001

⁴² Constituição Federal, art. 1º A República Federativa do Brasil (...), constitui em Estado Democrático de direito tem como fundamento, IV – a dignidade da pessoa humana; art. 3º, IV promover o bem de todos, sem o preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. art.5º parágrafo 2º- Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte, 1988.

⁴³ Convenção Internacional - Parte I, art. 4º, promulgada pelo Decreto n. 65.810 de 9 de dezembro de 1969.

⁴⁴ Convenção 100 de 21 de junho de 1951 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, – Trata da Igualdade de Remuneração de Homens e Mulheres Trabalhadores por Trabalho de Igual valor.

de trabalho, tanto no serviço público como no privado, para que esses dados possam servir para traçar o perfil do trabalhador afro-descendente.

A equipe apóia a idéia de elaboração de campanhas para sensibilizar empresários quanto à questão racial, para que empresas privadas adotem programas de igualdade racial e diversidade étnica como critério de contratação e promoção de seus funcionários. Defende que o governo estadual subsidie os membros das comunidades negras para criarem pequenos empreendimentos rurais e urbanos, incentivando a criação de cooperativas, montagem de armazéns e silos por meio de linhas de crédito.

Quanto aos programas sociais do governo, a equipe reivindica a participação da clientela negra no Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda – PRONAGER, e no Plano de Qualificação Profissional – PLANFOR e a participação no PROVE Pantanal. Reivindica a qualificação e requalificação das famílias afro-descendentes das Comunidades de Furnas de Dionísio, São Benedito e Boa Sorte, bem como a instituição de uma Comissão encarregada de fiscalizar a aplicação de cota de 20% dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, para os negros.

Por fim, reivindica o desenvolvimento de políticas de combate à discriminação no trabalho, a partir da participação de representantes do governo nos núcleos de combate ao racismo da Delegacia Regional do Trabalho de MS.

Educação

O grupo de trabalho da temática da educação do Programa afirma que a discriminação racial: “também está presente na área educacional, o que acaba prejudicando o desenvolvimento e a especialização da população negra”. Isso culmina com a dificuldade de sucesso na escola e de acesso às posições melhores remuneradas do mercado de trabalho, gerando um círculo vicioso de pobreza, fracasso escolar e marginalização social.

Segundo o grupo, o relatório de desenvolvimento humano - RDH de 2000 apontou que 60% dos negros estão classificados como analfabetos e apenas 18% destes têm possibilidade de ingressar na universidade comparado aos 43% dos brancos⁴⁵.

⁴⁵ O grupo alega que no âmbito da educação: “há um problema muito sério no que se refere ‘as escolas que atendem as regiões onde a população negra é predominante: encontram-se em péssimas condições, além da falta de professores preparados. Acreditam que: “o papel da educação é de fundamental importância no combate ao racismo e na implantação de medidas que permitam um mínimo de equidade no acesso aos diferentes níveis de ensino ‘as crianças, jovens e adultos’. Assim, entende que a base do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul

O grupo entende que o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul deve implementar, de maneira ampla, ações educacionais para a superação das desigualdades raciais. Como medida específica, o governo deve trabalhar no sentido de possibilitar aos professores da rede estadual a oportunidade de compreender o processo de discriminação racial em nossa sociedade, de modo a se tornarem educadores comprometidos no processo de superação do racismo, especialmente no âmbito da escola. E, para que isso seja possível, o grupo acredita que é preciso: “Elaborar propostas de políticas pedagógicas específicas de combate ao racismo para a Rede Estadual de Ensino”.

De acordo com o Programa, as ações a serem implementadas no âmbito da educação devem estar voltadas primeiramente para a capacitação dos professores e funcionários da Secretaria Estadual de Educação sobre a temática racial. Em seguida, para a capacitação dos demais funcionários da administração pública estadual. Esta é uma maneira, segundo o documento, de permitir que os servidores compreendam como se operam as atitudes racistas em nossa sociedade. O Curso de Formação e Capacitação sobre a temática racial reivindicado no Programa (Anexo IV) tem por objetivo:

(...) dar subsídios teóricos sobre o assunto, elaborar e desenvolver projetos com a temática racial, além de receber e acompanhar denúncias de discriminação racial, ocorridas nas escolas estaduais.⁴⁶

A partir das propostas relativas ao curso de Formação e Capacitação para professores da rede estadual contidas no Programa, a Equipe de Combate ao Racismo da Secretaria de Estado de Educação – SED, sob a orientação da Coordenadora de Políticas Específicas em Educação e com a colaboração da Coordenadoria de Políticas Para Negros da Secretaria de Estado de Governo – SEG, sistematizou o curso de capacitação em quatro módulos. A carga horária de sessenta horas aulas nos cursos destinados aos professores da Rede Estadual de Ensino e de quarenta horas-aula, nos destinados aos servidores da administração pública estadual.

É importante salientar que a Equipe de Combate ao Racismo, implantada na SED foi responsável pela elaboração e execução das propostas contidas no Programa, relativas ao curso de Formação e Capacitação dos professores e servidores públicos em geral.

A Equipe de Combate ao Racismo da SED e a Coordenadoria de Políticas para Negros da SEG entenderam que o curso de formação para professores deveria ser um pouco mais

deve estar voltada para : “a implantação de políticas compensatórias de combate ao racismo com base no princípio da igualdade, no pluralismo cultural e na justiça social”

⁴⁶ Trecho do Ofício nº 242-2001 da Coordenadoria de Políticas Específicas em Educação – SED, elaborado em 25 de abril de 2001.

extenso que o curso de capacitação dos servidores, porque aqueles necessitam de orientação para poderem preparar um modelo de projeto político pedagógico onde seja levada em conta a temática do combate ao racismo (Anexo V).

Para cada módulo foram selecionados textos de diferentes autores que discutem a temática racial em áreas como Antropologia, Ciências Sociais, Filosofia, História e Direito. Vale destacar que o módulo III apresenta metodologia para o combate ao racismo na escola, tomando por base proposta de Valente (1995)⁴⁷. Essa proposta vem ganhando acréscimos e desdobramentos ao longo dos últimos anos, quer acadêmicos, como na dissertação de mestrado de Lucimar Rosa Dias (1997),⁴⁸ quer práticos, como os promovidos pela educadora Ana Sena nas aulas de Metodologia do Curso de Capacitação de Combate ao Racismo, oferecido pela Equipe de Combate ao Racismo da SED aos professores da Rede Estadual de Ensino

Em 2002, a Secretaria de Estado de Educação realizou uma série de ações previstas no Programa (Anexo XII).

O Boletim de Atividades da Equipe de combate ao Racismo⁴⁹, elaborado em agosto de 2002, mostra que a primeira turma do curso de capacitação de professores na qual foi contemplada a temática racial teve início em março de 2001, em Campo Grande-MS. Os cursos de capacitação foram ministrados igualmente no ano de 2002 em municípios-pólo (Anexo XI).

Ainda, segundo o Boletim, a equipe de combate ao racismo da SED conseguiu que o curso capacitação na temática racial fosse incluída no programa de capacitação continuada dos professores do ensino médio, financiada pelo Ministério da Educação e Desporto-MEC, uma parceria com Governo do Estado de Mato Grosso do Sul por meio da Secretaria de Educação – SED. Na programação dessa capacitação ficou incluída, conforme reivindicação da equipe de combate ao racismo, a temática racial. Assim, ficou definido que a capacitação dos professores do ensino médio, teria quatro horas aula para o debate na temática racial (Anexo XI, Tabela 02).

Como informamos anteriormente, as ações realizadas pela Equipe de Combate ao Racismo da Secretaria de Estado de Educação foram desenvolvidas juntamente com a

⁴⁷ VALENTE, Ana Lúcia E. F. Proposta metodológica de combate ao racismo nas escolas. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, n 93 p. 40-50, maio de 1995.

⁴⁸ DIAS, Lucimar Rosa. Diversidade étnico - racial e educação infantil: Três escolas, uma questão, muitas respostas. (dissertação) Mestrado em educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), 1997.

⁴⁹ A Equipe de Combate ao Racismo da Secretaria de Estado de Educação é formada pelas técnicas, Ana Lúcia da Silva Sena, Irinéia Lina Cesário, Nilda da Silva Pereira e Ângela Maria Alves.

Coordenadoria de Políticas de Combate ao Racismo⁵⁰, cuja responsável era Lucimar Rosa Dias e podem ser verificadas no (Anexo XII).

Do projeto do curso popular de pré-vestibular

Em 11 de agosto de 2001, as lideranças estudantis de Mato Grosso do Sul solicitaram ao Secretário de Educação e ao Governador do Estado a implementação de um curso pré-vestibular na rede estadual de ensino. A proposta foi aceita por ambos e o curso, destinado a alunos da rede pública em situação de carência financeira, teve início em 29 de setembro de 2001. Do total do número de vagas, 30% foram reservadas para alunos negros.

Inicialmente, o curso teve a participação de doze professores e funcionou em cinco escolas da Capital, atendendo mil cento e dez alunos. Sua duração foi de dois meses (Anexo VI). Quanto aos resultados, 25% dos alunos foram aprovados nos vestibulares tanto da UFMS assim como de Universidades particulares.

Em outubro de 2001, o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Educação, abriu novas vagas para o Curso⁵¹. Após inscrição realizada nas escolas (Anexo VI, Tabela 04), os coordenadores do Projeto do Curso, em conjunto com as unidades escolares, programaram ações alternativas para a realização do mesmo em todo o estado.

Em 2002, o Curso Popular de Pré-Vestibular se ampliou para mais 14 municípios: Aquidauana, Bela Vista, Guia Lopes da Laguna, Corumbá, Ladário, Coxim, Dourados, Jardim, Naviraí, Paranaíba, Ponta Porã, Três Lagoas e Nova Alvorada. Ao todo são cento e quinze professores lecionando em quarenta e oito escolas, atendendo nove mil alunos no primeiro semestre deste ano. Os alunos foram preparados para o vestibular de inverno (Anexo VII - Tabela 5 e 6). Como resultado, mais de mil alunos foram aprovados nos vestibulares das universidades da capital.

A implementação de um projeto de curso popular de pré-vestibular, segundo seus organizadores⁵², se justifica pelo fato de hoje haver muitas pessoas excluídas das

⁵⁰Essa Coordenadoria foi instituída por meio do Decreto nº 10.681, de 4 de março de 2002, Diário Oficial nº 55704 de 05 de março de 2002, p. 3. “A Coordenadoria de Combate ao Racismo está subordinada ao Secretário de Estado de Governo o qual compete, formular, articular, propor e coordenar a implementação de políticas de ação afirmativa, programas e projetos tendentes a reduzir as desigualdades raciais resultantes do preconceito racial.”

⁵¹ De acordo com documento elaborado em julho de 2002 pela Coordenadoria Geral de Planejamento e Projetos da SED.

⁵² O Projeto do Curso Popular de Pré-Vestibular da rede de estadual de ensino de MS de 2001 a 2002 esteve sob a direção de Pedro José de Menezes Biólogo e coordenação pedagógica sob a responsabilidade de Antônio Luis Bezerra de Araújo, pedagogo e psicólogo. O diretor, o coordenador pedagógico e os professores do Projeto do

oportunidades de acesso às universidades brasileiras, estando os negros e os índios mais vulneráveis a esse processo, pois são grupos sociais que se encontram em situação de pobreza no país, em especial em Mato Grosso do Sul.

O projeto pedagógico do Curso visa atender os alunos egressos e freqüentes da rede estadual de ensino, seguindo o critério básico da renda familiar (baixa renda). Em segundo lugar, examinam o histórico escolar do candidato, buscando verificar se é oriundo de escola pública. Assim, a proposta pedagógica do curso oferece oportunidades de estudo aos grupos sociais que não têm condições econômicas para participar do processo seletivo para ingresso em cursos superiores.

Quanto à fundamentação teórica o que fundamenta o projeto do curso em questão, afirmam seus coordenadores que no processo epistemológico devem ser consideradas as seguintes etapas básicas: sensação, percepção, compreensão, definição, argumentação, discurso e transformação científica. Portanto, o projeto tem como fundamento teórico os princípios da fenomenologia. Na metodologia, busca-se desenvolver em sala de aula a interação professor-aluno com ações motivadoras, de respeito às diferenças culturais existentes no ambiente de sala de aula. O objetivo geral do curso, segundo os coordenadores, é a formação do cidadão participativo, consciente de seus direitos e deveres, tendo como princípio a “inclusão social”. Em relação aos objetivos específicos, o projeto do Curso Popular de Pré-Vestibular visa “Preparar melhor os alunos para que eles possam desenvolver um processo decisório dos caminhos a seguir e uma maneira de (...) ampliar a visão de mundo”. Para tanto, segundo documento elaborado pelo coordenador do curso, os professores estão procurando estimular os alunos a participarem dos debates em sala de aula nas diferentes disciplinas. Para eles, essa é uma maneira de facilitar a interação professor-aluno e colaborar com a formação do aluno. E, no intuito de ampliar essa relação, estão promovendo encontros de lazer e cultura.

A grade curricular do curso, segundo documento elaborado pelo coordenador pedagógico, foi reestruturada em 2002 para que, assim, pudesse ser desenvolvido um trabalho, levando em consideração as dificuldades reais dos alunos. Essas modificações foram elaboradas em conformidade com o edital do Vestibular da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

O coordenador do projeto pedagógico e os professores, diante das dificuldades apresentadas pelos alunos nas fases anteriores do cursinho popular, detectaram muitas

dificuldades de aprendizagem nos alunos, especialmente, de interpretação e escrita. E buscaram trabalhar na primeiramente fase, com os conteúdos de conhecimento geral e redação. Na segunda fase, concentram os alunos por área de interesse: Exatas, Humanas e Biológicas. As duas fases têm duração de dois meses.

A grade curricular do cursinho apresenta uma disciplina denominada Oficina e uma outra, Atualidades. Ambas foram planejadas com intuito de abrir espaço para os professores trabalharem com os alunos temas atuais de natureza política e social, com questões relacionadas à pobreza, analfabetismo, conflitos religiosos e desigualdades raciais, por exemplo. Com os debates em sala, os professores entendem que os alunos passam a ter melhores condições para desenvolver um texto mais crítico.

De acordo com Maria Aparecida da Cruz, atual coordenadora geral do cursinho popular de pré-vestibular, nenhum dado estatístico foi colhido que possibilite informar o percentual de negros contemplados com a cota de 20% das vagas da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS.

A proposta pedagógica das escolas da comunidade negra

Para a equipe de combate ao racismo da SED era importante:

Elaborar proposta político-pedagógica específica das escolas das comunidades negras, garantindo, através dos eixos formadores étnico, político, estético e cultural, terra, cultura e resistência negra, incluindo em seu quadro curricular, como parte diversificada, as disciplinas de artes afrobrasileira, história da resistência negra e metodologia de pesquisa.

Essa proposta⁵³ foi considerada contraditória pelos técnicos responsáveis pela elaboração do Plano Estadual de Educação do Estado pois, para eles, essa estava em desacordo com os princípios da Escola Guaicuru⁵⁴ :

(...) não contemplaria a amplitude da questão da desigualdade social da escola, uma vez que as discriminações não acontecem isoladamente, numa faixa ou fase da vida escolar. (...) ainda, a Constituição Brasileira garante que na disciplina História do Brasil seja trabalhada a história do negro e da África.

⁵³ Grupo temático: Terezinha Bazé de Lima, Gleide de Melo Oliveira, Nilda da Silva Pereira, Rosana Heikin, Fabiano Maisonave, Irinéia Cesário, Fabrício Bazé

⁵⁴ Segundo o Texto Base do Plano de Educação para a Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul elaborado p. 35, 2001. A proposta de incluir no currículo escolar disciplina de combate ao racismo, que garantisse o trabalho contínuo ao longo do ano letivo, não foi apresentada para ser votada.

No Plano Curricular da Escola Estadual Zumbi dos Palmares, em Furnas de Dionísio, os temas relativos à história da resistência negra, história da África e artes afrobrasileiras, estão sendo oferecidas, mas, dentro da carga horária destinada à parte diversificada do plano curricular.

Ficou definido pelo governo do Estado que se nas escolas estaduais da comunidade negra, rurais e urbanas os professores quiserem desenvolver qualquer trabalho levando em conta as especificidades do grupo social, deverão fazer uso da carga horária da parte diversificada do plano curricular conforme determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB.

Os técnicos responsáveis⁵⁵ pela elaboração das propostas de ação afirmativa do programa do estado, no que se refere à cultura, entendem que os afro-descendentes precisam de oportunidades para manifestar seus valores culturais. Para esses técnicos, os negros são forçados a consumir a cultura do branco e a juventude afro-descendente, despreparada em termos de senso crítico, não questiona as razões para a homogeneização da cultura. Para tanto, entendem que este programa de ação afirmativa deva colaborar no sentido de implementar ações culturais de lazer, oferecendo oportunidade para que a população negra participe de atividades culturais também voltadas para a valorização da cultura afro, tendo como objetivo específico o resgate da história do povo negro deste estado e de outras regiões do Brasil.

As ações a serem implementadas, segundo o documento, devem voltar-se para a valorização de manifestações da cultura negra (Anexo VII). Muitas ações ao longo de 2002 foram realizadas pela Secretaria de Estado de Cultura alguns em parceria com a Secretaria de Estado de Educação (Anexo XI).

⁵⁵ Grupo Temático de Cultura: Isabela Mercante Pereira, Adair Souza da Mata, Nilda da Silva Pereira.

CAPÍTULO - II

O Movimento Negro décadas de 1930 e 1970

Ao longo do desenvolvimento do primeiro capítulo descrevemos o trabalho de alguns militantes do Movimento Negro em Mato Grosso do Sul, estamos nos referindo às reivindicações apresentadas para o combate às desigualdades raciais elaboradas na década de 90 por esse segmento social que foram, num processo de enfrentamento, absorvidas pelo Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores - PT.

Ao descrevermos a história de luta dos negros de Mato Grosso do Sul, em especial o trabalho do grupo TEZ, foi-se tornando necessário compreender como, paulatinamente, as reivindicações do negro foram sendo construídas. O método de pesquisa proporcionou a caminhada para a compreensão da trajetória do negro na sociedade de classes.

Dois momentos foram considerados relevantes na história do movimento negro. O primeiro momento é a década de 1930, quando o negro, em meio à conjuntura política e às dificuldades econômicas que enfrentava, organizou a Frente Negra Brasileira, primeira organização que teve força política e expressão na sociedade, e de onde partiram as primeiras ações em educação e o esforço em preparar a população negra para o trabalho. O segundo, que merece destaque, é a década de 1970, momento importante da história do movimento negro porque, após alguns anos de repressão política e em meio a uma sociedade violenta, alguns atos discriminatórios praticados contra os negros em 1978, levou um grupo de negros à celebração de um ato público de repúdio ao assassinato de negros por parte de policiais. Nesse mesmo ato, os integrantes deram início aos trabalhos do Movimento Negro Unificado (MNU).

Nesse período, o MNU recebeu apoio de outros segmentos da sociedade que também lutavam por melhores condições de vida e por liberdade democrática, apoiados e incentivados pelos movimentos sociais internacionais em defesa dos direitos humanos. O MNU teve sua luta inspirada na luta de grupos negros nos EUA, que lá estavam sendo contemplados por políticas públicas em educação denominadas Ação Afirmativa. A partir dessas medidas compensatórias para negros, que contemplou o processo de inclusão de negros nas escolas, eles iniciaram uma luta denominada por eles de processo de valorização da identidade por meio da cultura. Os negros começaram a exigir do poder público a inclusão de dados sobre o negro nos livros didáticos, para os primeiros anos escolares, e nos cursos universitários, por

entenderem que os negros haviam colaborado na construção da “América”. Os negros nesse período queriam mais que escola; reivindicavam uma identidade própria. Essas exigências passaram a ser reivindicadas por meio dos “black studies” que culminaram numa política denominada multiculturalismo, baseada na valorização da diversidade cultural a começar pelas escolas e universidades.

Com base nos fundamentos do multiculturalismo praticado nos Estados Unidos da América, o Movimento Negro no Brasil vai desenvolver estratégias de combate ao racismo em educação nos anos 1980. Estas, na década de 1990, serão apresentadas ao poder público como políticas de ação afirmativa.

Para fundamentar esse capítulo trabalhamos com a obra de Miriam Ferrara, que desenvolveu uma pesquisa sobre a contribuição da Imprensa Negra no período de 1915 a 1963. Esta pesquisadora descreve o papel fundamental que esse veículo de comunicação na Primeira República trouxe para a população negra, podendo ser considerado como primeiro instrumento de formação educacional do negro, denunciando o alto índice de analfabetismo entre os negros e sua precária situação social. Como instrumento informativo, a tutora do protesto negro, a Imprensa Negra, abriu espaço político decisivo para diferentes grupos negros além de promover o desenvolvimento de grupos culturais de teatro, música e arte tão necessários para o desenvolvimento do homem.

O trabalho da pesquisadora Regina Pahim Pinto (1993) também foi selecionado porque sua pesquisa faz a descrição do movimento negro em São Paulo de 1900 a 1980, assim como a obra de Florestan Fernandes (1972), que trata da integração do negro na sociedade de classes. Estes dois autores destacam o trabalho das lideranças no meio negro na década de 1930, mostrando como foi o trabalho da Frente Negra Brasileira. Regina Pahim Pinto, além de trazer informações sobre o negro na década de 1930, dedica-se a pesquisar as atividades no meio negro na década de 1970, dando ênfase ao Movimento Negro Unificado, entidade fundada em 1978.

Trazemos ainda para esta pesquisa informações importantes sobre o Movimento Negro na década de 1980 e sobre sua relação no processo eleitoral. No trabalho desenvolvido pela pesquisadora Ana Lúcia Valente (1986), é possível constatar os dilemas desse movimento em meio à disputa dos partidos pelo poder. A maneira como o Movimento Negro buscou arregimentar a militância e a população negra via propaganda do “voto étnico” para a conquista de suas reivindicações e os efeitos dessa campanha para o próprio Movimento Negro.

Os trabalhos destes autores nos ajudam a entender como foram sendo historicamente construídas as reivindicações dos negros no combate ao racismo em momentos que coincidem com as crises do capitalismo. Nesses momentos de crise o Movimento Negro reivindica a valorização das diferenças culturais e apontam a educação como instrumento capaz de colaborar com o processo de ascensão social do negro e de combate à discriminação racial, desde que leve em conta a diversidade cultural. Advogam o ensino da História do Brasil sem os estereótipos aos negros, mas que conte a história do negro que tem raízes na África, de seus ancestrais. Entendem que é preciso, no que toca a questão do negro no Brasil, ir além da sua situação no passado como escravo.

A Frente Negra Brasileira

A Frente Negra Brasileira surgiu em São Paulo em 16 de setembro de 1931 tendo por ideal a união política e social da raça negra. Era composta por 20 membros e um conselho auxiliar com cabos distritais. A Frente Negra (FERRARA, 1986, p.67): “(...) tinha objetivos e metas a serem atingidos; seu objetivo primordial era a ascensão social do negro e, para tanto, as metas seriam: estímulo para estudar, trabalhar, ter casa própria e progredir”. Em seu estatuto, a Frente Negra deixava claro que era preciso lutar para elevar moralmente o negro, por isso, se propunha a colaborar com o desenvolvimento intelectual artístico e profissional do negro.

A fim de colocar em prática seus ideais em prol da melhoria das condições de vida do negro, a Frente Negra, segundo Regina Pahim Pinto (1993), desenvolveu cooperativas econômicas. Por meio dessas, a Frente ofereceu alguns serviços para poder criar escolas técnicas, de ciências, de artes e prática desportiva.

Essa entidade negra foi adquirindo prestígio entre os negros, especialmente porque tinha uma estrutura capaz de prestar à comunidade negra assistência social e educativa. Apoiava os negros no que precisavam. Em sua sede, havia serviço jurídico, gabinete dentário e atendimento médico. Oferecia educação primária, cursos de alfabetização de adultos além de atividades musicais, aulas de dramatização, oficinas de costura, barbeiro e cabeleireiro. Funcionava financeiramente por meio da contribuição dos sócios militantes.

Essa entidade, ao longo de sua existência, se propôs a desenvolver um trabalho de união, elevação e integração do negro na vida nacional. Esse trabalho de arregimentação foi sendo feito por meio de um porta-voz o jornal “A Voz da Raça”, veículo de comunicação por

meio do qual a Frente procurou apresentar suas idéias e anunciar suas reivindicações e luta pela união da raça, para que, juntos, pudessem reivindicar do poder público (PINTO, 1993) o combate ao preconceito de cor e de raça nas empresas, nas instituições públicas, e a democratização do ensino, além de solicitar do governo a adoção de medidas positivas visando o bem-estar social e econômico do negro.

Assim como a Frente Negra Brasileira e seu porta-voz, o jornal “A Voz da Raça”, a imprensa negra implantada nos primeiros anos da Primeira República (1889-1930), na verdade, foi o primeiro veículo na história do movimento negro a trazer uma contribuição à essa população específica, especialmente, no que se refere ao repúdio à discriminação racial e à busca por incentivar o negro a mudar de vida dando, portanto, ênfase à educação como medida necessária para que esse pudesse integrar-se plenamente na sociedade.

A Imprensa Negra

A imprensa negra surgiu em 1915, de acordo com Miriam Ferrara (1986), sendo seu primeiro jornal o “Melenick”. Apesar do período conturbado em termos de política mundial, início da Primeira Guerra Mundial, esse jornal não teve a preocupação de reportar tais acontecimentos. A imprensa negra, inicialmente, (FERRARA, 1986, p.98) deu muita ênfase aos acontecimentos sociais no meio negro como: bailes nas sociedades dançantes, festas de aniversário, falecimentos e promoção dos poetas negros. Muitas vezes houve críticas por parte de colaboradores da imprensa negra que entendiam haver excesso de lazer e pouca promoção de eventos culturais nas reuniões.

A imprensa começou a abrir espaço para poetas negros publicarem seus trabalhos, uma maneira de valorizar o negro. Foram as primeiras tentativas de mostrar ao próprio negro sua capacidade, como homem, de pensar e produzir cultura. Essa foi uma das maneiras utilizadas pela imprensa negra de demonstrar à sociedade que o negro também tinha vida social.

A imprensa negra foi se expandindo e outros jornais foram mostrando preocupação com os problemas do negro na sociedade:

A preocupação do grupo negro e sua diferenciação racial, conseqüentemente sua desigualdade na sociedade global, são expostas a partir daí, ora unindo, ora exaltando, ou mesmo conscientizando ou reivindicando.
(...) se faz presente a tentativa de integração à sociedade brasileira, mostrando que também eles, negros, pesaram no processo de formação histórica (...) o negro é visto por ele mesmo, como elemento essencial à formação do Brasil e, por isso, advoga sua identidade. (FERRARA, 1986, p. 89-90)

Com uma linguagem direta, esses jornais negros procuraram informar a população negra da necessidade de incentivar os jovens e as crianças para irem à escola e da importância desta para o futuro trabalhador negro. O campo da educação foi eleito como o responsável pela melhoria de vida do negro e das condições econômicas. O negro era incentivado a estudar para poder entender a vida na cidade.

A imprensa negra foi representada por muitos grupos, mas foi nas últimas décadas da primeira república, que alguns jornais tiveram destaque e papel fundamental na formação do negro como o “O Clarim da Alvorada”, “Getulino”, “Progresso” e, na década de 1930, “A Voz da Raça”.

Alguns jornais começaram a fazer um trabalho de reivindicação da unidade da raça, chamando o negro para a participação coletiva. Havia uma preocupação por parte de grupos negros da situação de exclusão do negro do convívio social. Então esses poucos jornais começaram a reivindicar dos negros medidas para melhoria de sua condição. (FERRARA, 1986, p.98): “Permanecem as reivindicações do grupo negro colocadas em temas como: educação/instrução, moral/educação, contra o preconceito,(...) pela participação”.

Nesse período, a luta do negro norte-americano começa a ser tomada como exemplo a ser seguido. As lideranças negras concluem que a saída para o negro brasileiro é a instrução. Em um jornal da época, havia a seguinte advertência: “Cultivemos, extirpemos o nosso analfabetismo, e veremos se podemos ou não imitar os norte-americanos” (“O Alfinete”, 1918 apud FERRARA, 1986, p.98) Os jornais negros apontam a instrução como necessária, a fim de preparar o negro para o trabalho: “À instrução e à educação juntemos a profissão que garante o meio de vida” (“O Progresso”, 1930 apud FERRARA, 1986, p.99).

De acordo com Miriam Ferrara (1986), o primeiro período da imprensa negra colaborou com a população negra no sentido de conscientizá-la sobre as condições em que vivia. Em um segundo momento, já expõe para a população negra o problema que o negro enfrenta numa sociedade que o discrimina. A partir daí, vão ficando mais presentes as denúncias de discriminação no campo da educação e do trabalho. “É de lamentar que em Campinas, - a terra abolicionista por excellencia, - (...) pretende uma fábrica, proscrever do seu operariado, as moças pretas.(...)” (“O Getulino”, 1923 - n. 7: 9/9 apud FERRARA, 1986, p.101)

A imprensa negra começa a desenvolver um trabalho voltado para o combate à discriminação e pela reivindicação dos direitos sociais para os negros, alegando que, até aquele momento, tais direitos não teriam se materializado no sentido de promover a liberdade, de fato, dos negros, liberdade que almejavam: a integração à sociedade de classe.

De acordo com Regina Pahim Pinto, a partir de 1924, o negro começa a ser motivado a participar da vida em sociedade. Para isso, era preciso que estivesse unido e aprendesse a forma ‘civilizada’ de se reivindicar direitos na sociedade. A integração do negro à sociedade foi muito trabalhada pela imprensa negra. Esta procurou mostrar para o negro que em sociedade era preciso trabalhar unido para poder conquistar seus interesses.

Além da imprensa negra, muitas entidades foram surgindo, às quais tinham o propósito de abrir espaço para o negro se desenvolver culturalmente. Uma delas (PINTO, 1993, p.85-86) foi o Centro Cívico Palmares, fundado em 1926, em São Paulo. Um dos seus presidentes foi Arlindo Veiga dos Santos que, posteriormente, na década de 1930, tornou-se presidente da Frente Negra Brasileira.

Segundo Regina Pahim Pinto (1993), essa entidade contribuiu para mostrar aos negros que era preciso ter um outro modo de vida. Para isso, procurou oferecer um tipo de atividade social ao negro, diferente das demais associações que privilegiavam as reuniões recreativas como bailes ou atividades esportivas.

O Centro Cívico Palmares tinha como propósito a educação. Para os dirigentes desta entidade, a escolaridade era primordial para a ascensão social do negro. Estudar para encontrar melhor cultura, para poder estar em condições para encontrar uma colocação no mercado de trabalho e se ocupar.

Ainda, segundo a autora, para incentivar o negro, esta entidade criou uma biblioteca e com a participação de professores negros, conseguiu orientar muitos alunos negros que conseguiram ingressar nas escolas superiores. Além da biblioteca, o Centro Cívico Palmares desenvolvia atividades culturais como palestras, encenação de peças teatrais de autores negros, audição de piano e de canto, além de conferências.

A grande preocupação dessa entidade estava em preparar o negro para que pudesse enfrentar o mercado de trabalho. As dificuldades que o negro enfrentava para conseguir emprego são relatadas por um entrevistado da pesquisadora Regina Pahim, que afirma o seguinte:

Na época, apenas um único negro em São Paulo trabalhava no balcão de uma loja tradicional. Este era um fato inédito, pois, o negro não tinha contato com o público nos estabelecimentos comerciais. Era aceito apenas para limpeza, ficava na parte dos fundos. Nas repartições públicas, era servente (...) O cargo mais elevado que conseguia era o de ascensorista. (PINTO, 1993, p.86)

De acordo com a pesquisa de Regina Pahim, essas questões foram sendo trabalhadas pela imprensa, sendo trazidas para o debate nas entidades negras por intelectuais preocupados

com a situação material da população negra. Inclusive houve a tentativa de envolver o Centro Cívico Palmares em questões político-partidárias, o que acabou causando o descontentamento de alguns associados que, por esse motivo, acabaram se desligando da entidade, que foi dissolvida em 1928.

Importa destacar que muitos integrantes do Centro Cívico Palmares passaram à militância da Frente Negra Brasileira em 1931, sendo um deles Arlindo Veiga dos Santos. A Imprensa negra, por meio do jornal “A Voz da Raça”, confirma o trabalho iniciado no Centro Cívico Palmares de organização e orientação do negro e que foi levado para ser desenvolvido na Frente Negra Brasileira:

A F.N.B surgiu no Estado de São Paulo, graças à perspicácia da alma Paulista, que desde de 1926, já havia fundado o CENTRO CÍVICO PALMARES, com o mesmo objetivo da aludida organização. (VOZ DA RAÇA 3 (62) apud PINTO 1993, p.89)

A Frente Negra Brasileira, no seu estatuto, se propunha a desenvolver uma proposta no campo da educação, porque seus líderes entendiam que era preciso preparar o negro para uma vida ordenada, para que a integração do negro na vida nacional se concretizasse.

Essa entidade conseguiu a adesão do negro, pela maneira como procedia a arregimentação, tornando-se um instrumento simbólico na vida do negro. A Frente Negra fazia-o sentir-se valorizado porque, (PINTO, 1993, p.121): “(...) desenvolvia um trabalho de conscientização do negro, de espírito de luta para que este não aceitasse passivamente a sua situação.” Para tanto, estimulava o negro a buscar a ascensão social. Fazia uso de um mediador, seu porta-voz, o jornal “A Voz da Raça”, alertava o grupo negro:

(...) da necessidade de reeducação e instrução, ‘coisa tão necessária a um povo que quer progredir mormente na hora difícil que a humanidade atravessa, é que traz-me a estas colunas, afim de fazer um apelo à gente negra fretenegrina, convidando-a à instrução, pois sem isso ser-nos-á mil vezes mais difícil e quase inglória a campanha em a qual nos achamos, para a conquista dos idéias da Frente Negra Brasileira.

(...) Não é bastante saber ler e escrever. É preciso mais. Um emprego [definido]. Um officio. Feliz do que conseguir dar um emprego a seu filho. (A VOZ DA RAÇA 1937 n.62: /2 apud FERRARA, 1986, p.125)

Os obstáculos à integração do negro na sociedade de classes

As transformações sociais ocorridas no Brasil, mesmo com a implantação da República, não foram suficientes para alterar as desigualdades raciais herdadas do antigo

regime. Florestan Fernandes (1978) afirma que dois dilemas contribuíram para a situação degradante do negro na sociedade.

O primeiro se refere à absorção da “população de cor” às formas de vida social da sociedade de classes, na qual a competição é um elemento determinante. Para o autor, o negro, vivendo uma situação de miséria e abandono, e de forma desorganizada, certamente não tinha condições de ser integrado à sociedade. E o segundo dilema a ser enfrentado era o preconceito de cor. Ou seja, o negro surgia na sociedade de classes sem condições materiais e sem as bases jurídico - políticas e morais do novo regime.

Iniciam-se os protestos no meio negro. Para Florestan Fernandes, a rebelião que se instaurava por meio do protesto negro não tinha caráter de uma revolução contra a ordem social estabelecida, a sociedade de classes. As atenções estavam voltadas para as anomalias do sistema de relações raciais do antigo regime, que persistiam. Nos protestos, não havia uma crítica às injustiças do novo regime. Ao contrário, o negro admitia abertamente que a sociedade competitiva satisfazia seus anseios de segurança e dignidade e de igualdade social.

Os movimentos no meio negro, nas primeiras décadas da primeira república, passaram a reivindicar a plena consolidação da ordem social competitiva e, para isso, repudiavam as práticas históricas do “preconceito de cor”, advogando a abertura da sociedade para os negros também. Em verdade, insurgiam-se contra as iniquidades e as impurezas (preconceito) históricas do regime anterior. Essa foi uma das primeiras tentativas coletivas do negro, de combate às contradições (raciais) existentes na sociedade.

O negro acabou restringindo sua luta aos limites da ordem social estabelecida, apenas pretendendo purificá-la, ou seja, eliminar o preconceito de cor para poder melhorar sua posição social. Essa estratégia, segundo Florestan Fernandes, para dar certo, deveria ter sido compreendida pelo branco, ou seja, o movimento no meio negro precisava do contato social, da cooperação e da solidariedade do branco para fortalecer a luta.

Mas, segundo Florestan Fernandes (1978, p.9), o negro acabou chamando para si: (...) duas tarefas: “a de desencadear no Brasil a modernização do sistema de relações raciais e a de provar, praticamente, que os homens precisam identificar-se de forma íntegra e consciente, com os valores que encarnam a ordem legal escolhida”.

O negro entrou no cenário histórico para reivindicar em causa própria. Esse isolamento político no meio negro, segundo Fernandes (1978, p.9), fez com que o movimento negro, ora eclodisse, ora desaparecesse em certas instituições como partidos políticos por exemplo, “(...) antes de alcançarem seus fins últimos e de preencherem as funções histórico-sociais revolucionárias a que se consagravam.” O autor afirma que, mesmo que os

movimentos tenham optado pelo isolamento, acabaram fazendo um trabalho impressionante pelo fato desses movimentos no meio negro terem sido os : “(...) únicos mecanismos de reação societária consistente aos dilemas sociais criados pela situação de contato racial, na cidade de São Paulo.(...) constituem uma impressionante façanha histórica, na luta pela modernização da sociedade brasileira.

A luta do negro começa a ganhar força nos últimos anos da I Guerra Mundial, motivada pelos protestos dos diferentes segmentos da época. Esses movimentos vão provocar no meio negro sentimento de auto-afirmação e acabam protestando contra a miséria e o tratamento diferencial na sociedade. Alguns negros estavam dispostos a lutar pela abolição das distinções sociais, e de privilégios raciais. O negro começou a entender que suas reivindicações tinham um cunho de justiça social. Para o autor, o objetivo da luta para o negro estava em:

(...) alcançar em curto prazo, igualdade econômica, social e política perante os ‘brancos’(...) Admitia-se e aceitava-se a ideologia econômica, jurídica e política dos círculos dirigentes da ‘raça dominante’. (FERNANDES, 1978, p. 10-11)

O clima geral de renovação política na sociedade provocou a reação dos grupos espoliados da coletividade. Assim é que foram sendo criados pequenos núcleos em torno dos problemas do negro. Mas, mesmo assim, ainda não possuíam a noção da importância da organização permanente, da cooperação e de um projeto político coletivo.

Mas esses núcleos (FERNANDES, 1978) tiveram um papel histórico significativo, acabaram despertando no negro o interesse pelo conhecimento objetivo da “realidade racial brasileira”, mobilizando-o e levando-o ao debate.

O negro começou a entender que, para conseguir prestígio na sociedade competitiva, dependia de certos requisitos psicossociais e, então, se dispôs a conquistá-los, tendo inclusive no imigrante um modelo positivo a ser seguido.

Os imigrantes estavam superando suas dificuldades materiais e o negro via nisso um caminho a ser seguido. Esse contato social proporcionou ao negro motivação suficiente para que começasse a buscar ampliar seu espaço de luta, de reeducação e adaptação ao meio urbano.

O negro depois da I Grande Guerra, com o surto da industrialização, percebeu o aparecimento da pequena burguesia de imigrantes que foi provocando uma transformação nas estruturas sociais. Os imigrantes pequeno-burgueses foram substituindo as camadas dirigentes

representadas pela aristocracia rural num espaço em que essa aristocracia não atuava, o comércio.

Esses movimentos na sociedade foram orientando alguns negros que já começavam a reconhecer a necessidade de conduzir a luta de forma coletiva. Tinham consciência da realidade e da atuação social organizada. A própria população negra começava a se inquietar com a situação humilhante que vivia na sociedade. Segundo Florestan:

(...) foi a revolta contra a capitulação passiva, a heteronomia racial e a resistência à ascensão social do negro e do mulato que operaram como principal fonte dessa alteração da agitação larval em inquietação difusa e em movimento social integrado.(FERNANDES, 1978, p.18)

Essa nova postura, em verdade, foi sendo construída primeiramente por meio do trabalho de alguns intelectuais negros em 1924, que fundaram um jornal que inicialmente se dedicava mais às questões literárias, e, sentindo a revolta do povo negro, passou a desempenhar um trabalho de cunho político e doutrinário. Ergueu o protesto negro por meio do “Clarim da Alvorada”.

O Clarim da Alvorada (FERRARA, 1986) era o jornal da época em Campinas, São Paulo, dirigido por intelectuais negros. Muitos artigos foram sendo publicados nesse jornal provocando inquietações. Procuravam esses intelectuais suscitar os ânimos para uma segunda abolição. O protesto negro, com a ajuda desses intelectuais, foi-se intensificando chegando a fazer parte das inquietações e esperanças políticas que culminaram com a “Revolução de 1930”.

O antigo padrão de relação de dominação tradicionalista e patrimonialista entre “brancos” e “negros”, de acordo com Florestan Fernandes (1978, p.16), entrou em crise graças à: “(...) a universalização do trabalho assalariado, à consolidação da ordem social competitiva e à industrialização”.

Segundo o autor (1978), essas transformações acabaram orientando o negro na compreensão de sua posição na sociedade, que deveria agir de maneira menos submissa. Os negros mais intelectualizados tiveram condições de analisar o comportamento social dos imigrantes e sua ascensão social. Foram testemunhas das mudanças que estes estavam imprimindo à estrutura social.

Muitos imigrantes conseguiram apoiar economicamente seus descendentes oferecendo-lhes condições para que fossem encaminhados à carreira política, e a ingressarem em carreiras liberais. Iniciaram, em verdade, um processo de formação de uma nova geração

no poder. Esses imigrantes formavam a pequena burguesia, envolvida com a indústria e o comércio.

Embora essas experiências da pequena burguesia que se formava na sociedade brasileira tenha despertado no negro uma nova maneira de ver o mundo, no sentido de saber por onde caminhar para conquistar melhores condições de vida, o que os intelectuais negros da época observaram, é que de forma camuflada, os padrões de dominação racial foram mantidos e que esta dominação, ora se manifestava, ora se diluía.

Aos poucos, as lideranças foram orientando as revoltas no sentido de fazer a população negra compreender melhor a realidade social. A inserção do negro nos movimentos de mobilização política de diferentes segmentos das camadas populares permitiu que ele fosse se tornando parte atuante do processo de democratização dos direitos e garantias sociais estabelecidas pela ordem legal.

A partir dessa situação de contato com os diferentes segmentos sociais, que protestavam pela precária situação econômica em que vivia a população brasileira desempregada, agravada com a crise de 1929, e em virtude da conjuntura política, o movimento negro vai apresentar-se com um conteúdo novo.

O movimento social no meio negro via na “Revolução de 1930” a saída para a resolução de seus problemas. Na ânsia de mudar a situação em que se encontrava a população negra, grupos negros iniciaram um movimento, reivindicando melhores condições de vida e contra a situação racial existente. Nesse processo, quem colaborou de forma significativa na propagação da situação racial no Brasil, nesse período de crise e revolução, foi a imprensa. A “imprensa negra” em São Paulo, teve:

(...) uma função socializadora e de controle altamente construtiva. Condensou e difundiu avaliações inconformistas sobre a realidade racial brasileira; contribuiu para transpor o consenso mecânico, fundado na identidade das frustrações, numa solidariedade consciente e orgânica”. (FERNANDES, 1978, p.22)

Isso demonstra que esse movimento, num momento estratégico, buscou soluções práticas no combate à apatia intelectual no meio negro e ao seu isolamento. Para Florestan Fernandes, essas transformações no meio negro, de perceber que é no jogo político que se decidem os problemas práticos do homem moderno, servem de marco na história social do negro em São Paulo.

Essas mudanças culturais proporcionaram uma certa dinâmica no processo de inserção do negro na ordem social. A inserção se deu por meio da assimilação dos ideais do comportamento do “branco”. Segundo Florestan Fernandes, o negro entendia que essa

assimilação de valores e comportamentos deveria ser praticada tanto pelo negro, no sentido de adaptar-se aos valores do branco, como o branco também deveria fazer esse movimento em direção ao negro. Esperavam que o “branco”, nesse processo, modificasse sua maneira preconceituosa em relação ao negro.

No meio negro, os principais líderes apontavam como uma das saídas para as desigualdades entre branco e negro (FERNANDES, 1978, p.32): “(...) uma educação nova brasileira radical, (...) em que se cancele aquele sistema estulto de menosprezar e negar a toda hora o negro...” além de exigirem o cumprimento dos direitos humanos, sociais e políticos para o negro.

Impulsões igualitárias refletiam-se em atitudes e mecanismos de organização coletiva. Mas a educação foi (FERNANDES, 1978, p.42): “(...) colocada como condição número um da luta do ‘negro’ *contra a miséria (grifo nosso)*, o “preconceito de cor” e a desorganização social.”, para o projeto de luta no meio negro, nos anos 1930.

Segundo Florestan, as idéias claras a respeito dos problemas sociais do negro eram compartilhadas por uma minoria com formação mais ampla, se comparada à maioria da população negra. E essa minoria buscava reunir o negro em um movimento, a fim de consolidar a consciência sobre a situação racial brasileira, além de reeducar os interessados e levá-los ao debate.

Como o problema do negro está relacionado a sua integração na sociedade de classes, nos dispomos a analisar a década de 1930, por ter sido esse o período onde se desenvolveram os meios de produção industrial no Brasil, o de diversidade das atividades produtivas.

Além disso, essa década é marcante por ter sido um período de mudanças políticas, com a quebra do poderio das oligarquias cafeeiras formadas pelo eixo Minas–São Paulo.

Florestan Fernandes (1978) afirma que, apesar das limitações intelectuais da população negra e das dificuldades materiais, a Frente Negra Brasileira pôde contribuir para a formação do “novo negro”. A Frente Negra Brasileira:

(...) serviu como ponto de referência das primeiras formas de objetivação social daquelas tendências, num momento em que o “negro” ainda não podia equacioná-las de modo mais ordenado, sereno e consentâneo com as possibilidades da situação de contato.(...) pôs, a “população de cor ” de São Paulo diante das alternativas de comportamento e de opções coletivas (...), abrindo novas sendas à influência ideológica dos movimentos reivindicatórios e provocando avanços que não se fariam a não ser sob a pressão emocional ou moral da própria ação reivindicatória. (FERNANDES, 1978, p.53)

Formada por vários grupos negros, organizados por motivações ideológicas diferentes, a Frente Negra foi forçada a condensar essas idéias em fórmulas práticas e conduzi-las à

concretização. As lideranças fugiam do academismo ou do intelectualismo, sendo esta uma das estratégias usadas para que a massa pudesse acompanhar o movimento. Segundo Florestan Fernandes, na Frente Negra:

(...) fomentava-se a ação como etapa inicial, deixando que ao longo dela ou depois dela, os aderentes entendessem, como pudessem, o verdadeiro sentido daqueles objetivos centrais. Daí o fato capital: o ativismo constituía o nexos efetivo entre a liderança e a massa, bem como entre a propaganda, a formação de uma ideologia comum e a transformação dos líderes ou dos aderentes. (FERNANDES, 1978, p.54)

Para o autor, isso demonstra como a Frente Negra Brasileira desenvolveu um trabalho político, apesar de ter sido de forma estreita. O que segundo ele, não impedia que a Frente como organização viesse a alterar posteriormente sua estratégia política de fins imediatistas. O propósito maior era fazer do negro o “homem honesto”, em condições de ser absorvido pelo mundo burguês, para que, após a adaptação aos padrões do branco, fosse possível redefinir a posição do negro na estrutura social. Segundo o autor (FERNANDES, 1978, p.57), os dirigentes da Frente Negra lutavam para que o negro atingisse um nível de acomodação tal que : “(...) permitisse alcançar igualdade econômica, social e política diante do ‘branco’.”

Para este autor (1978), os dirigentes da Frente Negra entendiam que uma das saídas para se alterar as manifestações de preconceito para com o negro na sociedade estava em reeducar o branco. Ocorre que este projeto de reeducação do branco era limitado, pois, para a Frente, ele ocorreria por meio da acomodação social do negro; entendiam que esse seria um meio para que novas formas de convivência viessem alargar os espíritos, levando o branco à compreensão da irracionalidade da prática do “preconceito de cor”.

Ainda, para Florestan Fernandes, o projeto de reeducação do branco, por meio da acomodação do negro à sociedade competitiva, era limitado, porque tratava apenas de disseminar a existência do preconceito de cor e de denunciar que o negro era prejudicado na sociedade em função dessa prática. A Frente Negra não enfrentou o problema do “preconceito de cor” munida de um projeto mais consistente, com sustentação acadêmica. O que fica evidente é que o projeto da Frente Negra Brasileira não contava com um trabalho de transformação da ordem social. O que importava para esse movimento:

(...) em primeiro lugar era a correção da “injustiça social” de que o negro se erigia em ‘vítima’ e a conquista de uma situação sócio-econômica que regulasse sua integração normal à ordem social existente.(FERNANDES, 1978, p.58)

Com relação à postura da Frente Negra, de seus dirigentes, da maneira como interpretaram os problemas do negro na sociedade fica evidente que esta interpretação baseou-se em conceitos puramente ideológicos. Assim, as questões que contrapunham ao

próprio processo de luta de combate ao racismo oriundas das relações determinantes do sistema de classes sendo desconsideradas não possibilitaram o entendimento da questão racial na totalidade.

Com relação à postura dos intelectuais da Frente Negra Brasileira, da maneira como buscaram analisar os problemas do negro na sociedade de classes, fica evidente como esses intelectuais procuraram trabalhar a questão racial de forma ideológica. A luta de combate ao racismo na sociedade ficou restrita ao âmbito de sua especificidade.

Assim, as questões que se contrapunham ao racismo no processo de luta, questões presentes nas próprias relações de classe de modo determinante, foram desconsideradas, o que impossibilitou um trabalho político transformador, ou seja, a análise da questão racial não se processou em sua totalidade.

O autor (1978) destaca alguns pontos para a compreensão de como é difícil para o negro responder ao drama em que vive, através de movimentos coletivos de protesto, de reivindicação e de luta. Para esse sociólogo, as divergências em maior grau se devem à instabilidade da situação do negro e do mulato na sociedade. Os diferentes níveis de acomodação racial separam os negros em grupos, com concepções de mundo muito diferentes. Tal situação acabou impossibilitando o movimento negro de objetivar um projeto político racial único, que fosse aceito pela maioria.

Portanto, a incapacidade política para lidar com as divergências provenientes das diferentes experiências de acomodação na sociedade competitiva, “(...) eclodiu e propagou-se até o ponto de arruinarem os melhores projetos e as tentativas mais ousadas de união da raça.” (FERNANDES, 1978, p.61).

Outro problema a ser focalizado foram os critérios utilizados para a escolha das lideranças, que se baseava no prestígio e no renome de alguns negros para atrair a massa. Não houve a participação da massa na escolha daqueles que seriam de fato os que representariam os diferentes grupos.

Com fraco poder de coesão da massa pela Frente Negra, as decisões acabaram ficando a cargo de cada liderança, que se inflamou de poder. Ao invés de caminharem em direção ao processo democrático do exercício do poder, preferiram aderir ao modelo fascista de arregimentação da massa. Tal caminho dificultou o desenvolvimento de mecanismos de conciliação entre as diferentes facções, pois não puderam exercer a capacidade política, que lhes permitiria lidar com as idéias antagônicas.

Para o autor (1978), faltaram condições materiais e morais (recursos sociais e culturais) em escala suficiente para que os movimentos tomassem outra direção. Para ele, os

líderes não conseguiam discernir nem atacar por meios apropriados os dois alvos: a desagregação do antigo regime e a absorção do negro em condições de igualdade (econômica, social e política) na sociedade de classes. Mas o que para ele ficou faltando mesmo foi a obtenção de meios para: “(...) criar o ‘querer coletivo’ e o agir que esses dois alvos formidáveis requeriam”. (FERNANDES, 1978, p.69).

Segundo o sociólogo, outro fator, a proletarização, não pôde ser superada. Não foi possível incorporar a maioria da população negra nos diferentes níveis da ordem social competitiva. Os que conseguiram ser integrados à sociedade foram acomodados na classe baixa (migrantes portadores de herança cultural rústica) e, na classe média (indivíduos que exibiam um padrão de vida alto). O que se observava era o individualismo predatório entre a população negra. A “classe média de cor”, segundo Florestan Fernandes (1978,75): “apegou-se (...) aos padrões aristocráticos das antigas ‘elites de cor’ divorciando-se do dever de lutar pelos objetivos dos movimentos reivindicatórios (...) dando-lhes novos conteúdos e outras direções.”

Esses são alguns pontos que acabaram provocando a descontinuidade e inconsistência desses movimentos. Entretanto, o autor considera que a Frente Negra Brasileira “(...) deu uma prova magnífica de capacidade organizatória (...) Ficou em nossos fastos políticos como uma espécie de marco histórico da primeira demonstração de rebeldia e de força da ‘gente negra’.” (FERNANDES, 1978, p.62)

Da proposta de ação em educação da Frente Negra Brasileira

A instrução e a educação que abrangem os valores culturais sempre foram valorizadas pelas lideranças negras. Nos primeiros anos da república, as lideranças, por meio da Imprensa Negra, incentivavam a população negra a se instruírem para poderem entender melhor a vida urbana, para poderem desfrutá-la, mas, para isso, era preciso romper as barreiras do analfabetismo e a falta de cultura.

Poucos foram os que conseguiram garantir uma formação ampla, onde podiam desfrutar do teatro, das audições de piano e declamações de poesia. Os intelectuais (PINTO, 1993, p.234), que entendiam que era preciso ampliar essas oportunidades para toda a população negra, publicavam poesias na Imprensa Negra, motivavam a população negra a se dedicarem não só aos bailes, mas aos eventos culturais e educacionais como palestras e congressos.

Segundo esta autora (1993), esses intelectuais foram-se tornando lideranças no meio negro e estavam sempre procurando advertir o negro da importância da instrução dos jovens, das crianças e dos adultos analfabetos. Por isso, incentivavam os jovens e adultos a participarem das associações culturais negras. Para motivar a população, esses líderes procuravam mostrar como os imigrantes incentivavam seus filhos ao estudo a frequentarem assiduamente a escola e a aprenderem algum ofício. De acordo com Regina Pahim Pinto:

A instrução é apontada como uma via para a ascensão social, como uma maneira do negro ganhar respeitabilidade e reconhecimento, habilitá-lo para a vida profissional (...) permitir-lhe conhecer melhor os seus problemas e, até mesmo, como uma maneira de combater o preconceito tanto do branco para com o negro, como do negro para com o próprio negro. (PINTO, 1993, p.239)

Como se pode observar, a educação desde a primeira república era apontada como instrumento de combate ao preconceito. Mas vai sendo tomada de forma restrita, como instrumento necessário e eficaz para preparar o negro para as conquistas do mercado de trabalho. À medida que a produção industrial nacional foi se desenvolvendo e o trabalho se especializando, essa proposta de educação foi-se tornando central no meio negro.

A Frente Negra, de acordo com Regina Pahim (1993), buscou unir o negro por meio da propaganda ideológica de valorização da raça. Com essa estratégia, a Frente Negra Brasileira conseguiu arregimentar muitos negros, mas ao mesmo tempo que esta entidade ganhava proporção em sua militância, provocava lentamente o desmonte do projeto de formação necessária ao negro, para que ele pudesse de fato compreender a dinâmica da sociedade democrática.

Esse processo deveu-se ao desenvolvimento de um trabalho político por parte dos dirigentes da Frente Negra Brasileira, ultraconservadores de direita, que temendo as agitações dos diferentes segmentos sociais em torno de questões de cunho socialista e comunista nos anos 1930, impuseram aos militantes uma doutrina de cunho fascista. Assim, as lideranças da época foram afastando das reuniões e dos trabalhos nas diferentes sedes da Frente Negra o debate. Tudo era conduzido pelos dirigentes, que pensavam pela massa militante.

Em meio às contradições, a Frente Negra Brasileira, mesmo que de forma restrita, ofereceu à população negra o que o poder público não conseguia fazer: trazer o problema do negro para a sala de aula. A Frente Negra se propôs justamente a isso, embora de forma restrita como descrevemos.

Das atividades educacionais desenvolvidas, a Frente Negra Brasileira deu ênfase ao curso primário, que foi implantado na capital paulista e nas sedes do interior e aos poucos foi se consolidando. Inicialmente, este funcionou sem autorização do poder público e as aulas

eram ministradas por militantes. De acordo com Regina Pahim (PINTO, 1993, p.240): “Em 1934, após três anos de funcionamento do curso primário, a Frente Negra teve o reconhecimento oficial e o poder público nomeou professores do estado para trabalharem na escola primária da Frente Negra Brasileira”.

O curso primário, de acordo com a mesma autora, funcionava no período diurno e noturno. Nele eram oferecidas as quatro séries primárias e, no período noturno, funcionava também a alfabetização de adultos.

A escola atendia, em sua maioria, crianças negras, mas como a sede da Frente Negra na capital estava localizada no bairro da Liberdade, bairro onde predomina a população japonesa, a escola da Frente Negra recebeu, igualmente, crianças japonesas.

Além das aulas da escola primária (PINTO, 1993, p.241), a Frente Negra oferecia para o aperfeiçoamento cultural dos militantes e seus filhos cursos de inglês, ginástica, pintura, música, violão. Oferecia também curso de formação social, como palestras e conferências que tratavam de temas políticos e história e moral e cívica. A fala de um dos entrevistados da pesquisadora Regina Pahim, afirmado o seguinte: “Nós forçávamos mesmo a instrução moral e cívica, principalmente História do Brasil” (PINTO, 1993, p.243). As palestras sobre História do Brasil buscavam se contrapor à maneira como o negro era tratado nos livros didáticos, ou seja, como escravo, como ‘bronco’.

De acordo com Regina Pahim Pinto, as informações sobre as ações da Frente Negra Brasileira em educação deixam algumas dúvidas no que se refere à estrutura do curso de formação e do período em que esse curso funcionou. Não deixaram isso claro, nem há nas publicações na Imprensa Negra, dados que apontem se o curso de formação foi implantado antes ou depois do curso primário.

Para esta autora, apesar da inconsistência de alguns dados no sentido de confirmarem plenamente as atividades educacionais e culturais das entidades negras, não se pode desconsiderar o esforço do negro, de formar lideranças para levar adiante estas atividades. É importante destacar que foi o negro que assumiu financeiramente essa empreitada. E por isso, muitas dificuldades e precariedades surgiram no desenvolvimento das atividades educacionais, tanto físicas como de espaço adequado para se ministrarem as aulas, assim como o preparo intelectual duvidoso de alguns militantes que se dispunham a ministrar aulas de forma voluntária. Apenas o curso primário da Frente Negra Brasileira contava com quadro de professores formados e regularmente remunerados.

A comunidade fretenegrina apoiava as campanhas de doação de material cultural e equipamentos para a escola. Além da doação desse material (PINTO, 1993, p.248): “a Frente

Negra procurou desenvolver um programa de distribuição de material escolar e de confecção de uniformes para os alunos das suas escolas”. Os dirigentes entendiam que essa era uma maneira de dar ao usuário condição de acesso e permanência à escola. Procuraram incentivar o negro a acreditar no êxito por meio da educação.

A Frente Negra Brasileira “fazia uso constante de seu porta-voz, o jornal “A Voz da Raça”, para esse fim. Publicava artigos onde se divulgava o êxito do trabalho e organização da Frente no que se referia à escola. Vejamos um trecho do artigo:

O programa de instrução no meio negro, ganha terreno dia a dia, crescendo sempre a olhos vistos (...) embora não conte com a proteção oficial ela aí está patente aos olhos de todos (...) quero citar entre as diversas [sociedades] que cultivam com carinho a instrução: a FRENTE NEGRA BRASILEIRA e O CLUBE NEGRO DE CULTURA SOCIAL. (A VOZ DA RAÇA, 1932, 08/07 p.2 apud PINTO, 1993, p.249)

O programa de educação da Frente Negra Brasileira para muitos negros foi importante porque, por meio dele, foi iniciado, mesmo que de forma tímida, o protesto contra a maneira como a escola se relacionava com o aluno.

Segundo Regina Pahim Pinto, o negro começa a despertar para a maneira como era tratado na escola regular, começando pela relação professor-aluno e o conteúdo dos livros didáticos, que retratavam o negro de forma estereotipada. Essa contradição foi levantada pela Imprensa Negra.

Ainda a autora procura mostrar que a Frente Negra, mesmo de forma acanhada e ideológica, iniciou o debate de questões que faziam parte do cotidiano da criança e do jovem negro – a discriminação racial. De acordo com Regina Pahim Pinto, (1993, p.254): “O negro, (...) que estava atento à questão do tratamento da criança negra no contato escolar. Aqui não se trata de imagens transmitidas pelos conteúdos escolares, mas a própria interação, envolvendo brancos negros no recinto escolar.” A pesquisadora procurou destacar uma passagem de artigo publicado no jornal “A Voz da Raça” onde o autor afirma o seguinte:

Ainda há grupos escolares que recebem negros porque é obrigatório, porém os professores menosprezam a dignidade da criança negra, deixando-os de lado para que não aprendam, e os pais pobres e desacomodados pelo pouco desenvolvimento dos filhos resolvem tirá-los da escola e entregar-lhes serviços pesados. (“A VOZ DA RAÇA, 1934, 17/02 p.2 apud PINTO, 1993, p.254)

A Imprensa Negra, especialmente o jornal “A Voz da Raça”, porta-voz da Frente Negra Brasileira, procurou divulgar as ações que a Frente Negra implementava em educação, no sentido de denunciar a discriminação no espaço escolar, que posteriormente se refletia no mercado de trabalho e na sociedade. A Frente Negra Brasileira e a Imprensa Negra

procuraram mostrar o descaso do poder público para com as questões que consideravam importantes, o combate ao racismo que, entendiam, deveria começar na escola.

A Frente Negra Brasileira, como símbolo da luta do negro, apesar de na década de 1930 ter conseguido efetuar as denúncias que expomos acima, vai ver seu projeto de valorização da cultura negra inviabilizado porque o objetivo do governo de Getúlio Vargas estava voltado para o fortalecimento da indústria nacional e do capitalismo no país. Era fundamental para esse governo a formação do mercado de trabalho para o desenvolvimento da indústria. Logo, o mais importante era a formação de um contingente de trabalhadores.

Segundo Valente (1999), é na primeira crise do capitalismo em sua fase monopolista, em 1930, que a questão das diferenças culturais se torna visível. Nesse período, houve uma agitação social na Alemanha, onde muitos protestos ocorreram devido a dificuldades econômicas por que passava a maioria dos trabalhadores desse país. Esses, numa situação de fragilidade material e desilusão com o projeto de transformação na sociedade alemã, foram cedendo aos encantos do projeto populista e autoritário, de cunho nacionalista, dirigido por Adolfo Hitler. Esse dirigente político buscou arregimentar o povo com as idéias nazistas, procurando aliviar as tensões sociais e advertindo que, para a solução dos problemas de desemprego e empobrecimento na Alemanha, era preciso eliminar daquela sociedade os portadores de signo diferencial, podendo esse ser relativo a cor, religião e cultura.

Com as idéias racistas e ultranacionalistas, os nazistas foram arregimentando as massas populares que:“(...) mostraram-se particularmente receptivas aos apelos nacionalistas autoritários. Perdendo de vista o processo responsável pela degradação de suas condições de vida (...)” (VALENTE, 1999, p.76).

Ainda segundo essa autora, essa foi a maneira como a burguesia, representada pelas elites alemãs, juntamente com o poderio militar de Adolf Hitler, conseguiu aliviar as tensões sociais e sufocar os movimento dos trabalhadores que lutavam por uma revolução social. Foi por meio da propaganda de uma idéia, de cunho racista, que a burguesia e Hitler conseguiram camuflar o problema real que a sociedade alemã enfrentava – a crise do capital. Esta crise ameaçava seu poderio como classe dominante. Assim, a classe burguesa se aliou a Hitler, apoiando seu projeto político racista: uma estratégia útil de controle social.

Segundo (VALENTE, 1999), no Brasil, na década de 1930, sob o governo de Getúlio Vargas, a questão da diversidade cultural tornou-se um problema. Baseados nas leis racistas desenvolvidas por cientistas europeus, os principais dirigentes políticos, apoiados por intelectuais, entenderam que, para o país ser visto como um país viável economicamente, precisava de uma identidade nacional. Com isso, buscaram eliminar do cenário as marcas

culturais e étnicas presentes na sociedade brasileira, que pudessem atrapalhar o projeto de identidade nacional.

O governo Vargas, na busca de criação de um mercado nacional, entendia como secundárias as questões de diferenças culturais. Para manter a ordem, era preciso que o projeto maior de formação de um mercado de trabalho fosse criado independente das culturas. O que importava era que o capitalismo fosse estabelecido. Por isso, a necessidade de homogeneização cultural.

Para fortalecer esse projeto autoritário, fundamentado nos ideais liberais, o Estado tornou-se indiferente às reivindicações populares. Para viabilizar o projeto de identidade nacional, o governo Vargas apoiou propostas de intelectuais da época, que defendiam a valorização da mistura de raças, ou seja, uma política fundamentada no mito da democracia racial.

A ideologia foi imposta em período em que o movimento social negro discutia um projeto de combate ao racismo, de educação para o negro e reeducação do branco, e protestava por melhores condições sociais; confiantes no projeto de revolução defendido por Vargas. Nesse período, o movimento no meio negro entendia e defendia que o fundamental para o negro era a educação: “A educação foi colocada como condição número um da luta do ‘negro’ contra a miséria, o ‘preconceito de cor’ e a desorganização social” (FERNANDES, 1978, p.42).

Segundo Brito (2000), com a política intervencionista de Vargas, foi possível fortalecer o Estado com a ajuda dos aparelhos coercitivos. Assim, conseguiu, por um processo de homogeneização, apoio e fortalecimento da ideologia nacionalista, para a obtenção do poderio hegemônico, tanto no plano econômico como político e social. Segundo Valente (1999, p.77): “O controle do processo educativo exerce papel fundamental na legitimação desse ideário”. A escola passava a ser reprodutora ideológica do Estado, tornando a cultura oficial hegemônica.

A idéia de sufocar as diferenças culturais, por exemplo, pela eliminação das tradições da cultura africana e dos imigrantes na década de 1930 foi uma maneira de impedir que conflitos de ordem cultural inviabilizassem o projeto: “(...) de construção de um Brasil ‘branco, ocidental e cristão”. (VALENTE, 1999, p.77)

Ainda, segundo Brito (2000, p.86), foi com os princípios liberais de enaltecimento da nação, do idioma e hábitos homogêneos que o governo Vargas abriu espaço para o desenvolvimento do mercado nacional.

A dureza política do governo Vargas para tornar viável a construção do Estado Capitalista pode ser atestada por um documento oficial, a Constituição de 1937. Neste documento, podemos constatar o papel fundamental imposto à educação na difusão da ideologia nacionalista.

A partir de trecho da pesquisa de Cláudia Brito (2000), podemos constatar o rumo que a educação tomou na época, por meio de citação de parte de um documento da Secretaria de Educação de Mato Grosso que expõe o seguinte:

A rede pública de ensino crescia pela necessidade de tornar hegemônica a cultura oficial, a estratificação social rígida não oferecia praticamente qualquer oportunidade de migração social para estamentos mais elevados. Corporificava-se a idéia de uma escola para ricos e outra para pobres; na primeira preparava-se a elite para o exercício das funções de mando e poder, na segunda adestrava-se a massa para a obediência e a melhoria de suas aptidões produtivas.”(SUDEB –SEE, CUIABÁ apud BRITO, 2000, p.91).

A política autoritária de Vargas, a partir de 1937, foi impondo um projeto de desenvolvimento que, para ser viável, precisava ser implantado de forma homogênea, para todos. Logo, os ideais de valorização das particularidades dos diferentes grupos sociais foram sendo descartados porque o projeto maior era de viabilizar a acumulação de riqueza de maneira mais rápida e, para isso, o projeto educacional precisava colaborar preparando brancos, negros, índios e imigrantes trabalhadores para deles se pudesse extrair mais-valia, por meio da produção industrial. Essa se fazia necessária para o desenvolvimento econômico que se propunham, Getúlio Vargas e a elite econômica a implantar no país.

O projeto educacional seguiu os moldes liberais: a educação privada formou a elite pensante para dirigir o país, enquanto a educação pública ficou voltada à formação da massa trabalhadora.

Assim, podemos compreender de que maneira o projeto educacional pretendido pela Frente Negra Brasileira, de valorização da cultura do negro e do combate ao racismo, que deveria ser levado para o interior da escola ou desenvolvido na sociedade, não saiu do plano ideológico. As questões particulares e conflituosas levantadas pelos diferentes segmentos sociais, a partir de 1937 foram sendo neutralizadas, na medida que, sob o governo de Getúlio Vargas, era viabilizada a produção industrial capitalista.

O Movimento Negro Unificado

Como havíamos mencionado no início deste capítulo, selecionamos dois momentos históricos que estão relacionados à criação e à luta de combate ao racismo em que se acentua a valorização das diferenças, em meio à crise do capital. Neste capítulo, estaremos tratando do Movimento Negro Unificado, que foi criado em 1978, período de transtornos políticos, da crise do regime militar e problemas econômicos provenientes da crise do petróleo em 1973.

A proposta do Movimento Negro Unificado foi desenvolver o sentimento de pertencimento no negro. Neste sentido, buscou fundamentar a luta de combate ao racismo nos trabalhos desenvolvidos pelo TEN (Teatro Experimental Negro), fundado em 1944 por Abdias do Nascimento. O objetivo desse grupo de teatro era reunir a cultura e a arte negras. Segundo Regina Pahim Pinto (1993, p.340): “Abdias propunha, em primeiro lugar, o resgate da cultura negra e de seus valores (...) além de abertura de oportunidades reais de ascensão econômica, política e social”. Para Abdias era preciso que a história do negro no Brasil não fosse desvinculada da África.

O teatro, para Abdias do Nascimento, o palco, era a escola viva. Naquele espaço, o negro poderia desenvolver uma atitude frente aos problemas que enfrentava na sociedade. Era necessário resgatar a memória do negro brasileiro. Então a questão do negro implicava em:

(...) uma identidade a ser reconstruída, (...) que se constituiria então, em fonte de uma possível ação social (...) a identidade negra representa a alteridade necessária para definir a inserção do negro na sociedade do branco. (PINTO, 1993, p. 349)

O Teatro Experimental Negro não se dispunha a desenvolver um trabalho em que se discutisse a sociedade e as contradições presentes nas relações raciais na sociedade capitalista. De acordo com a autora, esse movimento pretendia a abertura de oportunidades para o negro. Os integrantes do TEN lutavam pela ascensão da população negra e por isso não criticavam a sociedade.

Na década de 1970, segundo Francisco Silva (1990), a sociedade brasileira viveu sob forte pressão do regime militar que procurava maquiar a crise econômica com a propaganda nacionalista do “milagre econômico”, que significava a abertura do mercado para o capital estrangeiro (o Estado contrai dívidas), o que possibilitaria o crescimento acelerado da economia do país. O Governo Militar impunha a modernização industrial ao país, ao mesmo tempo em que adotava medidas de contenção de gastos pela via do arrocho salarial.

A repressão abateu os segmentos culturais, cerceando o direito de expressão como no Teatro Negro Experimental (TEN), que teve suas atividades retraídas.

O projeto de desenvolvimento econômico baseado no endividamento externo, que ia engolindo em grandes proporções o Produto Interno Bruto, o PIB, somado ao arrocho salarial, no governo presidente Ernesto Geisel, começou a mostrar fraqueza.

Somado a isso, o impacto da alta dos preços do petróleo provocada pela Guerra do Yom Kippur em 1973, que causou mudanças na conjuntura mundial, forçou o fechamento dos mercados mundiais. Essa situação provocou um choque no modelo econômico brasileiro, totalmente dependente dessas fontes financeiras. A indústria brasileira começou a entrar em colapso, pelo fato de estar centrada em grande parte na montagem de veículos e por ser abastecida pelos derivados de petróleo.

Ainda, segundo o autor (SILVA,1990), a crise do milagre econômico intensificou as críticas sobre o regime, sendo este acusado de provocar as maiores desigualdades regionais e sociais, e por ter-se caracterizado num regime onde havia uma brutal concentração de renda nas mãos dos ricos. Sob pressão da opinião pública, os militares iniciaram um processo de abertura política, por meio de uma Emenda Constitucional em 1978, que revogava os atos discricionários e restabelecia as eleições locais.

As circunstâncias de abertura política foram favorecendo o ressurgimento dos movimentos sociais no Brasil, influenciados pelo Movimento Internacional de Direitos Humanos em prol da libertação dos povos africanos e pelo movimento de resistência dos negros nos Estados Unidos da América. Esses movimentos contribuíram para o impulso do movimento negro brasileiro. Os negros americanos desde a década de 1960 iniciaram uma campanha pelo desenvolvimento de medidas de proteção à população negra. Mas foi na década de 1970 que se desenvolveu com maior intensidade nos Estados Unidos um programa de políticas públicas compensatórias para negros, denominado de Ação Afirmativa.

No Brasil, no mesmo período, o clima de tensão provocado por limitações de ordem material (acirramento do desemprego e aumento do índice de pobreza) e de ordem intelectual, fez com que os diferentes segmentos do movimento social reiniciassem um trabalho de luta pela democratização do país. Nesse clima, alguns grupos negros se aproximam do movimento de esquerda e dos liberais que, de acordo com Regina Pahim (1993, p. 361): “.(...) contestavam o regime de exceção e tinham interesse na formação de uma frente ampla contra o mesmo”. Intensificam-se os protestos negros e ampliam-se as discussões sobre raça, classe, poder e cidadania. Alguns grupos negros voltam a se reunir para discutir os problemas da população negra. E iniciam um trabalho com o objetivo de alcançar representação política.

Com o trabalho dos diferentes segmentos sociais, vai sendo instaurado o processo de construção de uma nova ordem social, política e democrática. Vários grupos negros foram

sendo criados, devendo ser destacado o Centro de Cultura e Arte Negra (CECAN), que tinha por objetivo o desenvolvimento de um grupo de teatro. O objetivo dos diferentes grupos teatrais criados nesse mesmo período era discutir e revisar a História do Brasil. No Centro de Cultura, o teatro foi um espaço para a conscientização do negro à respeito da cultura africana.

Além do Centro de Arte Negra, foi criada a Federação do Estado de São Paulo (FEABESP) em 1977, que criou o jornal “Jornegro”. De acordo com Regina Pahim Pinto (1993, p 363): “Essas associações (...) estiveram na raiz da formação do Movimento Negro Unificado”. Muitos eventos foram realizados no Rio de Janeiro e em São Paulo entre 1975 e em 1976, quando foram sendo esboçadas as primeiras diretrizes de uma ação política.

Ainda segundo a autora, nesses eventos, a questão da identidade era sempre levantada por um grupo e muito criticada por outro, que entendia a importância da identidade negra, mas afirmava que questões mais graves atingiam a população negra e mereciam destaque. Para a autora: “essas duas posições (...) estão presentes nas discussões sobre a maneira de enfocar e abordar o problema do negro no Brasil” (PINTO, 1993, p. 364). O movimento negro, neste período, segundo essa autora, apesar de apresentar diferentes posições ideológicas, demonstrou que o negro em nenhum momento deixou de lutar para alcançar seus direitos, embora em diferentes momentos, de forma ambígua, entendesse que ora era preciso valorizar a raça, e ora a questão de classe.

A autora afirma que, na luta, o Movimento Negro Unificado procurou equacionar os problemas relativos à classe, sem deixar de considerar a ênfase na identidade negra.

O movimento foi criado em 1978, em São Paulo, num ato público de repúdio à discriminação racial praticada contra dois atletas negros expulsos de um clube e à violência praticada por policiais em uma delegacia, onde haviam espancado um trabalhador negro até a morte.

Conforme relata a autora (1993), a imprensa negra, entidades e artistas negros, em 1978, concordaram em realizar um ato público, porque entenderam que não era possível calar-se diante de uma situação de discriminação racial. Para os integrantes dessas entidades, tal situação estava levando o negro a condições de miséria humana, minando sua capacidade de lutar por uma vida em que estivesse garantida a sua participação política, social e principalmente a econômica, que se traduzia em desigualdade racial.

Então, a autora procura chamar a atenção para o que motivou a criação do Movimento Negro Unificado. Foram os mesmos fatores que contribuíram para a criação da Frente Negra Brasileira, em 1931: a prática de atos discriminatórios contra o negro, num momento de crise do capital.

O Movimento Negro Unificado tinha por objetivo constituir representantes por todo o país, porque seus dirigentes estavam interessados na representação política. O objetivo principal do Movimento Negro Unificado, de acordo com a autora (PINTO, 1993), era o combate ao racismo e aos efeitos da discriminação racial nos diferentes espaços que o negro atuava na sociedade brasileira. Para a realização desse objetivo, entendiam os líderes do MNU, era preciso que a população negra fosse mobilizada e organizada para lutar por sua emancipação política social e econômica.

As lideranças do MNU elaboraram uma Carta de Princípios (PINTO, 1993) procurando destacar, como protesto político, que a questão racial, mesmo naquela década, a de 1970, permanecia como um problema para o negro. E, nesse documento, declararam: “O movimento resolveu concentrar a sua luta, que deveria ser levada pelo próprio negro, entendendo, porém que, nesse segundo momento, era preciso o Movimento unir-se a outros segmentos sociais, em especial, aos que se solidarizavam com os objetivos do negro, de conquista de sua emancipação como cidadão, e do combate ao racismo”.

Ainda, na carta de princípios, de acordo com Regina Pahim (1993), as lideranças do MNU apresentam suas reivindicações para a melhoria das condições de vida do negro.

O Movimento Negro Unificado, a partir dessas propostas contidas na carta de princípios, desenvolveu um programa de ação no qual defendeu, além da valorização da questão da identidade negra, que o problema da pobreza e do desemprego no meio negro estava relacionado à estrutura da sociedade. Criticaram o sistema capitalista pela situação em que se encontrava a população negra.

Por isso, no programa de ação, o MNU afirma que: “somente com uma transformação social seria possível resolver os problemas do negro que, ainda não tem garantido direitos fundamentais como emprego, moradia e educação” (PINTO, 1993, p. 369). Desenvolveu-se uma linha de ação para a questão da segurança pública, trabalho e educação onde foi proposto que: “(...) a educação se transforme num instrumento de libertação, o que implica a transformação do conteúdo educacional, para que este leve em conta os valores do povo negro” (PINTO, 1993, 369).

A proposta de ação em educação do Movimento Negro Unificado

O que se pode constatar, pelas preocupações das lideranças negras no tocante à educação nas décadas de 1970 e 1980, é que elas já não expressam a mesma preocupação com a instrução,

como ocorrera nos primeiros anos da primeira República, e, especialmente, na década de 1930. Nos anos 1970 e 1980, a ênfase na educação se diferencia da época anterior pelo fato de a educação daqueles anos ser tratada como necessária ao negro, para que pudesse se reeducar e assim, integrar-se à sociedade, ou seja, a instrução era tratada como instrumento útil e eficaz para transformar o negro em um “novo negro”, similar ao branco.

Já nos anos 1970 e 1980, a educação vai um pouco além do interesse pela ascensão social. Ela é impulsionada por um ideal, a valorização da cultura negra. É um processo de retorno à África, aos antepassados. Uma busca pela valorização dos povos africanos, que lutavam, no período, por liberdade contra a opressão imperialista nas colônias africanas.

A instrução é criticada porque, segundo o Movimento Negro (PINTO, 1993), ela não se realiza na totalidade, porque, desconsidera a “História do Negro” e, por isso, foi considerada, na época, como nociva às crianças e jovens especialmente, às negras e à sociedade democrática em geral.

(...) a tônica da questão educacional, neste período, é a crítica à postura da história em relação ao negro, ao seu modo de ser, às suas habilidades, ao costume de se enfatizar a sua docilidade, esquecendo-se todo o movimento de resistência que tem sua expressão máxima em Palmares. (PINTO, 1993, p. 394)

Denuncia o MNU, nesse período, a política educacional, pelo fato dela silenciar a respeito de Palmares, da história que eles entendiam como verdadeira e que não estão contidas nos currículos escolares. Por isso, a educação, nesse período, passa a ser mais criticada do que nos anos anteriores.

As lideranças do movimento, preocupadas em colaborar com a transformação social, entenderam que essa poderia iniciar-se pela educação, porque consideraram esse o espaço de mudanças necessário para o cumprimento de suas reivindicações. Por isso, reivindicaram uma revisão da historiografia. Essa medida foi discutida em evento realizado pelo movimento, em cujo documento ficou registrado: “é aprovada durante o 1º Encontro Estadual em Defesa da Raça Negra uma proposta de revisão da história do negro a ser introduzida nos currículos escolares” (PINTO, 1993, p. 395). Com o objetivo de sustentar essa proposta, a imprensa negra, na época, iniciou o processo de valorização da cultura negra, publicando artigos que exaltavam o trabalho de entidades em São Paulo dedicadas a melhorar as condições de vida do negro e das que se dedicavam à promover eventos ligados às manifestações culturais negras.

A imprensa negra assumiu o papel que o Movimento Negro Unificado entendia como sendo de responsabilidade da escola, o de denunciar a discriminação para com o negro. Ao

assumir tal responsabilidade, o jornal negro tornou-se o espaço onde vários negros puderam ser entrevistados e manifestaram seu repúdio ao preconceito: “Todos, sem exceção, reconhecem a existência. Na escola, nas empresas, no olhar das pessoas, nas atitudes da polícia, infelizmente, as pessoas se recusam a encará-lo (...)”. (PINTO, 1993, p.400)

Então, o empenho do Movimento Negro Unificado estava voltado, durante a década de 1980, para um trabalho de desmistificação de datas, de ídolos e da maneira como o negro na história foi sendo apresentado, daí o esforço em valorizar Palmares e Zumbi.

A proposta de ação em educação do MNU, as iniciativas, tiveram que partir dos centros de estudo da cultura e arte negra. Por isso, a educação não satisfazia, naquele momento, os anseios do movimento. A educação, em verdade, constituía numa barreira aos ideais que se levantavam naquele momento. Não havia nada que a escola pudesse oferecer, até então, para que pudesse colaborar com a proposta de ação de uma educação que levasse em conta o que o MNU entendia como necessária para a formação do negro e da criança negra, principalmente.

Por isso, as lideranças se empenharam em desenvolver uma proposta de ação. É importante salientar que o Movimento Negro Unificado entendia que a questão do negro precisava ser sustentada pelo negro.

Como a educação passou a ser direcionada não apenas para a instrução, o MNU acabou ampliando sua proposta de ação em educação, orientando os trabalhos para o campo da cultura. A idéia estava em sustentar seu objetivo de afirmação, a identidade negra. A afirmação da identidade era com base:

(...) na valorização da cultura afro e o empenho em identificar o negro, com as suas raízes expressa-se também através da preocupação em conhecer e preservar essa tradição (...) com uma proposta de grupos de realizar um levantamento de todo o passado da ‘raça’ negra, (...) das ‘tribos africanas’ que vieram para o Brasil”.
Visava: (...) defender permanentemente a independência das manifestações da cultura negra; denunciar e desmascarar a linguagem racista que vigorava na sociedade brasileira. (PINTO, 1993, p.409-410)

Com essa postura, o MNU foi demonstrando que a preocupação das lideranças no que se refere à instrução, estava no currículo escolar, especialmente, na disciplina História do Brasil, que, para eles, ainda oprimia o negro. Foi ficando evidente para os dirigentes do movimento que a afirmação da identidade se processava em meio à recuperação da história do negro e dos seus heróis.

De acordo com Regina Pahim (1993), a afirmação da identidade se processa por meio de sinais diacríticos como o “cabelo afro”, os “bailes soul”, que permitem reforçar o sentido de pertencimento a um grupo. Para a autora, esse esforço: “em exaltar a origem

africana, sem dúvida, expressa uma tentativa de marcar diferenças, mecanismo esse utilizado para impedir as assimilações que aconteceram no passado, onde o negro se inspirou e absorveu a cultura do 'branco', desprezando a sua negritude que à época, era sempre relacionada ao passado, à escravidão e à opressão.

Com base na afirmação da autora (1993), o que podemos entender é que o Movimento Negro tende a integrar-se à sociedade de classes nesse segundo momento, década de 1970 e 1980, por meio da propaganda ideológica do reconhecimento da diferença, que está inserida no processo de construção da identidade negra. Justamente, num momento em que em diferentes partes do mundo ascendiam movimentos de valorização da diferença cultural.

A fim de entender esse movimento de reconhecimento da diferença na década de 1970, voltamos a recorrer ao trabalho de Valente (1999), onde a pesquisadora procura mostrar como a visibilidade da diferença se deu em meio a mais uma crise do capitalismo.

Segundo essa autora (1999), a mão-de-obra estrangeira na Europa Ocidental na década de 1960 favoreceu a prosperidade econômica. Esta foi impulsionada pelos Estados Unidos da América, que ajudaram na reconstrução dos países europeus mais afetados pela Segunda Guerra Mundial. A ajuda financeira possibilitou aos países europeus a retomada do crescimento da produção industrial. Com a retomada da economia européia, o mercado abriu oportunidades para os nacionais e para os estrangeiros, acelerando o fluxo de imigrantes na Europa.

Ocorre que a partir de 1974, com a crise do petróleo, como afirma Valente:

(...) as restrições veladas em relação à presença dos imigrantes transformam-se em hostilidade declarada. Afinal, a perspectiva do desemprego ameaça a todos, até mesmo os trabalhadores 'nativos'. Inseguros, despojados da certeza de sua sobrevivência enquanto trabalhadores, muitos europeus atribuem aos 'outros', aos 'estrangeiros', portadores de marcas diferenciais, a responsabilidade pela situação caótica em que suas vidas e a de suas famílias estavam mergulhadas. A tensão entre 'nacionais' e 'estrangeiros' agrava-se com rapidez. Muitos imigrantes tornam-se vítimas da violência da extrema direita, enquanto a direita 'civilizada' propõe limitar o seu direito de cidadania e os ameaça com a exclusão total." (VALENTE, 1999, p. 82-83)

O que fica demonstrado é que o imigrante, o diferente, num momento de crise, de instabilidade e desajuste da econômica, torna-se um obstáculo, um problema à sociedade. E no momento de prosperidade, a mão-de-obra do trabalhador estrangeiro é bem vinda.

Segundo Callinicos:

A dependência no trabalho imigrante provou ser uma característica estrutural do capitalismo avançado na Segunda metade do século 20. No início os anos 70 havia quase 11 milhões de imigrantes na Europa Ocidental, que vieram da Europa Meridional ou das colônias durante o boom das décadas de 50 e 60.

Os capitalistas empregam trabalhadores imigrantes por causa dos benefícios econômicos que trazem: contribuem para a flexibilização da oferta de trabalho, são frequentemente incapazes de recusar empregos de baixo salário ou trabalhos sujos envolvendo turnos e, uma vez que os custos de sua formação foram pagos em seus países de origem, esses trabalhadores trazem, através dos impostos que pagam, uma contribuição líquida para a reprodução da força de trabalho no país hospedeiro. Mais do que isso, a existência de uma classe trabalhadora composta por 'nativos' e imigrantes torna possível a divisão de classe sobre bases raciais, particularmente se as diferenças de origem nacional correspondem, pelo menos parcialmente, às diferentes posições na divisão técnica do trabalho.
(CALLINICOS, 1993, p. 20)

No Brasil, a valorização da diferença reivindicada pelo negro nas décadas de 1950 e 1960 não se realiza em razão do crescimento econômico, do desenvolvimento da produção industrial. O mercado de trabalho estava aberto, favorecendo a absorção da mão-de-obra da população negra. Na década de 1970, com a crise do capitalismo, os negros, em uma situação de exclusão social iniciada no regime militar e com o crescimento do desemprego que ameaçava os trabalhadores, passaram a enfrentar as situações de discriminação no mercado de trabalho.

Estes fatores acabaram motivando os grupos negros a lutarem, tanto pela integração social do negro, quanto pela valorização da raça e da diferença racial, como medidas necessárias ao combate às desigualdades raciais.

Para o Movimento Negro Unificado (1993), nesse processo de valorização da diferença, o negro entra num movimento de valorização da raça e passa a ser orientado a se afastar da prática do embranquecimento (processo utilizado na primeira fase do movimento negro, na década de 1930, uma tentativa de integração à sociedade). No segundo momento de luta do movimento negro, na década de 1970, o processo de valorização se dá por meio do culto a símbolos comuns ao grupo. A idéia do Movimento Negro Unificado era fazer com que o negro lentamente fosse assumindo o que a sociedade vê como "feio" (suas características fenotípicas). Nesse sentido, para o movimento, é que seria possível iniciar o combate ao embranquecimento, por meio da valorização das diferenças culturais.

A África (1993) passa a ser o *locus* dos valores a serem cultuados, ao mesmo tempo que o MNU passa a fazer uma campanha de repúdio ao colonialismo em países africanos.

Ocorre que o Movimento Negro Unificado (1993) no período não considerou as transformações que vinham ocorrendo na própria África, onde muitas das Colônias se encontravam mais ocidentalizadas, devido ao processo de desenvolvimento da produção industrial.

Enfim, o Movimento Negro vem procurando de forma cíclica, apresentar um caminho que, aparentemente, apresenta-se como novo e capaz de colaborar com o processo de superação dos problemas que o negro vem enfrentado historicamente. Na década de 1930, o movimento social negro elegeu a educação como necessária ao negro para que pudesse ser integrado à sociedade de classe. Na década de 1970, o Movimento Negro Unificado, em meio a uma conjuntura política e à propaganda socialista, admite que o problema do negro está relacionado à estrutura social capitalista, ou seja, a questão de classe passa a ser levada em conta. Mas insiste em colocar na pauta de suas discussões o projeto de construção da identidade negra.

Essa proposta de luta, no Brasil, foi sendo fortalecida pelo movimento em defesa pela diversidade cultural, amplamente difundida nos Estados Unidos da América com a política do multiculturalismo, defendida por intelectuais negros desse país.

O multiculturalismo (SILVA, 2000) foi sendo gradativamente absorvido pelo Movimento Negro no Brasil, especialmente pelos intelectuais que atuavam no movimento, no campo da educação. Muitos educadores, na década de 1980, iniciaram uma discussão focada nas reivindicações do Movimento Negro Unificado de valorização da cultura afro e começaram a discutir o sistema de ensino, o currículo escolar e a possibilidade de mudanças, conforme a proposta de ação em educação do MNU.

Segundo Regina Pahim (1993), o programa de ação do Movimento, estava propondo ampliar seu campo de ação, articulando a questão racial com os problemas econômico, político e social, uma postura mais avançada, comparada às posições tomadas pelas lideranças negras no início do século XX. Entretanto, a maneira como seus integrantes procuraram articular raça e classe parece não lhes ter possibilitado avançar de maneira que pudessem, de fato, ter compreendido como se dão as transformações numa sociedade de classe, ou seja, questões como diferenças culturais precisam estar fundamentadas no âmbito das questões universais, que se traduzem na luta de classes.

O projeto do Movimento Negro, restrito ao campo da cultura e educação, esteve mais voltado para o campo ideológico, ficando distante da sua concretização por não se fundamentar nas determinações do real. Ao adotar a questão da identidade negra como elemento central de sua luta, acaba esbarrando em obstáculos que inviabilizam a própria realização de seu projeto, como é a questão do que é ser negro no Brasil.

A cultura é tomada como instrumento mediador. A ênfase na cultura, de acordo com Regina Pahim (1993), foi impulsionada pela imprensa negra que retomou seu trabalho na década de 1970, denunciando a discriminação para com o negro. Essa (PINTO, 1993) passou

a denunciar a postura ausente da imprensa regular, que não divulgava a situação do negro, e a liderança negra criticava quando a imprensa publicava uma matéria sobre o negro, pois o conteúdo era tratado de forma folclórica. A imprensa negra procurou, então, denunciar essas matérias, porque, segundo as lideranças negras, o que mais era reforçado, ao final, era a imagem negativa do negro, o que tornava pior sua situação na sociedade. Além dos jornais, os livros didáticos também foram muito criticados na época, porque a imagem do negro, da mesma maneira, era tratada de forma estereotipada, o que, para as lideranças, reforçava o preconceito no ambiente escolar, sendo prejudicial para as crianças e, muito complicado para as crianças negras.

Assim, a imprensa negra exortava a população para que apoiasse a sua luta solicitando a colaboração financeira dos leitores, para que pudessem dar continuidade aos trabalhos dos editores. A circulação dos jornais, muitas vezes, era irregular, a ponto de interromper as publicações sofrerem interrupções, por meses.

Para os editores do jornal, a falta de apoio da população negra no trabalho da imprensa negra revelava a fragilidade do trabalho do movimento negro: “as incertezas sinalizavam, muitas vezes, o reflexo do próprio movimento negro, pela falta de objetivos para a luta”. De acordo com a autora, para os editores do “Jornegro” :

(...) esta falta de objetivos definidos se expressa na onda cíclica com que as questões raciais vão e voltam à moda, sempre encaradas de forma sentimentalista e superficial. O jornal se refere a um sentimento de inferioridade tão enraizado no negro, que o leva a rejeitar os seus próprios hábitos e valores, afetando o movimento e, consequentemente, a própria imprensa negra. (PINTO, 1993, 379)

Para a imprensa negra, o sentimentalismo expresso pela maioria negra, acabava sendo o combustível para aquela volta ao antigo mecanismo usado para justificar a condição de inferior na sociedade.

O “Jornegro” (PINTO, 1993) exortava o negro a assumir-se enquanto negro e não como escravo. Por isso, exortava os antepassados nascidos na África e sua cultura, que deveria ser mais valorizada pelo negro. Os editores desse jornal entendiam que a valorização da cultura negra também deveria ser processada pela construção de uma História do Brasil, onde o negro participaria como ativo e combativo, não apenas como escravo. Queriam ver o negro representado com bravura e inteligência, que lutou em defesa de sua liberdade e demonstrou capacidade de resistência como Zumbi.

A Imprensa Negra volta-se para o negro, buscando reforçar seu sentimento de identidade. Para isso, na década de 1970, procura intensificar seu trabalho de valorização da

cultura e orgulho negro, comentando, nos artigos publicados, os conflitos que ocorriam em muitos países da África, onde o povo lutava por independência.

De acordo com Regina Pahim (1993), para muitos editores, era preciso que o negro se valorizasse, se livrasse do passado escravista. Por isso, referiam-se a exemplos dos africanos, que depois de muitos anos de regime colonialista, engajaram-se na luta por independência.

A formação baseada na valorização do negro em busca de uma identidade construída pelo negro para a sociedade vai servir como incentivo para que ele reflita sobre sua situação. Logo, a identidade torna-se o instrumento necessário para arregimentar o negro e justificar sua união e vontade de lutar por sua integração social, combatendo desigualdades raciais.

Nesse segundo momento, na década de 1970, o negro é chamado a “lutar politicamente para transformar a estrutura social”, em meio às manifestações sociais de diferentes segmentos sociais.

O Movimento Negro Unificado buscou arregimentar a militância, a população negra, de forma diferenciada da então ocorrida na década de 1930, que se realizou por meio da propaganda de assimilação total dos valores culturais. Na década de 1970, passou, então, a desenvolver um trabalho de arregimentação dos negros com base nas diferenças de um projeto de luta pela construção da identidade negra.

Nesse aspecto, o Movimento Negro Unificado se diferencia do movimento anterior, realizado pela frente Negra Brasileira na década de 1930. Passou a denunciar a situação marginalizada em que se encontrava a maioria da população negra e atacou o sistema capitalista, alegando que esse tinha por objetivo manter uma “minoridade” oprimida. A imprensa negra, nesse segundo momento, já não coloca o negro como culpado pela situação de miséria, embora ainda o responsabilize pela desunião, falta de mobilização coletiva e alienação que o mantinha ligado ao passado escravista. Apesar das dificuldades, esse foi um espaço utilizado pelas lideranças para dar uma formação ao negro. O que nos interessa é que as informações serviram, de certa maneira, como uma tentativa de unir o negro, de fazê-lo entender que era preciso mudar seu jeito de pensar e agir e que as informações vinham de um espaço informal, fora do espaço escolar.

A Imprensa Negra, apesar das dificuldades, foi um espaço utilizado pelas lideranças para dar uma formação ao negro. O que nos interessa ressaltar é que as informações serviram, de certa maneira, como uma tentativa de unir o negro, de fazê-lo entender que era preciso mudar seu jeito de pensar e agir e que as informações vinham de um espaço informal, fora do espaço escolar.

Os jornais começam a trabalhar de maneira mais voltada para o entendimento da miséria social de brancos e negros. A população negra começou a ser informada de que as dificuldades de inserção social eram motivo de luta para brancos e negros. Mas a imprensa negra, mesmo discutindo a situação de miséria e desigualdades sociais que envolvia brancos e negros, não deixou de analisar, por exemplo, que a maioria dos detentos da FEBEM eram negros.

Alguns grupos que buscavam avançar na discussão da questão racial na sociedade consideravam importante discutir tanto a estrutura social como a questão racial. Conforme Pinto (1993, p. 387), na primeira fase, a imprensa negra da Primeira República e, em especial, os jornais da década de 1930: “(...) viam no aumento da escolaridade, da moralidade, do empenho no trabalho, a solução para os problemas que atingiam o negro (...)”. Ainda segundo a autora, na década de 1970, as soluções tornam-se mais amplas: “(...) de caráter político e demandam uma mudança estrutural.” O *Jornegro*, por exemplo, de acordo com a mesma análise (1993), começa a discutir problemas sociais como o do menor abandonado. Inicia uma análise dos problemas sociais buscando inserir nela a questão racial. Entende que o problema na sociedade brasileira: “(...) só pode ser resolvido se o poder aquisitivo do brasileiro médio aumentar, questão que, por sua vez, está acoplada à participação política da classe trabalhadora e a uma política de melhoria das raças oprimidas, como o negro e o índio” (*Jornegro*, 1978, 3 jul. apud PINTO, 1993, p. 387).

Essa autora procura mostrar que intelectuais negros e brancos, apesar de poucos, começaram a entender não ser possível a emancipação do negro numa sociedade excludente como a capitalista que:

“(...) marginaliza as camadas mais baixas da população do processo social e econômico, sistema que tem como objetivo a permanência de uma minoria exploradora no poder e que, para manter sua posição, dissemina, no seio da população oprimida, mecanismos que a consolidam, incentivando e privilegiando alguns, em detrimento de outros, de modo a dividir para dominar, inserindo diferenças homem/mulher, branco/preto, chefe/trabalhador, policial/cidadão.” (REVISTA MNU mar/abr. 1981 apud PINTO, 1993, p. 388)

Esse pequeno grupo de intelectuais negros entendia que a luta pela emancipação do negro tinha que estar assentada nas suas necessidades básicas que essa luta deveria ir ao encontro dos problemas reais dessa população. E que deveria ser levada para o campo das disputas partidárias. Como, porém, o Movimento Negro é constituído por diferentes linhas ideológicas, o projeto de luta com base nas determinações do real foi sendo substituído pelo projeto focalizado na valorização da identidade racial.

Antes de abandonar a questão da participação política, é preciso tratar, mesmo que rapidamente, da questão da luta pela união dos grupos negros. Pinto (1993) chama atenção para a maneira insistente e radical de como foi tratada a união no início do século; de como a Frente Negra tentou monopolizar e centralizar a luta pela libertação, o que, em verdade, acabou provocando a separação dos grupos; e de como a postura do Movimento Negro Unificado foi diferente, mais aberta, pois suas lideranças agregaram várias entidades negras, de diferentes correntes, em torno de uma proposta democrática que tinha por objetivo viabilizar a solidariedade dos vários grupos. O Movimento passou a realizar eventos, criando oportunidades para discutir com objetividade:

(...) uma estratégia comum de luta contra os problemas que afetam a população negra (...) os “problemas de interesse do negro, mas do trabalhador em geral (...) o movimento negro conseguiu, por mais de uma vez, mobilizar o negro, realizando passeatas de protesto contra o racismo, a situação do negro, a violência policial, a situação do país em geral e, particularmente, a situação do trabalhador, devido ao desemprego. (PINTO, 1993, p.434)

De acordo com a autora, porém, apesar desses eventos terem possibilitado ao movimento negro colocar em prática seu potencial de organização, os esforços não foram suficientes para sensibilizar a população negra e nem mesmo a maioria da militância. O descompasso entre as propostas das entidades negras e a população negra e as divergências que levavam à desunião das entidades, refletem o: “(...) desvinculamento entre a prática da entidade organizadora e a realidade social e política da ‘comunidade negra’ ” (PINTO, 1993, p. 437-438), enquanto a militância se articula com o movimento a partir de necessidades imediatas como frequência à escola, alfabetização e sociabilidade. Segundo a autora, quando satisfeitas as necessidades, parte da militância que assim se relacionam com o Movimento Negro, acabam se desligando da entidade.

O envolvimento das lideranças na luta está diretamente relacionado à resolução de problemas relativos ao poder. Os líderes têm uma motivação ideológica, tendendo, segundo a autora (1993), a afirmarem-se individualmente e como grupo nos movimentos. Sabem o trabalho que querem realizar nas entidades, mas encontram dificuldades para articular o proposto com o real. Começaram a entender que há uma distância entre militância e lideranças e que aquela atrapalhava o desenvolvimento de um trabalho contínuo, organizado e bem articulado, que pudesse atingir a população negra e ganhar adeptos.

A união do negro parece estar comprometida por uma questão básica: “o negro tende a se afastar de tudo o que é pobre, de baixa qualidade. Esse afastamento só pode acentuar-se, quando se trata de um produto que se propõe a falar dele, de sua etnia, o que acaba

reforçando os argumentos e a maneira de pensar daqueles que não acreditam na sua organização”. A imprensa negra tentou trabalhar de maneira a alcançar aqueles que não se assumem como negros.

Para a mesma autora (1993), não é apenas a dificuldade do negro em assumir uma identidade que distancia o movimento da massa negra. Ao que tudo indica, o movimento ainda não encontrou uma linguagem eficaz, que o aproxime e estabeleça comunicação com essa massa e, muito menos, que a mobilize, apesar das intenções dos militantes. Essa penetração limitada do Movimento Negro na população negra pode ser constatada na pesquisa de Valente (1986). A autora analisa o comportamento do eleitorado e dos candidatos negros nas eleições de 1982, em São Paulo, mostrando como foi fraco o resultado das urnas para os negros que se candidataram, ficando evidente que se o movimento negro não conseguiu fazer um trabalho que envolvesse o próprio negro, não poderia alcançar a sociedade, os espaços que precisa ocupar para poder, de fato, hegemonicamente, representar o grupo.

Por meio do trabalho de Valente (1986), é possível entender porque as dificuldades do Movimento Negro, na sua relação com os diferentes segmentos sociais, permanecem até hoje. Outro detalhe importante que a pesquisa de Valente procura mostrar é a maneira empolgada como o Movimento Negro procura se organizar para a luta pelo voto racial. O voto racial foi colocado naquelas eleições como instrumento útil e necessário para arregimentar a população negra. Ocorre que, por meio desse instrumento, o Movimento Negro viu a derrota de muitos candidatos negros e dispensou a oportunidade e a ajuda de candidatos progressistas que se sensibilizavam com os movimentos sociais e suas reivindicações. A campanha pelo voto racial restringiu a capacidade do Movimento de ganhar espaços para a concretização de seus ideais. De acordo com a pesquisadora, havia candidatos com uma visão progressista de sociedade, que eram simpáticos às questões dos diferentes segmentos sociais, e esses candidatos, segundo a autora, praticamente não foram apoiados pelos negros.

Assim, podemos observar como a questão ideológica, considerada como instrumento para arregimentar o negro para o processo eleitoral por meio do voto racial, em verdade, acabou se convertendo em frágil instrumento político. Ficou demonstrado na pesquisa de Valente (1986) que o Movimento Negro carece de maiores conhecimentos e de uma proposta mais avançada, para que, de fato, possa persuadir a todos os segmentos sociais sobre a legitimidade de sua luta e a razão porque o Movimento Negro não consegue, na prática, concretizar o que idealizou em meio à empolgação.

O problema do Movimento Negro, de sua relação com a militância e do seu distanciamento com a população negra, torna-se concreto no processo eleitoral. O primeiro obstáculo refere-se à relação existente entre dirigentes e militantes do movimento. A autora procurou mostrar que as diferenças de interesses têm comprometido o desenvolvimento de um trabalho contínuo do Movimento. Destaca, ainda, que a militância está mais voltada para a resolução de problemas imediatos, relacionados à escola, trabalho e analfabetismo (1986). E, quando consegue satisfazer seus interesses, se afasta do trabalho de militância, conforme já atestara Pinto (1993).

Já os dirigentes têm com o movimento uma relação muito mais ideológica, sabendo o que querem e sempre procurando ter um trabalho de destaque na estrutura da entidade. Tem, a maioria, um nível intelectual mais avançado e consegue colaborar com a formação da militância. Todavia, essa formação não tem permitido que a militância compreenda a necessidade de aproximação com a população negra em geral, que, muitas vezes, demonstra não conhecer o Movimento Negro.

Essa falta de conhecimento da população negra a respeito do trabalho do Movimento Negro, de seus líderes e dos candidatos que defenderam o voto racial, pode ser considerada como um dos obstáculos que inviabilizaram o trabalho desenvolvido no período eleitoral, em 1982 pelo Movimento Negro.

Ficou constatado que, apesar dos esforços do Movimento, o trabalho não foi satisfatório, pois ainda há negros que se posicionam contra os próprios negros. Uns ignoram o sentido da própria luta; outros, preferem acreditar que vivem numa democracia racial. Nesse rol, podem ser incluídos candidatos e eleitores negros.

Do não reconhecimento da luta decorre a falta de comprometimento com a questão racial. Os candidatos negros, em maioria, buscavam o interesse pessoal pela candidatura. Muitos, mesmo valorizando o trabalho do Movimento Negro, não encontrando força política, acabaram não levando para o debate a questão racial. Os partidos não consideraram as questões específicas. Muitos militantes viram que as questões das minorias acabaram sendo discutidas no âmbito das questões gerais, ficando constatado, na prática, o que a história vem revelando, a falta de consenso entre os grupos negros. No caso em questão, tal obstáculo não permitiu e não tem permitido que esse movimento social construa uma proposta política acima de interesses partidários.

A prática vem demonstrando que não bastam boas intenções nem propaganda ideológica de valorização cultural. O que falta é um projeto de formação que leve em conta não só as especificidades raciais, mas também as contradições presentes na sociedade

capitalista, que precisam ser consideradas como fundamentais para o entendimento do real que estamos nos propondo compreender.

Essa é a proposta que entendemos necessária para a construção de um projeto de luta viável para a sociedade em que vivemos de fato. E que, provavelmente, poderia colaborar com o avanço dos trabalhos desenvolvidos pelo Movimento Negro.

Caminhando nessa perspectiva, possivelmente, seria mais fácil compreender que dirigentes e militantes têm o mesmo papel: chegar até à massa, fazendo com que ela compreenda o sentido da luta política. Para isso, entretanto, seria preciso, primeiramente: “que a distância entre militantes e ‘bases’ fosse diminuída, o que entre outras coisas, significa que militantes negros devam lidar com conceitos mais conhecidos da ‘grande massa negra’” (VALENTE, 1986, p. 96), população essa que, em maioria, no século XXI, desconhece o trabalho do Movimento Negro.

A autora (1986) procura mostrar em sua análise uma questão que é histórica no Movimento Negro, qual seja, a de tomar para si a responsabilidade de ser porta-voz da questão racial. Essa postura tem impedido os militantes de avançar, de sair do gueto e os demais grupos sociais de compartilharem dessa responsabilidade, que é de todos os cidadãos. A autora comenta sobre os efeitos que a propaganda do voto étnico teve no período eleitoral de 1982:

Depois de concluído o processo eleitoral, foi posta em xeque a capacidade dos partidos de absorver a problemática racial e os próprios mecanismos ideológicos da militância negra, base da tentativa de arregimentação de negros, candidatos e eleitores.

(...) Também foram poucos os eleitores negros comuns, distantes da estrutura de poder mas simbolicamente fortes por sua capacidade de votar, que se sentiram inclinados a optar ou que efetivamente optaram por escolher candidatos negros, baseando-se em compromisso exclusivo de cunho racial.

Foi ainda apenas momentâneo o interesse dos partidos pela questão. Mesmo tendo sido vitoriosos o partido peemedebista em São Paulo – que além do compromisso programático com o grupo negro, foi o mais organizado na tentativa de arregimentar o voto racial – fez-se tardiamente algo de concreto para facilitar a atuação do Movimento Negro.

(...) Ou seja, nessas eleições a cor não conseguiu ter o papel mobilizador que esperavam os militantes negros: nem unidos pela cor, nem pela classe? (VALENTE, 1986, p. 114)

Assim, por meio da análise da autora, podemos entender que as diferenças ideológicas existentes entre a militância e a maioria da população negra, confirmadas na prática, de certa forma têm servido mais como obstáculo à união do grupo do que como condição para análise crítica e avanço do Movimento, no tocante à realização das reivindicações. A autora procura mostrar que :

(...) o Movimento Negro, assim como qualquer movimento social, é uma iniciativa de elite, o que poderia colocar em dúvida sua posição de porta-voz do segmento racial. No entanto, em última instância são as elites que determinam o comportamento social dos indivíduos. (VALENTE, 1986, p.114 - 115)

Por isso, mesmo que a ascensão social de uma minoria negra tenha ocorrido, possibilitando a formação de uma elite negra, são estes intelectuais que precisam rever as bases teóricas por meio das quais o Movimento Negro vem construindo mecanismos ideológicos que não tem colaborado para o combate ao mito da democracia racial. Essa ideologia, de certa forma, tem servido como instrumento capaz de inviabilizar a ação coletiva entre os negros em torno da questão da identidade.

Entendemos (1986) que a perda de espaço político, como vem acontecendo com o Movimento Negro, se deva ao fato desse movimento ainda não estar potencialmente autônomo e, ainda, não ter conseguido resolver suas contradições internas. Historicamente, o Movimento Negro vem demonstrando que ainda não possui a organicidade necessária para que sua proposta possa ser sustentada pelos negros, tanto nos partidos políticos, como na sociedade em geral.

Como bem mostrou Valente (1986), os partidos políticos são justamente representações da sociedade, e a sociedade brasileira ainda procura cultivar o mito da democracia racial. Essa ideologia sustentada, até os dias atuais, também se apresenta como um obstáculo ao trabalho de combate ao racismo.

Acreditamos na possibilidade da luta de combate ao racismo, mas com um movimento fortalecido, que possibilite o avanço gradativo do movimento e possa, de fato, colaborar na formação do negro, do branco e do índio. Que nos encaminhe para um trabalho de transformação e nos permita compreender como construir um projeto no movimento contraditório às determinações do capital, sistema que se desenvolve por meio das desigualdades estabelecidas entre os homens, provenientes das relações sociais de produção.

Entendemos como fundamental lutar pela democracia, porque precisamos garantir os espaços necessários para, de fato, construirmos um projeto transformador da sociedade capitalista que, a cada dia, vem escravizando mais o trabalhador. Entender os mecanismos do sistema capitalista e a sua forma de desenvolver a dominação nos auxilia a entender como o racismo ajuda a manter o capitalismo, ao dividir e debilitar a classe trabalhadora (CALLINICOS, 1993), formada por negros e brancos.

CAPÍTULO - III

O Movimento Negro na década de 1990

Neste capítulo nos propomos a descrever o Movimento pela política de ação afirmativa para negros no Brasil. Essa política passou a ser proposta e implementada na década de 1990 pelo poder público federal, estadual e municipal.

Apesar de toda a propaganda por parte da mídia em torno dessa proposta, nada há de novo em seu conteúdo. Em verdade, é uma política nascida de reivindicações históricas do Movimento Negro. Como descrevemos no capítulo anterior, dois momentos são destacados como estratégicos. São conjunturas em que o Movimento Negro se propõe a lutar por melhores condições de vida para a população negra, no sentido, de combater as desigualdades entre brancos e negros.

Em cada momento, o Movimento utilizou uma arma para a arregimentação do negro. Em 1930, a educação como sinônimo de escolarização foi considerada a arma necessária para o negro se integrar à sociedade de classes. As lideranças negras da época, por meio da imprensa negra, procuraram informar as famílias da importância de estimular as crianças e os jovens a estudarem e a freqüentarem as escolas. A Frente Negra Brasileira estimulava o negro para que se aperfeiçoasse para enfrentar o mercado de trabalho nas mesmas condições que o branco, a fim de conquistar a almejada ascensão social.

Quando o Movimento Negro Unificado, na década de 1970, propõe o combate ao racismo e a integração do negro na sociedade, o acesso à escola já não é tratado com a mesma intensidade, como nos anos passados. O que se tornou mais importante para o movimento foi a valorização da identidade negra, buscada no processo de resgate da história dos antepassados vindos da África. Num momento em que as atenções começavam a se dirigir para a política de multiculturalismo, que dava sustentação à ideologia que se queria propagar, a identidade negra. Entende o Movimento Negro que ele seria um instrumento de luta política para arregimentar o negro, valorizá-lo na sociedade onde, ele é discriminado porque sua cultura é deturpada no espaço escolar e nos livros didáticos.

Para o Movimento, a história do negro precisa ser contada pelos que conhecem de fato seus heróis e, a sociedade, precisa conhecer de onde vem o negro, que não nasceu escravo. Na década de 1990, apesar de denominadas Política de Ação Afirmativa, estas são propostas históricas do Movimento Negro que permanecem com o mesmo fundamento ideológico e

com as mesmas dificuldades: ora propõem entender o problema do negro voltando as atenções para o específico, à questão racial, ora propõem entender os problemas como sendo oriundos de classe.

O Programa de Superação das Desigualdades Raciais de Mato Grosso do Sul, portanto, é fruto de propostas contidas no programa de ação para a população negra dentro do Estatuto da Frente Negra Brasileira elaborado em 1931 e no programa de ação do Movimento Negro Unificado desenvolvido no ano de 1978 e que foi muito discutido pelas lideranças negras nos anos 1980.

Apesar de as experiências do passado já terem servido para mostrar as ambigüidades presentes nessa luta pela valorização da diferença (VALENTE, 1999), de como essa arma tem sido um instrumento frágil no combate às desigualdades ou mesmo como instrumento para a arregimentação da população negra (VALENTE, 1986), mesmo assim, o Movimento Negro insiste nessa plataforma, na luta contra o racismo.

Os autores selecionados para o desenvolvimento deste trabalho deixam claro que a maioria da população negra, até os dias atuais, não conhece o trabalho do Movimento Negro. Outros criticam-no porque consideram que as lideranças negras estão muito distantes da realidade da população negra.

A ação afirmativa tem sua base teórica fundada nos princípios do multiculturalismo. Este movimento político se intensificou no meio negro acadêmico no final da década de 1970 e nos anos 1980, resultando na produção de trabalhos que discutem a questão do negro na área de educação por meio da cultura.

Em verdade, estamos descrevendo três momentos de visibilidade da diferença cultural entre crises do capital, ocorridas no mundo e no Brasil, nas décadas de 1930, 1970 e 1990, momentos cíclicos em que o Movimento Negro, em meio à conjuntura política, reivindica igualdade de oportunidades para negros na sociedade, por meio de políticas específicas para negros, apoiadas nas experiências de intelectuais e da militância negra nos Estados Unidos da América, com base no multiculturalismo. Segundo Valente (1999), o multiculturalismo tem raízes na tradição culturalista, que busca a compreensão da diversidade humana na cultura e no particularismo histórico.

O multiculturalismo no Brasil, assim como foi nos Estados Unidos, se desenvolveu em meio às lutas dos grupos negros e demais segmentos sociais, (SILVA, 2000, p.45): “(...) numa tentativa de encontrar novas formas de pensar a sociedade. (...). Foi sendo trabalhado no meio negro desde 1950, mas se intensificou com o trabalho da liderança do Movimento Negro Unificado a partir de 1978, momento em que o país vivia um clima de defesa da

liberdade de manifestação das diferentes ideologias políticas em favor da pluralidade partidária e das diferenças culturais. Essa política acabou inspirando as lideranças negras brasileiras porque, concretamente, via-se que os negros americanos estavam conseguindo o que vinham reivindicando há anos.

Nos Estados Unidos da América, desde os anos 60 (SILVA, 2000), estudantes e líderes religiosos negros do sul dos Estados Unidos deram prosseguimento a luta por igualdade e pelos direitos civis. Os negros que conseguiram atingir a universidade juntaram-se a demais cidadãos negros e demais grupos marginalizados e iniciaram um protesto :

Eles se negavam a aceitar qualquer proposta de integração social que desconhecasse as diferentes raízes de que eram procedentes, que desqualificasse suas características físicas, de cor de pele, e suas possibilidades intelectuais, e que questionassem a autenticidade dos aportes do seu povo para a construção da nação. (...) Nesse momento de efervescência, de afirmação da cidadania e de participação ativa na sociedade, novos atores invadem a cena social para denunciar injustiças, reivindicar direitos e propor estratégias de libertação. (SILVA, 2000, p. 43 - 45)

Esse clima político favoreceu, na década de 1970, a emergência de políticas públicas que tinham por objetivo garantir o acesso das minorias nacionais, como os negros americanos, a empregos e a estabelecimentos de ensino em todos os níveis.

Os negros reivindicaram, no âmbito da educação, a inclusão, no currículo, de programas de estudos negros ou afroamericanos. Este movimento se constituía em defesa dos direitos sociais e da afirmação étnica. A partir dessas necessidades (SILVA, 2000), o multiculturalismo, inicialmente, se constituiu em proposta pedagógica, disciplina curricular e área de pesquisa. Posteriormente, o multiculturalismo, como política, foi sendo conduzido para o terreno da ideologia liberal, passou a ser utilizado como instrumento de luta por garantia de direitos de igualdade e justiça social.

SILVA (2000), mostra como na década de 1970 e 1980, quando no Brasil, a conjuntura sócio-política era autoritária e repressiva, o Teatro Experimental Negro, fundado na década de 1950, ressurgiu em São Paulo, organizando encontros para discutir a condição do negro e da cultura afrobrasileira. Esse grupo teatral passa a orientar sua luta e seu protesto para além dos núcleos negros. Entenderam seus integrantes, na época, que era preciso levar o protesto negro aos partidos políticos, sindicatos, organizações religiosas, comunidades de bairros e escolas.

De modo que, além do trabalho dos militantes mais politizados, havia o trabalho no campo cultural de intelectuais negros, poetas e escritores. Estes desenvolveram, também, os Cadernos Negros, publicações contendo poesias e contos negros, que circularam por dez anos de 1979 a 1989. Esses cadernos abriram espaço para a discussão das relações raciais na

sociedade brasileira (SILVA, 2000). Os militantes negros começam a ser apoiados por outros segmentos sociais: homossexuais, feministas, jovens e ativistas religiosos.

O multiculturalismo vai se constituindo em proposta pedagógica, disciplina curricular, levando (...) professores e alunos a questionarem a estrutura do sistema curricular (SILVA, 2000, pg. 45). Uma estratégia de luta, de combate às desigualdades raciais, que defende a equidade de acesso e tratamento para os diversos grupos, tanto na escola como na sociedade.

Na década de 1990, período de mais uma das crises do capital e do aumento da pobreza no Brasil, a ideologia do capital humano entra mais uma vez em cena, “uma tentativa para explicar e aliviar” a pobreza e as tensões sociais nos países em desenvolvimento. A política de ação afirmativa nesse momento, vai receber um tratamento de destaque, especialmente, pelo fato de institutos de pesquisa como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) afirmarem que a população negra tem o maior índice de analfabetos e de desempregados, no país.

A ideologia do capital humano serviu para que o Movimento Negro reforçasse a idéia de que o problema do desemprego estrutural no meio negro está diretamente relacionado à educação. Por meio dessa ideologia, a chance de trabalho fica vinculada à qualificação intelectual. Por isso, a educação é colocada como instrumento necessário para a solução da pobreza e das desigualdades sociais, camuflando a verdadeira raiz desse problema na sociedade capitalista.

Para a superação da crise do capital que se inicia nos países desenvolvidos, na década de 1980 foi sendo implementada a política chamada neoliberal. No Brasil, essa política foi sendo gradativamente implementada na década de 1990, com a Reforma do Estado e com a nova roupagem de capitalismo intelectual. Mais uma tentativa de sanar a crise do capital.

Nesse contexto, o poder público exerceu a atividade de regulador dos conflitos sociais. Para isso, o Estado estava e está expandindo as atividades improdutivas como forma de atenuar as tensões sociais. Essas são aliviadas pelo Estado a partir do momento em que o poder público começa a fazer o jogo da burguesia ou seja, proporciona a ela o alívio para a recuperação de seus lucros. Para isso, o Estado com o propósito de conter a crise, inicia o processo de reabsorção da mão-de-obra trabalhadora dispensada das atividades produtivas (ALVES, 2001).

Consideramos o estudo de Alves fundamental quando procura mostrar de que maneira as atividades exercidas pelo Estado servem às necessidades do capital. O autor nos orienta para uma análise do concreto, inclusive nos ajudando a compreender de que maneira a

educação, mais especificamente, a escola, tem uma função relevante nesse processo. De acordo com o autor:

(...) a escola na perspectiva do capital, não necessita cumprir as suas proclamadas funções específicas. Retrógrada, por manter uma organização didática anacrônica, e descomprometida com o conhecimento, pelo aviltamento de seus conteúdos curriculares, usa a locação de trabalhadores expulsos das atividades produtivas junto às camadas intermináveis da sociedade, executoras de atividades improdutivas. Eis o segredo da força irrefreável do processo de expansão da escola pública no final do século XIX e ao longo do século XX (ALVES, 2001, p.197)

O movimento social negro entendeu que para combater o racismo o qual segundo esse movimento, vem se materializando no mercado de trabalho, é preciso mais que uma lei penal, é preciso que o Estado implemente políticas públicas para os negros, a fim de compensar, as desigualdades raciais. A educação, o espaço escolar, é colocado mais uma vez como estratégico para o desenvolvimento de um trabalho capaz de colaborar com o processo de superação das desigualdades raciais.

O Movimento Negro na década de 1990, com base nos fundamentos do multiculturalismo, que entende ser a educação multicultural um instrumento de promoção de igualdade, na estrutura social e de pluralismo cultural, encontra espaço político para a implementação de tal política. Neste mesmo período, o Banco Mundial apresentava ao mundo capitalista em crise um projeto para aliviar a pobreza nos países em desenvolvimento. Neste projeto, a educação para os países em desenvolvimento é colocada como necessária para que se alcance a equidade.

Nesse cenário contraditório de valorização da diversidade cultural e de superação da crise do capital por meio do processo de homogeneização da produção capitalista via globalização, é que o Movimento Negro exigiu do poder público a implementação da política de Ação Afirmativa para negros no Brasil.

A implementação da política de ação afirmativa pelo poder público

Ações Afirmativas são medidas tomadas para corrigir desigualdades sócio-econômicas. É uma política que concede privilégios ao grupo em desvantagem na sociedade, com a finalidade de reparar essa desigualdade e também uma maneira de redefinir a imagem do grupo em questão.

Ao tratarmos das reivindicações do Movimento Negro na década de 1990, estaremos tratando da política de Ação Afirmativa, buscando compreender esse movimento e suas

contradições, num momento em que a sociedade capitalista empreende uma propaganda ideológica em prol de políticas neoliberais e enfrenta índices alarmantes de desemprego no país, quando o Estado é chamado para apresentar soluções imediatistas para o alívio das tensões sociais. O poder público passa a desenvolver nessa década um programa amplo de apoio às minorias. O Movimento Negro se apoiará na defesa de medidas específicas para a população negra, baseando suas reivindicações na própria Constituição Federal, em Convenções Internacionais e nos documentos que seguem as determinações do Banco Mundial, como é o caso da Declaração Mundial de Educação para Todos.

Inicialmente, nos propomos a definir de forma mais ampla a política de Ação Afirmativa e, em seguida, o cenário político que viabilizou a discussão de políticas específicas para o combate às desigualdades raciais, procurando entender as reivindicações do Movimento Negro para a educação, num momento em que a política neoliberal toma força e se materializa nas políticas sociais, como é o caso da política educacional brasileira e levando diferentes segmentos sociais a aderirem ao projeto educação de qualidade e eficiência do ensino, como solução imediata para conter a miséria do povo brasileiro e o desemprego.

Antes de serem tratadas como políticas de Ação Afirmativa, afirma o jurista Joaquim Barbosa Gomes que tais medidas:

(...) se definiam como um mero encorajamento por parte do Estado a que as pessoas com poder decisório nas áreas públicas e privadas levassem em consideração, nas suas decisões relativas a temas sensíveis como o acesso à educação e ao mercado de trabalho, fatores até então tidos como formalmente irrelevantes pela grande maioria dos responsáveis políticos e empresariais, quais sejam, a raça, a cor, o sexo e a origem tanto quanto possível, ver concretizado o ideal de que tanto as escolas quanto as empresas refletissem em sua composição a representação de cada grupo na sociedade ou no respectivo mercado de trabalho. (GOMES, 2001, p. 39-40)

A política de Ação Afirmativa foi concebida inicialmente nos Estados Unidos da América sendo definida como:

(...) um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero e de origem nacional, bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a discriminação do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego. (GOMES, 2001, p. 40)

Cabe compreendermos os motivos que levaram o poder público nos EUA a implantar a chamada Ação Afirmativa e, inclusive porque, desde a implantação de tais políticas, na década de 1960 até 1970, ambos os partidos Democrata e Republicano deram suporte à essa

política e ainda, porque, a partir da administração de Ronald Regan na década de 1980, o partido Republicano torna-se contrário a essas ações.

Isso ajuda a entender as razões que têm motivado o Movimento Negro no Brasil, a reivindicar do poder público a implementação de tais políticas, como foi o caso do Governo de Mato Grosso do Sul que, em 1999, pelas reivindicações do Movimento Negro em Campo Grande - MS, iniciou a implementação de algumas ações em educação.

A política de ação afirmativa (FERNANDEZ, 1997) foi implantada pela primeira vez pelo governo de Franklin D. Roosevelt que, por meio de um ato do executivo em 1941, período da Segunda Guerra Mundial, ordenou que os proprietários de fábricas de material bélico contratassem a mão-de-obra negra. Nessa época, havia um número limitado de operários brancos nas fábricas para a produção de armamento. Muitos homens haviam se alistado nas forças armadas em defesa dos EUA. E, embora houvesse a contribuição da mão-de-obra da mulher branca e negra, isso era insuficiente para o mercado.

Aqueles homens negros, que anteriormente haviam sido excluídos ou que sofriam limitações para obter esses empregos, acabaram tendo a oportunidade de integrar a força de trabalho no período da Segunda Guerra.

Segundo o autor (FERNANDEZ, 1997), com o fim da Segunda Grande Guerra, as oportunidades de trabalho para os negros e para as minorias em geral ficaram ameaçadas. Muitos negros foram demitidos. Como o governo no período de guerra fez uma campanha pela democracia, como forma de estimular os americanos a apoiar os esforços de guerra, essa estratégia acabou contraditoriamente encorajando os negros, as minorias a assumirem uma postura política, com a qual, organizados, iniciaram a luta por direito a igualdade de oportunidades. Começaram as pressões para melhorar a taxa de inclusão de negros e outras minorias em educação e no mercado de trabalho.

Nesse período, o racismo se intensificou. Brancos e negros disputavam trabalho. A discriminação de brancos para com negros tornou-se insustentável, forçando as autoridades governamentais à tomada de postura que impedisse uma catástrofe social de proporções incalculáveis.

Ainda segundo o autor, o governo de Roosevelt acabou criando um Comitê de auditoria e fiscalização nas empresas para saber se o Ato do Executivo que ordenava o cumprimento da ação de empregar negros e as minorias em seus estabelecimentos estava sendo cumprido.

Podemos observar que, no momento em que os conflitos se intensificam, o Estado assume a responsabilidade de conter as tensões raciais, aliviando-as por meio de medidas compensatórias.

Em 1963, foi criado pelo Governo do Presidente Kennedy o termo Ação Afirmativa, determinando que as empresas cujos negócios eram firmados com o Governo dos Estados Unidos, buscassem contemplar as diferentes raças, na formação de seu quadro de funcionários.

Com a declaração dos direitos civis em 1964, a discriminação racial foi oficialmente proibida. Ocorre que a proibição de uso da raça como critério para excluir os negros não resultou, segundo (FERNANDEZ, 1997), em maiores oportunidades de emprego, moradia e educação. Muitos parlamentares no final da década de 60 tentaram evitar a extinção do sistema duplo de educação. As escolas federais tiveram seus programas educacionais alterados de maneira que crianças de diferentes raças tivessem acesso irrestrito à educação. Uma outra medida teve de ser tomada pelo Tribunal Superior dos EUA que, por meio de mandado constitucional, através de estratégias afirmativas, sugeriram que os ônibus escolares transportassem alunos de diferentes raças no mesmo veículo.

Na década de 1970, no governo Nixon, constatou-se que o número de negros no mercado de trabalho não havia crescido significativamente. O governo federal passou a exigir medidas que pudessem compensar as práticas discriminatórias do passado. A raça passou a ser um critério para a inclusão social.

Essas são algumas das medidas afirmativas aplicadas como forma de enfrentamento da questão racial. Foram tentativas de resposta para um problema que atingiu muitas gerações de negros e que ainda não foi superado. Tanto que nos EUA, em muitos estados da federação, a política de Ação Afirmativa tem sido verdadeiro instrumento para aquisição de educação e emprego. Outra medida positiva foi à implantação parcial do sistema de cotas, que garante vagas para negros em algumas universidades americanas.

As universidades que defendem a política de cotas (FERNANDEZ, 1997) nos EUA reconhecem que, apesar da prática de segregação ter sido abolida por lei, na prática o direito à igualdade de tratamento, os direitos civis, não foram plenamente alcançados. Por esse motivo, algumas universidades consideram justo dar oportunidade para que as minorias, pelo menos, tenham a oportunidade de tentar superar suas deficiências de formação dentro de um ambiente que leve em conta que nos EUA a valorização da diversidade cultural é uma das saídas para o enfrentamento da diferença. Apesar disso, muitas vezes, a diferença suscita o agrupamento dos diferentes, separando as pessoas em “tribos”.

É importante compreendermos que, após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos da América conseguiram aquecer sua economia com a produção de armamentos para a guerra e, depois, pelo aumento da exportação de seus produtos à Europa economicamente enfraquecida. Os EUA tornaram-se a nação mais poderosa economicamente, tornando-se hegemonicamente forte.

Essa situação de riqueza trouxe por muito tempo calma ao mercado, o que contribuiu para o aumento da estabilidade política e social. Mas como os negros em sua maioria ainda reivindicavam o ingresso às escolas e ao mercado de trabalho, o Estado, que nesse momento histórico se caracterizava como de bem-estar-social, numa situação econômica favorável, acatou as demandas dos diferentes segmentos sociais (negros, índios, asiáticos e mulheres), implantando a política de Ação Afirmativa.

Contudo, após a crise do petróleo, em 1973, o perfil econômico do planeta foi se alterando. E, com a entrada estratégica de Ronald Regan, do partido republicano, na década de 1980, no governo dos EUA, as políticas de bem-estar-social foram sendo gradativamente substituídas pelas políticas neoliberais. Na década de 1980: “(...) essa iniciativa ‘afirmativa’ já havia chegado ao seu limite. A aplicação das leis e regulamentos sobre os direitos civis deixou de ser enfatizada durante a década de 1980 (...)” (FERNANDEZ, 1997, p. 28).

Algumas universidades, de acordo com o mesmo autor, no final da década de 1980, começaram a retirar a políticas de Ação Afirmativa para negros, como foi o caso da Universidade da Califórnia que encerrou as cotas que proporcionavam aos negros o ingresso nessa universidade alegando seus dirigentes que os negros não são mais minoria naquele estado. Afirmaram na época que os hispanos é que representavam a minoria que precisava de programa de acesso à universidade. Embora na Califórnia esse fosse um fato real essa afirmativa, não pode ser tomada para os outros estados, especialmente os do sul dos EUA, onde as desigualdades entre negros e brancos permanecem.

Na década de 1990, o governo do presidente Bill Clinton (1997) do partido Democrata, tentou iniciar uma campanha em defesa da permanência da política de ação afirmativa propondo que não fosse finalizada a medida, mas que os programas de ação afirmativa, adotados pelo governo fossem revisados.

Para muitos negros, nos Estados Unidos, a política de Ação Afirmativa deve permanecer, porém reconhecem que há necessidade de uma reavaliação. Defendem que, ao invés de eliminar as medidas positivas, deve-se apontar quais mudanças se fazem necessárias, retirando de cena as exigências que hoje se encontram superadas e acrescentando soluções para os conflitos e necessidades atuais.

Pesquisadores negros nos EUA consideram (FERNANDEZ, 1997)) que muitos negros contemplados pela política de Ação Afirmativa, após ascensão social, deixaram de colaborar com a causa. E que devido a continuarem reivindicando melhores condições de vida, negros bem sucedidos deveriam estar engajados na luta política. Segundo os pesquisadores, esse fato tem-se refletido em termos da baixa representatividade do negro no Congresso, um dos motivos de enfraquecimento do movimento negro nos EUA.

No Brasil, em 1988, o principal assunto na agenda do Movimento Negro estava centrado na crítica à ideologia da democracia racial. Numa batalha política, o Movimento Negro conseguiu que na Constituição Federal fossem introduzidas certas garantias que possibilitaram lutar contra o mito da democracia racial. O direito a igualdade (art. 5º), com a punibilidade do racismo como prática atentatória dos direitos e liberdades fundamentais; o direito às manifestações culturais (art. 215); e a valorização das diversidades culturais por meio do ensino de História do Brasil (art. 242 parágrafo 1º). Essas determinações serviram de impulso para que as Constituições Estaduais e Leis Orgânicas de muitos municípios atingissem avanços jamais vistos pelo Movimento Negro em termos de texto de lei.

De acordo com o jurista Hedio Silva Jr.(1998), na década de 1990, muitas ações foram sendo implementadas no âmbito do poder legislativo estadual e municipal, pelo movimento negro brasileiro, por meio de representações na esfera do poder legislativo ou por meio de parlamentares militantes.

Foi o caso da Senadora Benedita da Silva, que em 1995 apresentou o Projeto de Lei nº 14, que dispõe sobre a instituição de cota mínima para grupos socialmente discriminados, no ensino superior (BERNARDINO, 1999). E do Senador Abdias do Nascimento em 1997 apresentou o Projeto de Lei nº 75, que trata de ações compensatórias a serem implementadas, como a contratação de um percentual de negros e negras na administração pública, que deve seguir o princípio da isonomia social do negro. O trabalho de Ben-Hur Ferreira quando Deputado Federal, em 1999, também foi significativo, como relatamos no capítulo 1.

Na década de 1990, foram apresentados e aprovados diversos projetos de lei estadual com conteúdo anti-racista (SILVA, 1998) que priorizam ações no âmbito da educação. O conteúdo destas leis federais, estaduais e orgânicas dos municípios, são fundamentadas nos princípios da educação multicultural. Elas apresentam um capítulo especial sobre a valorização da cultura negra. Em muitas delas, estão contidas algumas metas que indicam o que o poder público deve implementar para poder de fato executar os projetos de combate ao racismo por meio da educação. Sugere preparar os funcionários da administração pública para lidar com as questões do racismo e cursos de capacitação para os professores como uma

maneira de iniciá-los no trato com a discriminação racial no âmbito da escola. As ações afirmativas buscariam redefinir a imagem do negro discriminado. Para isso, seria necessário uma revisão do currículo escolar e dos livros didáticos do ensino fundamental e médio, além de uma discussão da História do Brasil, destacando o papel do negro em sua colaboração na formação da sociedade brasileira (SILVA, 1998).

A discussão sobre medidas positivas para com a população negra se intensificou, especialmente, em 1995 (BERNARDINO, 1999), na “Marcha Zumbi Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida”. Esse evento, realizado em Brasília, deixava claro para o movimento negro os resultados de um trabalho com amplas alianças, tendo inclusive grande apoio por parte da população, sendo um evento que obteve divulgação ampla na mídia. Nesse evento, o movimento cobrou do Poder Público uma postura ativa quanto à questão racial, para que de fato se iniciasse no Brasil o processo de democratização da sociedade. Em ato público, exigiu do Estado ações efetivas para o combate ao racismo no país.

A Marcha, segundo o autor (BERNARDINO, 1999), apresentou um programa onde a exigência principal era converter a igualdade formal em igualdade substancial para todos. Seguindo essa diretriz, o documento da Marcha foi denominado de Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial. Suas reivindicações acabaram obtendo retorno do governo de presidente Fernando Henrique Cardoso.

No dia 20 de novembro de 1995, o presidente da república recebeu o documento produzido pela Marcha (Programa de Superação do Racismo e Desigualdade Racial) e no mesmo ano institui por meio do Decreto n. 4.228 de 13 de maio de 2002, um grupo de trabalho dos ministérios para discutirem a questão do negro. Em fevereiro de 1996, o Grupo de Trabalho Interministerial para Valorização da População Negra (GTI) foi instalado. E em março desse mesmo ano, foi criado também o Grupo de Trabalho, para Eliminação da Discriminação no Trabalho no Emprego e na Ocupação (GTDEO).

Como podemos observar, estes grupos foram criados pelo poder executivo para desenvolverem uma política de Ação Afirmativa em favor dos negros no que se refere ao combate ao racismo, começando por medidas positivas tomadas pelo poder público no que se refere às oportunidades de trabalho na administração pública.

Compete ao GTI o desenvolvimento de políticas antidiscriminatórias e de valorização da população negra. O Grupo é formado por oito membros da sociedade civil ligados ao movimento negro, oito membros de Ministérios e dois de Secretarias, sendo todos indicados pelo Presidente da República.

BERNARDINO (1999) mostra que já existem críticas a respeito do trabalho do Grupo. De acordo com depoimento um militante membro do Grupo, afirma que apesar de instauração do grupo significar um avanço, por ser a primeira vez que o governo federal implementa um projeto despertando a atenção da sociedade brasileira para a questão da discriminação racial, o trabalho ficou mais voltado para o plano das idéias. Ainda segundo esse coordenador, o que foi feito na prática, basicamente, traduz muito mais o trabalho individual de alguns membros do Grupo do que o apoio institucional do governo federal.

Para a elaboração das políticas de Ação Afirmativa, o GTI desenvolveu dois seminários a partir dos quais foi possível desenvolver 46 propostas nas áreas de educação, trabalho, saúde e comunicação.

As propostas no âmbito da educação e trabalho e comunicação são as seguintes:

Criar mecanismos que facilitem o ingresso de afro-descendentes nas universidades públicas e privadas; criar programas para concessão de bolsas de estudo nas universidades públicas e privadas, em nível de graduação e pós-graduação, para alunos afro-descendentes; criar programas especiais que facilitem o acesso de afro-descendentes ao ensino profissionalizante; criar programas para a capacitação da mão-de-obra afro-brasileira; instituir e estimular a criação de cursos preparatórios de candidatos afro-descendentes para o ingresso nas universidades e nas carreiras públicas, civis e militares; criar programas de treinamento em gestão empresarial educacional de outros países para capacitar afro-descendentes; criar programas de educação infantil que atenda às crianças afro-descendentes.

(...) Criar linhas de crédito especiais para micro e pequenos empresários afro-descendentes; requer (nos planos federal, estadual e municipal) das empresas concessionárias ou contratadas para prestação de serviços públicos a adoção do princípio da diversidade e de gênero e estimular as empresas privadas, por meio de incentivos, ao cumprimento do mesmo objetivo; criar mecanismos para promover o efetivo acesso dos afro-descendentes ao serviço público civil e militar, desenvolvendo iniciativas e programas tendentes a assegurar a sua presença equitativa nos escalões das carreiras de Estado e nos cargos de confiança nos três níveis de governo.

(...) Criar mecanismos que garantam a visibilidade positiva dos afro-descendentes; valorizar a população afro-descendente nas redes de TVs públicas e privadas; manter a obrigatoriedade da presença de afro-descendentes na publicidade oficial e federal, estimular a extensão dessa obrigatoriedade nos estados e municípios; conceder a grupos afro-descendentes emissora de rádio e TV, cuja programação tenha como projeto básico valorizar e estimular a cultura negra. (GTI, 1996, p. 10-13)

O GTEDEO, que faz parte da estrutura administrativa do Ministério do Trabalho, tem por objetivo combater a discriminação no emprego e na ocupação por meio de ação afirmativa. Sugere a implementação da Convenção Internacional 111, da qual o Brasil é signatário.

Em março de 1996, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, o executivo divulgou o Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH) (BERNARDINO, 1999). No dia 20 de novembro de 1996 Zumbi foi inscrito como herói nacional. Neste ato público,

um Presidente da República pela primeira vez assume em público que vivemos num país onde o preconceito e a discriminação para com negros são práticas cotidianas.

O Plano Nacional de Direitos Humanos divulgado em 1996 adota a doutrina de proteção internacional dos direitos humanos, com base nos tratados internacionais ratificados pelo Brasil. Seu programa, fundamentado no direito à igualdade perante a lei, propõe

(...) legislação proibindo todo tipo de discriminação, com base em origem, raça, etnia, (...) e revogando normas discriminatórias na legislação infraconstitucional, de forma a reforçar e consolidar a proibição de práticas discriminatórias existentes na legislação constitucional. (PNDH, 1996, 23)

O Plano Nacional de Direitos Humanos foi um instrumento que contemplou as reivindicações do negro, com o reconhecimento, por parte do poder público, da prática do racismo para com os negros no Brasil. A divulgação desse documento deu respaldo ao trabalho do movimento negro. Em 1998, membros do movimento em Mato Grosso do Sul, militantes do Partido dos Trabalhadores - PT, incluíram no programa de governo do partido propostas de ação afirmativa para negros. Com a presença do PT no Governo do Estado, a partir de 1999, iniciou-se o projeto de implementação do Programa de Superação das Desigualdades Raciais, com as diretrizes do documento da Marcha Zumbi dos Palmares, apresentado em 1995, ao governo federal.

A Ação Afirmativa é uma política que de certa forma implica, a quem a implemente, colocar em prática, ações de valorização da diversidade cultural. Vale lembrar que essa política tão almejada no Brasil pelo Movimento Negro encontrou reforço em um momento em que a visibilidade da diversidade cultural passou a fazer parte da agenda mundial pela proliferação dos conflitos étnicos presentes em países receptores de imigrantes, num momento crítico por que passa o sistema capitalista, onde grupos diferentes que anteriormente viviam socialmente bem, com a crise do crescimento econômico, passam a culpar os culturalmente diferentes pela crise no mercado de trabalho. Em termos locais, como a crise econômica vem afetando a maioria dos trabalhadores, e pelo fato de a população negra no país estar estatisticamente na linha de pobreza, a política de Ação Afirmativa passa a ser reivindicada como medida de proteção aos socialmente discriminados, sendo que os programas apresentados, tanto pelo governo federal como pelo governo do Estado de Mato Grosso do Sul, deixam claro, por meio de documentos oficiais, a prioridade de ações no campo da educação.

Esses programas voltados para a educação seguem as diretrizes presentes nos documentos desenvolvidos pelo Banco Mundial, que vem desempenhando um papel de

consultor de políticas educacionais para todos os países. Nos países em desenvolvimento, os programas em educação têm por finalidade aliviar a fome das crianças, especialmente as das do ensino básico, que na escola encontram refeição para sanar a fome que seus pais não conseguem suprir por falta de emprego.

Da mesma maneira, como buscamos compreender a conjuntura econômica política e social nas décadas de 1930 e 1970, período em que o Movimento Negro manifestou seus protestos e reivindicou a educação como estratégia de combate às desigualdades raciais, nos propomos a mostrar o cenário em que esse movimento retoma a discussão na década de 1990, por meio de reivindicações que ficaram sendo conhecidas por política de Ação Afirmativa. Essa política, mais uma vez, focaliza o combate às desigualdades raciais pela via educacional.

Do cenário mundial

Na década de 1990, uma instituição internacional deve ser destacada pelo papel histórico que vem desempenhando desde sua criação no pós Segunda Guerra Mundial: o Banco Mundial que hoje se destaca pelo seu potencial em termos de capital como banco, e como empresa privada prestadora de serviço de consultoria, orientando dirigentes de diferentes países especialmente os do hemisfério sul, num trabalho estratégico de ajuda aos países em desenvolvimento, para que as políticas econômicas desses países sejam estruturadas adequadamente, afim de que o processo de globalização da economia nos moldes da liberalização do mercado se realizem.

O Banco Mundial é composto por um conjunto de instituições internacionais mas, as decisões ficam a cargo dos EUA, (a presidência do Banco), por ser este o país de maior participação em termos de capital. Segundo o economista e educador Marcos Arruda (2000), esse banco recebeu a incumbência de fomentador de desenvolvimento, quando a ele foi atribuída a função de financiador da reconstrução dos países afetados pela guerra desde o final dos anos 40 até os anos 60. Esse financiamento tinha por objetivo estratégico a reconstrução da base produtiva desses países. Segundo o autor, nesse período a economia ainda estava voltada para o espaço sócio-econômico nacional.

Na década de 1960 e 1970, ainda segundo ARRUDA (2000), o Banco Mundial iniciou financiamento aos Estados e empresas privadas dos países em desenvolvimento, momento em que o governo militar brasileiro fazia uma propaganda política por um Brasil industrialmente moderno.

Mas os efeitos da crise do petróleo, que se arrastou pela década de 1970, acabaram forçando o Banco Mundial a reorientar seu papel em relação ao desenvolvimento dos países pouco industrializados. Na década de 1980, esses estavam demasiadamente endividados pelo volume de empréstimos contraídos a juros altíssimos. O Banco passou a financiar de forma inflexível, procurando influenciar as economias dos países devedores, forçando o Estado a priorizar o pagamento da dívida externa, iniciando no caso brasileiro, um processo de contenção de gastos públicos, especialmente, os que se destinavam ao desenvolvimento de projetos sociais como, por exemplo, os voltados à educação. Para a obtenção de novos financiamentos, os países em questão foram forçados a desenvolver planos de ajuste e reestruturação da economia, como condição para o Banco Mundial e o Fundo Monetário (FMI) concederem empréstimos. Essas instituições internacionais passaram a orientar os rumos dos países em desenvolvimento, tanto no plano econômico como em suas legislações. Era uma maneira de garantir que os acordos fossem efetivamente cumpridos.

Um detalhe importante que devemos ressaltar é que as políticas impostas pelo BM na década de 1980 foram desastrosas. O desenvolvimento da indústria não trouxe consigo o desenvolvimento de medidas de proteção ambiental e tudo acabou ficando na mesma base de exploração e obtenção de lucro por parte das empresas multinacionais.

✕ Essas políticas impostas aos projetos de forma homogeneizadora, desconsideram as diversidades presentes nos projetos de desenvolvimento econômico, social e político dos países em desenvolvimento. Por isso, fica difícil acreditar que uma política de valorização da diversidade cultural possa ser uma arma de combate às desigualdades raciais, principalmente, por meio da educação.

O resultado da política do BM e, dos ajustes impostos não resolvem o problema da dívida dos países em desenvolvimento porque esse Banco não teve por meta considerar as propostas dos diferentes países e, sim, que os diferentes países se adequassem ao modelo imposto, necessário e lucrativo ao Banco e a seus credores.

A contrapartida exigida pelas instituições financeiras, tornou-se, ao contrário, verdadeiro obstáculo ao processo de superação da crise na década de 1980. O dinheiro para projetos, que visavam ao desenvolvimento de setores que impulsionariam o crescimento econômico dos países endividados, não foi liberado:

Por meio de condicionalidades, o Banco Mundial começou a implementar um amplo conjunto de reformas estruturais nos países endividados, pautadas em uma concepção 'mais adequada de crescimento': liberal, privatista, de abertura ao comércio exterior e ortodoxa do ponto de vista monetário. Essas políticas, que atendem em termos gerais às necessidades do capital internacional em rápido

processo de globalização, foram batizadas no final dos anos 80 de 'Consenso de Washington'.

(...) são cinco os seus eixos principais: 1. equilíbrio orçamentário, sobretudo mediante a redução dos gastos públicos; 2. Abertura comercial, pela redução das tarifas de importação e eliminação das barreiras não- tarifárias; 3. liberalização financeira, por meio da reformulação das normas que restringem o ingresso de capital estrangeiro; 4. desregularização dos mercados domésticos, pela eliminação dos instrumentos de intervenção do Estado, como controle de preços, incentivos etc.; 5 privatização das empresas e dos serviços públicos. (SOARES, 2000, p. 23)

Para o Banco Mundial, essas medidas contribuíram para o retorno ao desenvolvimento econômico dos países, possibilitando a estabilização econômica, e o retorno dos investimentos externos. Mas o que de concreto pôde ser constatado, segundo a autora, foi o crescimento da pobreza nos países em desenvolvimento.

O Brasil inaugura a década de 1990 com um quadro de miséria e de exclusão social. Os cinco eixos principais do documento do Consenso supracitado foram sendo implementados ao longo da década de 1990. A partir de denúncias de algumas instituições não governamentais e de vários relatórios elaborados pelos técnicos do Banco Mundial, esse banco procurou: "fortalecer suas atividades dirigidas para o combate à pobreza. Hoje o alívio à pobreza está definido como o objetivo mais abrangente do Banco Mundial" (ARRUDA, 2000, p. 47).

É interessante observarmos a partir de autores como Arruda (2000) e Soares (2000), o processo contraditório iniciado a partir das medidas de ajuste da economia impostas pelas instituições internacionais de financiamento, no momento em que a sociedade estava reivindicando a redemocratização política e repudiando as medidas de arrocho salarial, imprimidas pelos governos militares no início da década de 1980. Nos últimos anos da década de 1980, o povo brasileiro se mobiliza em torno da questão da participação ativa da construção da Constituição Federal. Esta daria uma nova estrutura ao Estado pelo caráter mais social de seu conteúdo. Era o momento de construção de políticas sociais que visassem ao desenvolvimento de setores sociais, por meio de políticas que imprimissem mudanças significativas nas instituições públicas, como, por exemplo, a política educacional.

Num momento de fortalecimento político, de participação da sociedade na decisão pela construção de um Estado mais social, foi-se acelerando no mundo o processo ideológico por medidas de ajuste econômico fundamentadas na abertura do mercado (política neoliberal). Esses antagonismos, o Movimento Negro ainda não levou em conta, tanto que fez crítica ao sistema mas continuou apoiando políticas para negros sem a devida compreensão do que essas políticas representam num modelo neoliberal.

Em 1993, quatro anos após a publicação da Constituição Federal, esta passou por um processo de reforma baseada nas orientações do Banco Mundial e FMI que exigiam do governo maiores atenções à superação da crise da dívida, recebendo como contrapartida financiamento para o desenvolvimento de políticas sociais (ARRUDA, 2000, p. 54): “(...) de redução da pobreza, incluindo como meta a participação popular, de povos indígenas, *dos negros* (grifo nosso), de gênero (...)”.

Em 1995, o Banco Mundial em conferência no México para tratar da crise econômica desse país, segundo Arruda (2000), diante das dificuldades presentes na sociedade capitalista: desemprego e exclusão social, de forma simplista, fez uma crítica superficial ao mercado de trabalho e sugeriu que, para o crescimento econômico e superação das desigualdades e para a obtenção de uma harmonia política era preciso investir na educação. O Banco Mundial estava, assim, apresentando naquele momento, a educação básica como saída necessária para mover o desenvolvimento, mas não o desenvolvimento que entendemos necessário para iniciar um combate às desigualdades, pois visava apenas a superação da crise cíclica do capital. Ainda, segundo (ARRUDA, 2000, p.58), a conclusão do Banco nessa conferência, no que se refere aos baixos índices de escolarização, pobreza e desigualdade, foi a seguinte: “(...) que as insuficiências do ‘capital humano’ são o mais importante fator destes males, e que o ‘choque educativo’, que propõe (...)”, é que ajudaria a superar as desigualdades sociais de “forma democrática”, pelo fato de o projeto de educação do Banco Mundial estar voltado “de forma igualitária para todos”. A educação fica subordinada, no caso, aos tratados de livre comércio.

No Brasil, com o ajuste fiscal pelo FMI, as políticas educacionais sofreram profundos cortes, com diretrizes que orientam para

(...) a formação científico-cultural, a prioridade ao ensino elementar adaptado aos pobres, a política sistemática de descaracterização das universidades públicas, conformando o país a uma divisão internacional do trabalho perversa, expressa de modo cru nas patentes, a recriação de modalidades de ensino mútuo, caritativo, por meio de ações de voluntariado. (LEHER, 2003, p. 208)

Para Roberto Leher, os cortes efetuados nas instituições de pesquisa do Brasil permitiram antever o sentido das reformas encaminhadas pelo Banco Mundial para os países latino-americanos e africanos. Segundo este professor: -

O Banco parte do pressuposto de que os países periféricos estão excluídos do mercado de trabalho dos países centrais (de fato, as barreiras migratórias são cada vez mais intransponíveis) e dos centros de produção do conhecimento presentes nestes países, em virtude da tese das ‘vantagens comparativas’ que condena os países periféricos a *nichos de mercado* de produtos de baixo e médio valor agregado. Com base nesta avaliação, o Banco Mundial direciona as políticas

educacionais das periferias para o ensino elementar e para a formação profissional aligeirada. (LEHER, 2003, p. 209)

Entender os rumos que o país foi tomando política e economicamente ao longo da década de 1990, especialmente a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso, com a implementação restrita das políticas sociais, nos ajuda a compreender de que maneira o Programa de Superação das Desigualdades Raciais de Mato Grosso do Sul, um programa de ação afirmativa para negros, centrado no combate as desigualdades raciais por meio da educação, se encontra em condições restritas de ser efetivamente implementado nos moldes que se pretende para que seus objetivos sejam alcançados. Como bem afirma Coraggio:

As políticas sociais – seja por razões de equidade ou de cálculos políticos – estão direcionadas para compensar conjuntamente os efeitos da revolução tecnológica e econômica para garantir a globalização. Elas são o complemento necessário para garantir a continuidade da política de ajuste estrutural, delineada para liberar as forças de mercado e acabar com a cultura de direitos universais (...) (CORAGGIO, 2000, p.78)

Quando o Movimento Negro desenvolve um programa de combate às desigualdades raciais, encontra nos documentos oficiais, de fato, instrumentos que juridicamente o protege e permitem a elaboração de medidas positivas em favor dos negros. Ocorre que o governo tem metas a cumprir perante as instituições financeiras. Estas oferecem verba para alívio dos problemas sociais por meio de políticas universalistas. Como a política social deve ser adaptada ao programa de ajuste financeiro do Banco Mundial, as verbas para a educação são curtas, não permitindo sequer melhoria dos níveis de salário dos professores. As escolas, o ensino e a aprendizagem permanecem precários como já vinham sendo há alguns anos e os atingidos são os filhos dos trabalhadores e ou desempregados que dependem da educação pública.

Como entender que, ao advogarmos o direito de todos à educação como vem propondo o Banco Mundial, enquanto medida de combate às desigualdades, estamos cometendo um equívoco no que se refere à aquisição de direito, como o de igualdade, numa sociedade liberal democrática, onde o que tem predominado é a ditadura do capital?

De acordo com o Coraggio (2000), podemos compreender que o direito de igualdade tem um caráter elitista. Procura dar solução para a pobreza da maioria dos trabalhadores e dos desempregados dos países em desenvolvimento, por meio de um programa pronto que não considera as diferenças culturais, o que inviabiliza o projeto do Movimento Negro.

Ainda segundo Coraggio (2000), na perspectiva do desenvolvimento humano : “A teoria neoclássica tem um modelo macroeconômico aplicável ao campo da educação como

um todo. É um modelo que, basicamente, pretende explicar as variações da renda nacional usando a denominada ‘função de produção agregada’.

Segundo esta teoria, o produto nacional aumenta conforme o acúmulo de capital físico, que se traduz, em parte, por construção de escolas e obtenção de equipamentos como computadores, antenas parabólicas e, (CORAGGIO, 2000, p. 99): “(...) das variações no fator trabalho e de um fator que chamou-se de “capital humano” (conhecimento, habilidades adquiridas e talentos natos), que aparece como separável do desgaste da energia humana”.

Os técnicos do Banco Mundial (CORAGGIO, 2000, p. 100) entendem que a redução da pobreza, por meio da realocação de recursos públicos da educação superior (‘que não satisfazem as necessidades do mercado’) para a educação básica, é uma boa saída (...) Em verdade a saída não é para o educando e sim para a crise do capital, pois a educação escolar vai permitir a realização do lucro na medida em que o Estado alimenta a indústria do papel, do livro didático, do material escolar, dos fornecedores de alimentos para a merenda escolar etc... De acordo com Alves:

(...) a escola pública hoje é um mecanismo cujo financiamento viabiliza a alocação de trabalhadores produtivos supérfluos nas camadas médias, assim, como a permanência das gerações que lhes sucedem no interior dessas mesmas camadas, só se afirma o caráter dominante dessa função. Ela não é exclusiva. No próprio desdobramento da exposição encontra-se explícito o reconhecimento da indiscutível ação da escola no sentido de reproduzir a ideologia burguesa, a despeito das limitações que submetem a instituição ao realizar essa função. (ALVES, 2001, p.207)

Assim, a realidade de como materialmente a escola vem servindo ao desenvolvimento do capital fica camuflada. Em verdade, todos os setores da sociedade estão sendo movidos pelas necessidades do capital, inclusive o processo de ensino-aprendizagem. Esse processo de acomodação da sociedade, por parte do Estado, às necessidades do capital são históricas. São as mesmas condições que impuseram ao Estado Inglês, no período da Revolução Industrial, a criação da escola pública, laica e para todos.

A educação como vem sendo implementada, servindo à lógica do capital, não pode ser considerada como estratégia de combate às desigualdades históricas entre brancos e negros. Entretanto, o Movimento Negro, historicamente, insiste em defendê-la de forma acrítica, como sendo um instrumento eficaz .

Os obstáculos para a realização do Programa em Mato Grosso do Sul

Uma maneira de iniciar uma análise crítica seria começarmos a considerar as contradições do sistema capitalista. Quando o Movimento Negro se propõe a elaborar um programa com política pública para negros está demandando ao poder público a reparação de direitos, isto é, uma maneira de superar a injustiça social para com negros. O que o Movimento Negro vem exigindo do poder público, a concretização do direito de igualdade entre negros e brancos, é válido pois, afinal, o Estado brasileiro legalmente é democrático.

A maneira como o Movimento Negro vem propondo o combate ao racismo, porém, desconsidera a contradição que se estabelece entre o real, a lógica que dinamiza a sociedade democrática capitalista, e o ideal pela realização do direito de igualdade. O Movimento Negro de Mato Grosso do Sul corre o risco de arremessar o projeto político de superação das desigualdades raciais ao campo abstrato, assim como ocorreu com os projetos do passado.

Quando o Banco Mundial estimula programas de amparo a grupos sociais não está se responsabilizando pelos problemas que de fato levaram tal grupo à exclusão social. O Banco busca, em verdade, uma saída rápida para aliviar as necessidades mais urgentes desse grupo, no caso a fome, e oferece um programa que possa manter por mais tempo os jovens na escola.

O projeto do Banco Mundial não leva em conta a valorização das diferenças porque está voltado para a solução de problemas econômicos de forma global, por isso homogênea, para que possa alcançar seus objetivos, a superação da crise do capital. Assim, os objetivos do programa foram desenvolvidos para serem implementados numa sociedade democrática, entretanto, numa democracia capitalista.

A contradição que buscamos mostrar se refere ao fato de o Movimento Negro, em Mato Grosso do Sul, apresentar um programa que visa à superação das desigualdades, sendo que esse programa tem uma orientação liberal baseada nas determinações contidas nos documentos do Banco Mundial. O que pretendemos mostrar, com a colaboração dos autores referenciados, é que a defesa de políticas sociais compensatórias, como vem sendo feita, sem um espaço para a reflexão crítica, nos torna cúmplices das próprias desigualdades produzidas pelo sistema.

Teoricamente, a igualdade social pleiteada no Programa de Ação Afirmativa do Estado de Mato Grosso do Sul e a igualdade defendida pelo liberalismo são as mesmas que historicamente vem oprimindo negros.

Segundo Fiori (1998), o tema igualdade social está presente no discurso de liberais e de neoliberais. A igualdade de que tratam os neoliberais diz respeito a oportunidades para todos. Este autor explica que o liberalismo nos séculos XVIII, XIX e XX sempre foi contrário à igualdade entre os indivíduos e os grupos sociais (FIORI, 1998, p. 212): “O liberalismo sempre defendeu que as condições de partida deveriam ser iguais, sendo que, a partir daí, as diferenças e as competências de cada um gerariam (...) resultados distintos (...) necessários (...) à própria dinâmica da sociedade democrática capitalista.” Isto não vem sendo observado pelo Movimento Negro, que há muitos anos vem reivindicando a valorização das diferenças, numa sociedade capitalista que leva em conta a diferença como instrumento de controle social.

Portanto, mesmo que nos documentos do Banco Mundial ou de qualquer organismo internacional apareça a defesa de intervenção pública, será para a implementação de políticas públicas compensatórias que, em verdade, não respondem ao problema concreto da sociedade, ou seja, não respondem (FIORI, 1998, p. 213): “(...) às imensas diferenças e desigualdades que nunca foram ou serão corrigidas de forma a igualar as condições de partida (...)” pois, não é possível falar em igualdade enquanto houver diferenças de classe, do contrário estamos correndo o risco de fazer o jogo da burguesia.

Quando nos propomos a apresentar, mesmo de maneira acanhada, o cenário mundial da década de 1990, estamos buscando mostrar como a política de Ação Afirmativa, está sendo pleiteada pelo movimento Negro num período de mais uma crise do capital. E o fazemos numa posição antagônica de interesses pois, entendemos que, enquanto os organismos internacionais estão impondo aos governos atenção para o cumprimento de políticas para sanar o problema do mundo pobre, por meio de medidas homogêneas, o Movimento Negro entra em cena cobrando do poder público medidas de combate às desigualdades raciais, no campo de educação, num momento de total fragilidade de poder do Estado. Num momento em que, as condições econômicas são desfavoráveis para atender à diversidade de problemas sociais. Segundo Atilio Boron:

(...) com o catecismo do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional em suas mãos, nossos governos estão destruindo a educação e a saúde públicas, acentuando as desigualdades sociais, acrescentando a proporção de pobres estruturais e marginais de todo tipo que não podem ser ‘reconhecidos’ e incorporados criativamente à economia moderna. (BORON, 2000, p. 100)

As reivindicações do Movimento Negro que se referem à integração social para a população negra perdem força política porque, no momento, essa integração está difícil para a coletividade que está sendo atingida com a mesma intensidade pelos efeitos danosos do

neoliberalismo. Esse, de acordo com Atilio Boron (2000, p. 104) tem deixado a sociedade fragmentada e: “marcada por profundas desigualdades de todo tipo – classe, etnia, gênero, religião etc.(...)”.

A política neoliberal preencheu os espaços necessários para se tornar uma arma hegemônica em busca da solução da crise aguda do capital nos anos 1990. E um dos mecanismos para seu fortalecimento está na maneira como vem debilitando os laços sociais, enfraquecendo as estruturas tradicionais como partidos políticos e sindicatos. Esse processo se deve, segundo Boron (2000, p.104), à: “(...) crescente fragmentação do social (...) reforçada pelo formidável avanço tecnológico e científico e seu impacto sobre o paradigma produtivo contemporâneo”.

A flexibilização do trabalho, que estamos vendo gradativamente se concretizar, é resultante das tendências irracionais do capitalismo neoliberal que vem provocando o enfraquecimento, o esvaziamento do poder político dos representantes sociais que antes lutavam e conseguiam garantir os direitos dos trabalhadores. Estes hoje, em grande maioria, se encontram na informalidade. Por isso, o sindicato tem perdido a cada dia sua eficácia reivindicativa.

A desarticulação política dos sindicatos provocada pelo neoliberalismo vem impondo aos trabalhadores:

(...) o ‘salve-se quem puder’, abdicando de qualquer pretensão solidária, qualquer esforço coletivo de organização e representação. É a pulverização do mercado transferida para a arena política (...) e para as negociações entre operários e patrões (...) tratam de encontrar uma ‘solução individual’ para os rigores da exploração classista. Essa estratégia individualista passa pela renúncia e a submissão às duras condições de exploração incorporadas aos projetos de ‘flexibilização laboral’(...) Podem surgir, ocasionalmente (...) formas de resposta coletiva que quase invariavelmente constituem expressões aberrantes como o racismo, a xenofobia, o ‘novo tribalismo’ ou os fundamentalismos de diferentes tipos. (...) o protesto social e os movimentos de massa adquirem características francamente reacionárias (...) (BORON, 2000, p. 108)

Um exemplo concreto para ilustrar a questão pode ser encontrado no mesmo texto desse autor (2000) no qual ele procura mostrar como as desigualdades sociais se intensificaram na América Latina após a implementação das políticas neoliberais. O autor diz o seguinte:

(...) na experiência latino americana as desigualdades se aprofundam e os salários reais experimentaram uma queda notável (...) No Chile, entre 1970 e 1987 a porcentagem de lares abaixo da linha de pobreza aumentou de 17 para 38% e em 1990 o consumo per capita dos chilenos ainda era inferior ao registrado dez anos antes. (BORON, 2000, p. 108)

É nesse contexto de desordem social que o Movimento Negro, ao constatar nas pesquisas estatísticas, que a população negra se encontra dentro da classe trabalhadora nas atividades mais vulneráveis do mercado cada vez mais flexível, se desvia da questão de fundo. Em função da própria conjuntura do cada 'um por si', levanta seu protesto com base nos princípios democráticos, na igualdade dos direitos para o negro, apoiando sua luta na experiência americana do multiculturalismo. Confirma assim o pensamento de Atilio Boron (2000) segundo o qual cada segmento social individualiza sua luta em nome de uma democracia cada vez mais frágil.

O Movimento Negro apresenta seu protesto na década de 1990, num momento em que o capitalismo selvagem, impõe a redução da capacidade do Estado de gerir políticas sociais para compensar a crise. Não percebe que ao declarar a necessidade de reconhecimento da diferença cultural como caminho para a superação das desigualdades raciais, está indo ao encontro dos objetivos da lógica capitalista. Nesse sentido, reforça o projeto das elites econômicas, que se traduz na representação falsa do real como medida necessária para conter as tensões sociais. Camufla, assim, a verdadeira raiz do problema da desigualdade entre os homens, a luta de classes.

Entendemos, então, que os segmentos sociais deveriam estar lutando coletivamente contra a opressão dos trabalhadores, imposta pela política neoliberal, que vem empobrecendo a todos, independente da raça.

O Movimento Negro, de maneira ingênua, substitui a luta coletiva contra o problema real, por um projeto que visa a valorização da identidade negra mediada pela cultura, como se esse fosse, de fato, o espaço estratégico de luta pela superação das desigualdades. Como se a diferença cultural fosse o problema em nossa sociedade. Para Atilio Boron:

Isto dá lugar a uma alarmante acumulação de contradições e de antagonismos sociais, incentivadas por uma institucionalidade democrática que favorece o protesto social 'de baixo', enquanto as classes dominantes locais e as forças imperialistas coligadas (...) sujeitam fortemente as mãos do Estado (...) em proveito de seus interesses de classe. (BORON, 2000, p. 111)

Neste trabalho procuramos demonstrar que nas décadas de 1930, 1970 e 1990, quando o capitalismo apresenta momentos de suas crises cíclicas, o Movimento Negro, coincidentemente, entra em ação, o que é problemático, conforme mostra Valente:

(...) tornaram visíveis processos de reivindicações das diferenças culturais. Estas aparecem como um "problema" quando movimentos de integração homogeneizadora procuram suprimi-las ou mantê-las sob controle, de forma a não colocar em risco o seu projeto. Tal preocupação em torno das diferenças (...) parece cumprir a função de deslocar para outra instância de embate as contradições econômicas próprias ao capitalismo (...) supõe-se que a verdadeira raiz do problema

é abandonada, contentando-se em mascarar-la e em buscar medidas paliativas e reformadoras no campo cultural. (VALENTE, 1999, p. 84)

Na década de 1990, quando o capitalismo entra em novo ciclo de expansão mundial, o que ocorre, segundo Otávio Ianni, é que a revolução burguesa ingressa em novo ciclo, também global. Para o autor em meio a essa crise cíclica:

Tudo se abala mais ou menos radicalmente, de modo desigual e também contraditório. Tanto é assim que ocorrem ressurgências de nacionalismo e localismo, reafirmação de identidades presentes ou pretéritas, surtos de xenofobia, etnicismos, racismos e fundamentalismos não só religioso como também culturais. Mais uma vez reabre-se os debates sobre a identidade o 'outro'. (IANNI, 2002, p. 3)

Em mais um momento de luta por integração social, o Movimento Negro perde de vista o real sentido da luta em sociedade. A identidade é tomada como instrumento capaz de provocar a democratização das relações raciais e levar à igualdade de oportunidades no mercado de trabalho.

A estratégia política de valorização da identidade negra, da diferença cultural, como vem propondo o Movimento Negro, já experimentada no passado, parece não ter convencido as lideranças de que esta tem sido uma arma muito frágil e até contraditoriamente utilizada nos momentos de crise do capital, como instrumento de controle social.

As lideranças do Movimento Negro que propõem estratégias políticas de valorização da identidade negra e da diferença cultural, como no passado, parecem não estar convencidas de que essas estratégias são frágeis. Na verdade, são até utilizadas, contraditoriamente, pelo capital como instrumentos de controle social, em momentos de crise.

Ao desconsiderarem as relações de classe acabam perdendo de vista o papel contraditório que a diferença cultural pode operar nos momentos de crise do capital. As diferenças culturais passam a ser advogadas, fundamentadas no direito de igualdade, numa sociedade em que os princípios democráticos estão restritos à letra da lei.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O nosso propósito em analisar o Programa de Superação das Desigualdades Raciais de Mato Grosso do Sul levou-nos a pesquisar a história do Movimento Negro. Nesse processo, com a contribuição do método de análise, consideramos essencial para a compreensão do real, entendermos o trabalho desse segmento social (valorização da diferença cultural) em meio ao movimento contraditório do capital. Para tanto, selecionamos as décadas de 1930, 1970 e 1990 que são períodos em que essas contradições entram em ação.

A partir da década de 1970, o Movimento Negro inicia seu protesto contra o racismo, apontando a escola como espaço de perpetuação do preconceito, fazendo críticas ao material didático utilizado, aos professores que discriminam as crianças negras e ao conteúdo curricular, especialmente no que se refere ao conteúdo desenvolvido em sala de aula na disciplina de história do Brasil, que retrata o negro, na maioria das vezes, como escravo ou ex-escravo.

✕ Historicamente, podemos verificar que o Movimento Negro tem perseguido o objetivo de lutar pela educação da população negra. Até os dias atuais, essa população vem apresentando um índice alto de analfabetismo e baixa escolaridade e, a educação está voltada para a preparação do negro para o mercado de trabalho. O objetivo do Movimento Negro sempre esteve voltado para a integração do negro na sociedade de classes.

Como o Movimento Negro vem desenvolvendo essa proposta de integração social via educação, não tem conseguido sustentar sua luta pela superação das desigualdades na sociedade, primeiro porque se limita a analisar as desigualdades entre negros e brancos, numa perspectiva que não possibilita a compreensão do real, ou seja, que as desigualdades sociais e raciais enfrentadas pelo negro são determinadas pela lógica do sistema capitalista.

Ianni (1972) procura mostrar de que maneira os mecanismos de exclusão fazem parte do jogo capitalista; que esse produz no seio da sociedade a dinâmica da hierarquização de classes, um jogo de cunho ideológico que acaba provocando comportamentos preconceituosos que facilitam o processo de separação entre os grupos. Esse é um mecanismo muito importante não percebido pelos sujeitos dos diferentes segmentos sociais que estão se articulando em torno dos interesses particulares do grupo. Tal mecanismo consegue maquiavar o problema central dos homens na sociedade de classes.

As ideologias raciais, segundo Ianni (1972), são técnicas sociais utilizadas para manipular o comportamento das pessoas ora separando-as, ora aglutinando-as. O autor

orienta que nos momentos de crise econômica, por exemplo, onde a oferta de força de trabalho cresce aceleradamente:

(...) os trabalhadores tendem a desenvolver, acentuar ou reorientar as autorepresentações recíprocas, subdividindo-se, discriminando-se e reintegrando-se em grupos profissionais, raciais, religiosos, como se nesses atributos se fundasse a própria crise. (IANNI, 1972, p. 246)

Essas subdivisões na sociedade criam espaço para que os grupos criem representações falsas do real, fortalecendo as atitudes preconceituosas que acabam mesmo é dividindo a classe trabalhadora, que se afasta da questão central, a luta de classes, passando a se mobilizar em torno de questões particulares .

Queremos dizer com isso que a complexidade da questão racial deve ser verificada em espaços como a cultura e a política sem que deixemos de inserir a contribuição desses elementos de análise no âmbito do universal. Para tanto, a análise da questão racial deve estar fundamentada nas determinações históricas do modo capitalista de produção.

Nessa perspectiva Valente (1999), elabora uma discussão sobre o processo de construção social das diferenças. A autora procura relacionar a visibilidade das diferenças com contextos históricos definidos por momentos de crise econômica do capitalismo e suas respectivas expressões políticas afirmando que:

Embora tal processo seja inerente à organização dos homens na sociedade capitalista, as diferenças culturais aparecem como um problema quando movimentos de integração e homogeneização procuram suprimi-las ou mantê-las sob controle, de forma a não colocar em risco seu projeto. (...) na ocorrência de processos de homogeneização a questão da diferença cultural parece assumir papel de destaque nas estratégias da resistência. (...) a diferença cultural aparece como tendo autonomia e capacidade explicativa própria. (VALENTE, 1999, p. 71)

Valente (1999) procura definir os momentos em que as diferenças culturais camufladas se tornam visíveis na sociedade capitalista. Nessa perspectiva, procuramos, com sua colaboração, entender as contradições presentes no processo de valorização da diferença nas décadas de 1930, 1970 e 1990, desencadeado pelo Movimento Negro.

Um dos equívocos está justamente na falta de um tratamento mais crítico à questão do negro na sociedade. A história vem mostrando que a maneira como os intelectuais do Movimento Negro pensam a sociedade não tem contribuído para que eles superem o senso comum. Ou seja, a análise parcial não permite o desenvolvimento de um trabalho que de fato leve à superação do senso comum e, por isso, a proposta do movimento não avança. Há décadas o Movimento Negro vem confiando na possibilidade de ascensão social da

população negra, de combate às desigualdades raciais, entendendo que a solução para os problemas da desigualdade entre os homens e o combate ao racismo devem iniciar na escola.

Entendemos que a educação de fato é fundamental para a formação do homem, mas consideramos um equívoco imputar à escola a responsabilidade pela superação do racismo e pela ascensão social da população negra sem que se leve em conta as contradições ou seja: as limitações do sistema de ensino, a falta de investimentos significativos por parte do Estado, a longo prazo, em programas educacionais, a formação precária dos professores, e a própria função da escola pública⁵⁶ na sociedade contemporânea.

Por isso, entendemos necessária a análise ampla, para que o Movimento Negro não veja frustrados seus esforços de valorização da cultura negra como estratégia de luta política, apesar do empenho. De acordo com Regina Pahim:

O que se percebe, então, é que as lideranças negras, a despeito do empenho em valorizar práticas culturais identificadas como de origem africana, na verdade ainda não conseguiram equacionar – tendo em vista o genérico “cultura afro”, que engloba realidades muito distintas o que privilegiar . (...) o que valorizar e até mesmo identificar como cultura negra ou cultura afro, como obter o reconhecimento dos próprios negros e dos outros segmentos da sociedade. (PINTO, 1993b, p.33)

A preocupação com a formação humana é fundamental e, por isso, é necessário que a formação dos professores seja levada em conta no que se refere aos problemas de discriminação racial que as crianças negras, de fato, enfrentam na escola. Certamente que uma formação para a cidadania impõe que as pessoas entendam as diferenças culturais presentes na sociedade como algo inerente ao homem. Valente (1999), que desenvolveu uma proposta metodológica de combate ao racismo nas escolas, afirma que o pressuposto da proposta é:

(...) o reconhecimento da diferença, com o objetivo de inverter o processo que tende a associar tal reconhecimento aos estereótipos negativos, ou em outras palavras, o reconhecimento da diferença deve ser construído no sentido da ‘valorização’ e posterior ‘naturalização’ dessa diferença, para que a igualdade subjacente seja ressaltada. (VALENTE, 1995, p. 44)

Valente, que trabalha na perspectiva da transformação social, entende que:

Qualquer proposta que reivindique uma suposta diferença cultural entre brancos e negros nos parece problemática por desconsiderar a dimensão infra-estrutural. É, nesse sentido, restrita, limitada e ingênua. Do mesmo modo, pode soar ingênua, taxativa e forte qualquer proposta que reivindique para a educação ou para a escola o poder de solucionar o problema racial e os problemas da sociedade. Na verdade, só a partir de uma concepção da cultura como processo estático e dissociado do trabalho humano e das relações sociais estabelecidas é possível fazer a

⁵⁶ Ver ALVES, Gilberto Luiz. A produção da escola pública contemporânea. Campo Grande, MS: ed. UFMS; Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

reivindicação da diferença cultural entre negros e brancos. Ela mascara o fato de que os grupos étnicos diferentes partilham dados culturais entre si, como expressão de formas semelhantes ou não de inserção no mundo do trabalho. Nesse sentido, caberia refletir sobre o que tem sido chamado por 'cultura negra' e onde residiria a sua 'especificidade'. (VALENTE, 1995, p. 46)

A reivindicação da diferença cultural ainda segundo Valente (1995, p. 46), aparece como problema: "justamente porque estamos vivenciando um movimento global de homogeneização". Afirmar a autora, que apesar das reivindicações da diferença cultural serem restritas e limitadas, constitui-se em instrumento tático na luta pela superação das desigualdades raciais, no combate à discriminação e do preconceito entre brancos e negros.

O Movimento Negro de Mato Grosso do Sul vem implementando na rede estadual de ensino ações que visam o combate à discriminação racial desde 1999. As propostas de combate ao racismo em educação foram sendo construídas à medida que as lideranças responsáveis pelo desenvolvimento da política de ação afirmativa em educação foram dialogando com os professores e no Congresso da Constituinte Escolar evento realizado em Campo Grande-MS pela Secretaria de Estado de Educação, em dezembro de 2000. Essas lideranças puderam então constatar a necessidade que os professores tinham de uma capacitação com a temática racial porque, mesmo os simpáticos à questão do enfrentamento do racismo no âmbito da escolar, não tinham uma metodologia voltada para esse combate.

Lucimar Rosa Dias, que trabalhou no governo do Estado de Mato Grosso do Sul como Coordenadora de Políticas Públicas para Negros, no período de 1999 a 2002, afirma em entrevista (Anexo II) que o processo da Constituinte Escolar foi uma experiência muito rica e inédita pelo fato de o Estado de Mato Grosso do Sul, pela primeira vez em sua história, ter possibilitado que a discussão da questão racial fosse levada não só para a escola pública, mas para todos os espaços da estrutura de poder do governo do estado, com a participação de diferentes segmentos sociais.

Quanto à capacitação dos professores, essa ação vem ao encontro das reivindicações do Movimento Negro que sempre esteve envolvido no combate à identidade estigmatizada do negro, tendo como preocupação principal a criança negra.

Por isso, a Equipe de Combate ao Racismo e a Coordenadoria de Políticas Públicas para Negros, de Mato Grosso do Sul, buscaram desenvolver um momento novo no sistema educacional, procurando realizar com os professores da rede pública estudos com base numa metodologia que de fato orientasse os professores para o desenvolvimento de uma proposta pedagógica contributiva no combate ao preconceito e à discriminação racial.

A proposta é incluir nos cursos de formação, tanto de professores como de funcionários do governo do estado, a temática racial, o que já está acontecendo em algumas secretarias.

A análise que fazemos é com base nas ações que foram sendo desenvolvidas de 1999 a 2002, período de implantação da política de Ação Afirmativa em educação. Pó isso, a própria Equipe de Combate Racismo ainda não conseguiu avaliar os resultados desse trabalho no estado. Segundo Lucimar, que chegou a acompanhar o início e a parte final dos cursos, conseguiu observar que alguns professores expressavam uma certa satisfação por passar a entender que de fato há discriminação para com os negros na sociedade. Para Lucimar esse é o começo de um trabalho árduo porque teve que enfrentar muitas barreiras no governo para convencer muitas lideranças de que a questão racial precisa ser considerada.

Ainda segundo Lucimar, as dificuldades se estabeleceram desde o início do processo quando os envolvidos na organização do fórum (técnicos que eram militantes do grupo TEZ) tiveram que se esforçar para poder reunir as lideranças do governo nesse evento.

Ben-Hur Ferreira, em entrevista (Anexo II), considera que sua atuação como chefe da Casa Civil de 2001 a 2002 foi o que permitiu, politicamente, a participação do governo nos eventos ligados à questão racial. Declara que: “era preciso fazer muita pressão para que as lideranças participassem dos encontros do Fórum, período preparatório do documento de Superação das Desigualdades Raciais e dos eventos organizados pela Coordenadoria de Políticas Públicas para Negros.

Da fala do entrevistado, podemos entender que as questões relativas ao racismo se restringiram ao grupo interessado (Movimento Negro), que procurou aproveitar a oportunidade, o momento estratégico de Ben-Hur Ferreira na Casa Civil, para colocar em prática o que o PT apresentou como proposta de combate ao racismo em seu programa de governo elaborado em 1998.

A cobrança do segmento social negro foi grande perante o governo mas, ao que parece, a pressão e os espaços concedidos foram sendo gradativamente esvaziados. Ainda segundo o entrevistado, essa situação foi agravada em 2003, quando a Coordenação de Políticas para Negros por meio de decreto foi retirada da estrutura administrativa da Casa Civil, passando num outro momento a integrar a Coordenadoria Geral de uma Secretaria do governo que reunia diversas coordenadorias.

De fato, a questão racial, segundo o relato do entrevistado Ben-Hur, ficou restrita ao grupo negro, o que de certa forma confirma nossa análise de como as relações se travam na dinâmica liberal. Cada indivíduo, cada grupo fica responsável pelo seu problema, buscando

desenvolver uma luta em nome de uma igualdade que é ideológica. Nesse processo de negociação entre o segmento social negro e o poder público, está implícito o “salve-se quem puder”, que fundamenta o liberalismo. Esse processo precisa ser entendido, para que o Movimento Negro não seja pego por sua própria ingenuidade.

Segundo Valente (1995, p. 47): “Aos militantes cabe propor táticas políticas apropriadas e eficazes para o enfrentamento do racismo. Mesmo que sejam circunstanciais (...)”. E ao que parece, mesmo tendo sua proposta de certa forma pouco considerada politicamente, o Movimento Negro conseguiu se articular com o Deputado Estadual Pedro Kemp para que este advogasse em favor dos negros o direito a uma cota de 20% das vagas nos cursos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). O Movimento Negro conseguiu garantir esse projeto que se tornou a Lei nº 2.605 de 06 de janeiro de 2003.

Complementando, Valente (1995, p. 47) adverte que: “como estudiosos da questão, não podemos deixar de apontar os limites dessas táticas e os problemas que são esquecidos, ocultados ou que escapam à atenção de alguns”.

A luta pelo reconhecimento da diversidade pode provocar um movimento contrário ao almejado pelas lideranças negras em seus projetos de valorização da identidade negra. As consequências podem ser o próprio “acirramento de atitudes discricionárias” especialmente, em momentos de crise do capital, em que o racismo se manifesta com base na supervalorização da diferença ou das identidades culturais.

A título de conclusão, entendemos que o problema a ser enfrentado por qualquer segmento social hoje, e especificamente pelo Movimento Negro no que se refere à superação das desigualdades, depende primeiramente desse movimento social romper com seu isolamento, trazendo a questão racial para o debate coletivo. De acordo com Ben-Hur Ferreira (Anexo II): “Há um certo isolamento da nossa luta ainda, ou seja, parece que ainda não há uma compreensão da questão racial. Ela ainda é feita por abnegados, uma coisa ainda muito pontual, não consegue dialogar, formar aliança com outros movimentos. Talvez, por isso, essa fragilidade: avançar e recuar”.

O entrevistado busca avaliar a questão do isolamento do segmento social negro com base numa perspectiva liberal, segundo uma base ideológica. Procuramos nesse trabalho mostrar como uma avaliação na perspectiva ideológica nos impede de enxergar, no real, as razões históricas que vem permitindo e reproduzindo esse isolamento do Movimento Negro, de sua militância e dos diferentes segmentos sociais.

Esse recuar e avançar, na concepção que estamos nos propondo analisar, esse isolamento, desunião ou falta de sucesso na luta tem sido uma constante na sociedade, e se dá nos diferentes segmentos sociais, assim como no Movimento Negro.

Estamos a cada dia interessados em resolver separadamente os problemas particulares primeiro, para depois, pensarmos na luta que, de fato, é real, a luta de classes. Estamos todos permitindo que a sociedade civil se divida em guetos. Esse processo de isolamento na sociedade faz parte da lógica liberal, do “cada um por si”, cada grupo social advogando em causa própria.

Há um distanciamento entre o Movimento Negro e população negra que em muitos casos desconhece o trabalho do movimento. E há também distanciamento, muitas vezes, entre lideranças e militantes, caracterizando tratamento elitista e autoritário. Este fato está constatado no desenvolvimento dos trabalhos da Frente Negra Brasileira na década de 1930 e de grupos negros na década de 1970 e 1980 (PINTO, 1993).

O Movimento Negro não tem demonstrado interesse em se articular com os intelectuais que estudam a questão racial numa perspectiva que possa contribuir para a superação do senso comum. Esse tem sido um dos obstáculos para o avanço desse Movimento. A contribuição intelectual na perspectiva da transformação da sociedade permitiria o início do debate sobre novas táticas para a luta de combate ao racismo. Poderíamos iniciar uma caminhada diferente, a de iniciar uma análise da questão racial partindo da análise do particular em direção ao universal, a análise do real, da sociedade capitalista.

O grupo TEZ em Campo Grande-MS tentou desenvolver um trabalho diferente quando da organização dos grupos de trabalho para a elaboração do documento do Programa de Superação das Desigualdades Raciais, organizando um Fórum representado por vários setores do governo e diferentes segmentos sociais.

Segundo Ben-Hur, algumas lideranças de grupos negros que se aliaram ao TEZ buscaram um compromisso de trabalho político em direção à superação do idealismo. Como afirma (Anexo II): “Nós fomos além do chororô, da constatação para propostas mesmo de políticas públicas. Talvez a história mostrou que faltou enraizar, articular melhor para não permitir que houvesse um retrocesso. Mostrou que na verdade, a nossa discussão era muito frágil. Em pouco tempo, seis meses, menos de seis meses do novo governo, a Coordenadoria está no ostracismo. Eu reconheço a falha, talvez a nossa empolgação, achando que todo mundo já estava convencido; esta questão da hegemonia ”.

O entrevistado fala de um problema na sociedade contemporânea que vem ocorrendo historicamente, o enfraquecimento da luta coletiva e o fortalecimento do corporativismo. Mas não mostra criticamente como que esse processo se estabelece, ou seja, não aponta as contradições presentes na sociedade, o que certamente não permite ver na totalidade, porque razão o projeto de luta política de superação das desigualdades raciais do Movimento Negro se torna um instrumento frágil nessa sociedade fundamentada em princípios democráticos capitalistas.

De acordo com Valente (1999, p.108): “A democracia está à prova”, frágil e impotente para solucionar os problemas reais da sociedade, ela tem sido desafiada pelo (...) populismo, a etnicidade, o racismo, as violências urbanas, a exclusão e a pobreza que marcam a nossa época”. Hoje, a democracia aparece não como a manifestação de um projeto construído coletivamente, mas como um jogo de aparências, um conjunto de regras do jogo (...)” onde “ a cidadania e os seus direitos são proporcionais ao seu poder de compra, que a ‘universalidade’ liberal não é emancipadora, mas é um padrão que nivela diferenças, anula identidades sociais e desintegra tentativas de pensar e construir um outro tipo de mundo”. (SEMERARO, 2003, p. 217)

Entender essas contradições é fundamental para qualquer cidadão ou movimento social, partido político, ou governo que queira se empenhar na luta pela superação da democracia liberal, que alimenta as desigualdades na sociedade.

A superação do senso comum, que entendemos como a que se realiza por meio da perspectiva da totalidade, nos ajuda a compreender que a questão particular do negro, de reivindicação por melhores condições de vida, de trabalho e de uma política de combate à discriminação e de valorização de sua identidade, é a luta por uma democracia que possibilite a educação para a socialização da massa, para que essa consiga desenvolver um movimento de organização popular capaz de elaborar seu projeto de auto-governo, com uma concepção nova de Estado. Uma democracia que não se funda:

Sobre a centralidade do indivíduo, de um príncipe, de um personagem carismático, sobre o poder econômico e militar ou uma elite técnico-administrativa, mas se cria e recria constantemente nas relações dinâmicas, interativas e conflitivas de diversos grupos sociopolíticos que lutam por direitos e espaços coletivos com projetos que não são impostos aos outros mas que são reconhecidos em seu valor na medida em que constroem a hegemonia da democracia, ou seja, a possibilidade real aberta à grande massa popular de sair do silenciamento, (...) da privatização do seu trabalho e da massificação para se tornar uma pluralidade de sujeitos livres e socializados. (SEMERARO, 2003, p.221-222)

Para a construção desse projeto de democracia que considere os projetos, as reivindicações de diversos grupos sociais, como a questão racial, pó exemplo, é preciso entender, que hoje, a questão é:

Como construir uma hegemonia no pluralismo. Temos de imaginar hoje o seguinte: talvez não se trate de construir 'o' sujeito revolucionário, mas de construir uma intersubjetividade revolucionária, ou seja, um conjunto de sujeitos que são plurais e diferentes, mas que convergem e se unificam na luta contra o capital. Por quê? O movimento feminista vai brigar pelos direitos iguais para homens e mulheres; o movimento dos gays e das lésbicas vai brigar pelo direito civil à livre orientação sexual; o movimento negro vai brigar pela capacidade de influir na sociedade brasileira e ser respeitado na sua especificidade. Tudo isso é justo e progressista. Ora, mas tudo isso, se encaminhado mal, pode levar a uma nova forma de corporativismo selvagem, de tipo americano. Se cada um desses movimentos brigar apenas pela sua diferença e não por aquilo que os une, nós vamos ter certamente um multiculturalismo muito simpático, mas que, em última instância, não é mais do que uma nova forma de reprodução do corporativismo neoliberal. Desculpem-me as feministas, os gays as lésbicas e os negros: esses movimentos são extremamente válidos, mas eles precisam ter a dimensão ético-política da universalidade. (COUTINHO, 2003, p. 38)

Para a construção dessa hegemonia pluralista entendemos necessária a reconstrução do espaço público. Como o Movimento Negro vem historicamente apontando a escola como o espaço estratégico para o desenvolvimento de propostas de ação afirmativa no combate ao racismo e às desigualdades raciais, nos colocamos diante de um paradoxo. De acordo com Valente hoje:

(...) a escola é cada vez menos portadora de sentido. Ao tornar-se uma máquina de inserir jovens, para melhorar sua posição potencial no mercado de trabalho, a instituição escolar não difunde sentido, não é portadora de um projeto social, uma concepção de vida, de sociedade, de mundo que forneça esse sentido. A escola não tem mais sentido porque é mais importante sobreviver na escola do que aprender o conhecimento acumulado pela humanidade. (VALENTE, 1999, p.70)

Então, é nessa perspectiva que procuramos pensar as possibilidades reais de realização do programa de superação das desigualdades raciais em longo prazo, especificamente, a ação em educação no espaço escolar, como vem propondo o Movimento Negro.

Portanto, quando pensamos no processo de reconstrução do espaço público devemos indagar, por exemplo, se:

a instituição escolar poderia construir alternativas que a contrapusessem à tendência liberal dominante. Teoricamente essa possibilidade existe, quando se considera a escola como atendendo aos interesses da organização social capitalista, marcada pela contradição. É ela, pois, também um espaço de contradição. Mas são grandes os desafios para promover uma resistência efetiva ao modelo a serviço do mercado. A reinvenção do sentido pela escola implicaria o esclarecimento e a condução de prática e discurso desmistificadores, mas, sobretudo, a reinvenção da própria sociedade e das relações vividas entre os homens. (VALENTE, 1999, p. 70)

Essas alternativas de reconstrução do espaço público são construídas no movimento contraditório. O que queremos dizer é que, mesmo que o Programa de Superação das Desigualdades Raciais de Mato Grosso do Sul seja expressão da política neoliberal, como foi analisado no capítulo três, não podemos dispensar tal política. Esta tem servido como instrumento político da luta do negro para chamar a atenção do poder público, da sociedade, sobre a necessidade de se concretizar o processo de combate ao racismo uma medida de que visa a redução das desigualdades raciais. Mas entendemos que esse programa de ação afirmativa para negros não pode estar desvinculado de um programa com características de defesa de políticas universais:

“(...) políticas universais. implicam políticas específicas e vice-versa, em todos os níveis de ensino. Acredito, ainda, que a maior ou menor eficácia de políticas de ação afirmativas para os negros esteja inversamente relacionada ao nível de ensino isto é, quanto antes o racismo, a discriminação e o preconceito forem enfrentados melhores serão os resultados educacionais. Exige-se, portanto, pensar na universalização da educação infantil e em programas ‘redistributivos’, como o Bolsa Escola que, com o ensino fundamental universalizado, permite que o nacionalmente medidas específicas sejam implementadas”. (VALENTE, 2002, p.21)

Entendemos que nessa perspectiva é possível construir um projeto alternativo de educação onde políticas públicas específicas possam ser desenvolvidas para a realização de um objetivo: a construção de um projeto amplo de transformação dessa sociedade.